

Arquitetura Rural do Baixo Alentejo: passado, presente e futuro

Um estudo do monte alentejano num percurso pelos municípios de Beja e
Ferreira do Alentejo

Filipa Vitorino Canudo

(Licenciada em Estudos Arquitetónicos)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em
Arquitetura

Documento Definitivo

Orientação Científica:

Orientador Professor Doutor Filipe Gonzalez

Júri

Presidente: Professora Doutora Elisabete Freire

Vogal: Professor Doutor Nuno Alão

Lisboa, abril de 2019



Numa sociedade que apesar de alguns integrismos se vê em vias de dessacralização, ir à procura do passado é um exercício essencial, porque traz consigo uma atracção, mesmo uma fascinação, que permite que se viva uma aventura espiritual (...) No Alentejo é possível exercitar-se uma reconciliação com valores de uma cultura em renascimento.

(Saramago, 2007)



I. RESUMO

O trabalho apresentado como parte dos requisitos finais do curso de Mestrado, pretende analisar o estudo das transformações da paisagem alentejana a várias escalas e a problemática da arquitetura vernácula em relação aos montes da região dos “Barros de Beja”.

O ponto de partida foi um processo de levantamento de 12 montes a nível histórico e tipológico, complementado pela investigação teórica. Cada monte é um caso único, a nível de complexidade, dimensão e até função, no entanto são apresentadas semelhanças tipológicas que indiciam uma arquitetura tradicional alentejana.

É a partir do reconhecimento da problemática inerente à região em estudo, que posteriormente é apresentada uma estratégia de dinamização e intervenção de forma a revitalizar estes marcos da paisagem alentejana com vista à preservação e salvaguardar do património vernáculo.

Preservando uma memória do passado, é demonstrada com base nas exigências e necessidades atuais do território, a importância das técnicas e materiais de construção tradicional em comunhão com a paisagem envolvente para um desenvolvimento sustentável da região a nível cultural, económico, social e ambiental.

PALAVRAS CHAVES

Arquitetura vernácula | Reabilitação | Sustentabilidade | Paisagem | Monte



II. ABSTRACT

The work presented as part of the final requirements of the Master course aims to analyze the study of the transformations of the Alentejo landscape at various scales and the problem of vernacular architecture in relation to the “*montes*” of the Beja region.

The starting point was a process of graphing 12 “*montes*” at a historical and typological level, complemented by theoretical research. Each “*monte*” is a unique case, in terms of complexity, size and even function, however, there are some typological similarities that result in a traditional Alentejo architecture.

It is from the recognition of the problematic inherent to the region under study that a strategy of dynamization and intervention is presented later in order to revitalize these landmarks of the Alentejo landscape with a view to preserving and safeguarding the vernacular heritage.

Preserving a memory of the past, it is demonstrated based on the current needs of the territory, the importance of traditional construction techniques and materials in communion with the surrounding landscape for a sustainable development of the region in cultural, economic, social and environmental.

KEYWORDS

Vernacular architecture | Rehabilitation | Sustainability | Landscape | “*Monte*”



III. AGRADECIMENTOS

A elaboração da presente dissertação, que simboliza o final de mais uma etapa na minha vida, contou, de forma direta ou indireta, com o apoio de muitas pessoas, às quais dedico as seguintes palavras de agradecimento.

Aos meus pais por me ensinarem que nada é dado, mas tudo se conquista apesar das adversidades que a vida nos apresenta. Aos meus avós maternos, pelo carinho e por toda a ajuda, que me possibilitou chegar aqui, um especial obrigado à minha mãe pelo apoio e por sempre ter acreditado em mim.

À minha prima, que acompanhou o meu percurso na linha da frente, auxiliando no meu desenvolvimento pessoal e académico.

Aos meus amigos mais próximos com os quais partilhei momentos de alegria e de agonia passados ao longo destes 7 anos.

Ao Gonçalo o meu especial obrigado, pelo amor, a amizade, a paciência, por melhorar os dias de maior dificuldade, e por desbravar mato para eu poder chegar aos montes.

Termino com o agradecimento ao professor Filipe Gonzalez, pela compreensão, transmissão de conhecimentos, desafios lançados, sugestões e disponibilidade de acompanhamento para o constante aperfeiçoamento deste trabalho.



IV. ÍNDICE GERAL

I. RESUMO	I
II. ABSTRACT	III
III. AGRADECIMENTOS.....	V
IV. ÍNDICE GERAL	VII
V. ÍNDICE DE FIGURAS	XI
VI. ÍNDICE DE QUADROS	XIX
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 ENQUADRAMENTO	1
1.2 ESCOLHA DO TEMA	5
1.3 PROBLEMÁTICA DO TEMA	7
1.4 OBJETIVOS	11
1.5 METODOLOGIA	15
2. MOTIVAÇÕES	19
2.1 TRADIÇÃO E IDENTIDADE	21
2.2 MEMÓRIA	27
2.3 PATRIMÓNIO VERNÁCULO.....	31
2.4 DEGRADAÇÃO / RUÍNA.....	35
2.5 PREOCUPAÇÕES ECOLÓGICAS	39
2.6 IMPORTÂNCIA DA REABILITAÇÃO	43
3. A REGIÃO	49
3.1. A PAISAGEM.....	51
3.2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	57
3.3 CONTEXTO HISTÓRICO.....	63
3.4. CONTEXTO GEOGRÁFICO E MORFOLÓGICO.....	69
3.5. CARACTERIZAÇÃO TRADICIONAL DA PAISAGEM.....	77
3.6. TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM	87
3.7 CONSEQUÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES PAISAGÍSTICAS.....	97
4. ARQUITECTURA RURAL: O MONTE.....	101

4.1 ARQUITETURA DE TERRA	103
4.2 ORIGEM DO MONTE	111
4.3 TIPOS DE MONTES E RESPECTIVA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	117
4.4 O MONTE.....	127
4.4.1 REVISÃO CRONOLÓGICA DA ARQUITETURA POPULAR	129
4.4.2 SELEÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO	137
4.4.3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.....	143
4.4.4 CONSTRUÇÕES AUXILIARES PRODUTIVAS	159
4.5 TÉCNICAS E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS	177
5. PROBLEMÁTICAS DA ATUALIDADE	197
5.1 ABANDONO E O ESTADO DE RUÍNA DO MONTE	199
5.2 PROGRESSO REGIONAL.....	207
5.3 CRISE GLOBAL E PROCURA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	215
6. PERSPETIVAS FUTURAS.....	221
6.1 CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	223
6.2 A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA VERNÁCULA NA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL	229
6.3 REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL.....	237
6.4 ANOMALIAS E TÉCNICAS DE REABILITAÇÃO DE ARQUITETURA DE TERRA	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	257
ANEXOS	267
ANEXO 1 - CARTAS GEOGRÁFICAS.....	269
APÊNDICES.....	293
APÊNDICE 1 – A REGIÃO	295
APÊNDICE 2 – RELATÓRIOS DE AVALIAÇÕES DOS CASOS DE ESTUDO	307
APÊNDICE 3 - OUTROS MONTES.....	363
APÊNDICE 4 - ILUSTRAÇÕES.....	381



V. ÍNDICE DE FIGURAS

1 Monte do Arcediago – Imagem da autora 2018	0
2 Monte da Horta de Cima – Imagem da autora 2018.....	0
3 Montinho – Imagem da autora 2018	0
4 Campo de Montado com pasto selvagem - Imagem da autora 2018	4
5 Campo de Montado – Mombeja – Imagem da autora 2018.....	4
6 Campo de Montado – Mombeja – Imagem da autora 2018.....	4
7 Monte da Corte Negra - Imagem da autora 2018.....	6
8 Monte do Marquês - Imagem da autora 2018.....	6
9 Monte da Diabrória - Imagem da autora 2018.....	6
10 Monte Vale de Russins – Imagem da autora 2018.....	10
11 Monte do Queimado - Imagem da autora 2018.....	10
12 Monte da Figueirinha - Imagem da autora 2018	10
13 Montado Peroguarda – Imagem da autora 2018	14
14 Monte do Marquês - Imagem da autora 2018.....	14
15 Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018	14
16 - Ceifa - fonte Arquitetura Popular em Portugal.....	26
17 Agro-Pecuária fonte: Arquitetura Popular em Portugal.....	30
18 Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018	34
19 Montado alentejano com presença de gado ovino, Vale de Russins – Imagem da autora 2018.....	38
20 Monte da Corte Negra – Imagem da autora 2018	42
21 Sub-unidades do território alentejano – Ilustração nossa, adaptada de Programa Operacional Regional Do Alentejo 2007-2013	54
22 Vista do Monte da Murteira – Imagem da autora 2018.....	56
23 Gado Ovino, Vale de Russins – Imagem da autora 2018	56
24 Unidades e sub unidades de paisagem, fonte PDM Beja, Estrutura Ecológica Municipal	57
25 Antiga maquinaria agrícola - Arquitetura Popular em Portugal	62
26 Ceifa Tradicional - Fonte: Histórias com História.....	62
27 Faina Mecanizada fonte: Arquitetura Popular em Portugal	62
28 - Trabalhos do campo - Fonte blog Histórias com História	68
29 Modelação da Paisagem - Fonte: Arquitetura Popular em Portugal.....	68

30 Mapa de Declives - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO	69
31 Mapa de Linhas de Água - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO.....	70
32 Mapa de Sistema Húmido - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO.....	70
33 Mapa de valor ecológico do solo - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO.....	70
34 Temperatura Média - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO	71
35 Níveis de Precipitação - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO	71
36 Síntese de ocupação do solo - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO.....	73
37 Paisagem Alentejana - estrada Beringel / Peroguarda - Imagem da autora 2018.....	76
38 Campos Alentejanos - estrada Beringel/Peroguarda - Imagem da autora 2018.....	76
39 Campo de montado - Cabeça Gorda - Fonte vista aérea google maps....	80
40 Campo de montado - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018.....	80
41 Gado ovino - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018	81
42 Gado Bovino - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018.....	81
43 Campos de oliveiras bravas - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018 ..	83
44 Barragem dos Pisões, vista de Beringel – Imagem da autora 2018	86
45 Cultura intensiva de oliveira, vista de Beringel - Imagem da autora 2018	86
46 Paisagem Tradicional do Alentejo, recolha 2018- Pintura de Vítor Costa 2010 - http://vitormelocosta.blogspot.com/	88
47 Cartazes alusivos à Reforma Agrária - Fonte blog Histórias com História	90
48 Populações no Alentejo numa forma de manifestação durante a Reforma Agrária - Fonte blog Histórias com História	90
49 – Campo de Montado, Peroguarda– Imagem da autora 2018	96
50 - Campos de olival intensivo, vista de Beringel– Imagem da autora 2018	96
51 Adaptado de Hugo in Houbene Hubert Guillaud (1989). <i>Traité de Construction en Terre</i> . Fonte Maria Fernandes (AA.VV, 10ª Mesa Redonda de Primavera, 2006)	105
52 Expressão da arquitetura de terra, Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018	108
53 Monte da Morteira - Imagem da autora 2018.....	110
54 Monte do Almocreva de Baixo - Imagem da autora 2018	110
55 Monte da Cerâmica do Outeiro - Imagem da autora 2018	110
56 Vila Romana de São Cucufate - Fonte Website Documentar o Mundo.....	113

57 Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	113
58 Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018	115
59 Pocilga do monte da Melancina - Imagem da autora 2018	116
60 Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	116
61 Pormenor de fachada do monte da Melancina - Imagem da autora 2018	116
62 Trabalhadoras no Alentejo chegando ao trabalho na década de 1950 - Fonte blog Histórias com História.....	121
63 Trabalhadores na monda no Alentejo no início dos anos 70 - Fonte blog Histórias com História	121
64 Trabalhadores operando na debulhadora após o 25 de Abril de 1974 - Fonte blog Histórias com História.....	122
65 Trabalhadores das limpezas das terras no Alentejo no início dos anos 70 - Fonte blog Histórias com História	122
66 Casamento no Alentejo nos anos 60 - Fonte blog Histórias com História	123
67 Procissão no Alentejo nos anos 70 - Fonte blog Histórias com História	123
68 Montinho em Vale de Russins - Imagem da autora 2018.....	126
69 Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018	126
70 Pormenor de Chaminé - Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018	126
71 Monte na Baronia - fonte Mário Moutinho (1995).....	128
72 Representação do percurso tomado - Imagem da autora 2018	136
73 Percurso selecionado pela autora, imagem adaptada por a autora.....	138
74 Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	142
75 Monte dos Avalões, desenho da autora.....	144
76 Monte do Outeiro, fonte: Arquitetura Tradicional Portuguesa	144
77 Monte do Soeiro, desenhos da autora	145
78 Monte da Cascalheira, fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa.....	146
79 Monte da Horta do Cano - Imagem da autora 2018	147
80 Pormenor de contraforte de pedra, Monte da Chaminé - Imagem da autora 2018.....	147
81 Exemplo de vãos reduzidos, Monte da Quinta da Rocha - Imagem da autora 2018.....	147
82 Demonstração de vãos, Monte do Almocreva de Baixo - Imagem da autora 2018.....	147
83 Monte da Murteira, apontamento de azul no exterior- Imagem da autora 2018	148
84 Monte do Arcediago, apontamento de ocre nos interiores- Imagem da autora 2018.....	148
85 Monte da Murteira, pormenor de caiação- Imagem da autora 2018	148

86 Monte da Melancina, pormenor do desgaste da cal - Imagem da autora 2018.....	148
87 Telhado de vigamento simples de pranchas de madeira, Monte da Melancina - Imagem da autora 201888 Telhado de vigamento simples, barrotes de madeira e palha, Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018	149
89 Telhado de vigamento simples, barrotes de madeira e palha, Monte do Arcediago - Imagem da autora 201890 Telhado de vigamento simples, barrotes de madeira, Monte da Chaminé - Imagem da autora 2018.....	150
91 Chaminé do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	150
92 Ilustração de Vigílio Correia em "Chaminés do Sul" - Fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa	150
93 Chaminé do Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018	150
94 Chaminé Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018.....	151
95 Chaminé Monte dos Avalões - Imagem da autora 2018	151
96 Ilustração de Vigílio Correia em "Chaminés do Sul" - Fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa	151
97 Interior de cozinha monte do Outeiro - Fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa.....	152
98 Entrada direta para a cozinha, divisões sucessivas, Monte da Quinta da Rocha - Desenho da autora	153
99 Entrada direta para a sala, divisões sucessivas, Monte da Murteira - Desenho nosso	154
100 Entrada e distribuição das divisões por corredores, casa do senhorio Monte da Melancina - Desenho nosso.....	154
101 Monte da Melancina - Desenho da autora	155
102 Estrutura do Monte da Melancina - Desenho nosso	156
103 Unidade auxiliar agrícola Vale de Russins - Imagem da autora 2018 .	158
104 Silo do Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018.....	161
105 Silo do Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018.....	161
106 Imagem ilustrativa de um forno de cal - Fonte documento "Histórias da Cal" do LNEC	162
107 Forno de Cal nas proximidades de Beringel - Imagem da autora 2018	163
108 Pormenor do interior do forno de cal - Imagem da autora 2018	163
109 Tanque descoberto em ruína, Monte da Chaminé - Imagem da autora 2018.....	164
110 Tanque abandonado do Monte do Arcediago – Imagem da autora 2018	164
111 Tanque do Monte da Corte Negra, uso atual de lago – Imagem da autora 2018	165
112 Pequeno tanque no Monte do Marquês usado para reservatório e como elemento decorativo do ambiente exterior - Imagem da autora 2018.....	165

113 Tanque de lavagem com telheiro, Monte do Arcediago – Imagem da autora 2018.....	166
114 Poço no Monte da figueirinha - Imagem da autora 2018	167
115 Poço do Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018.....	167
116 Divisórias na malhada, Monte da Melancina - Ilustração da autora	168
117 Malhada, Monte da Melancina - Imagem da autora 2018.....	168
118 Divisórias na malhada, Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	168
119 Cavalaria interior, Monte da Murteira - Ilustração da autora	169
120 Cavalaria exterior, Monte da Melancina - Imagem nossa (26 de agosto de 2018).....	169
121 Estábulo interiores, Monte da Melancina - Imagem nossa (26 de agosto de 2018).....	169
122 Moinho nas proximidades de Beringel - Imagem da autora 2018	170
123 Pormenor de vãos do moinho - Imagem da autora 2018	171
124 Detalhes da construção do moinho - Imagem da autora 2018	171
125 Forno do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	172
126 Forno do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	172
127 Forno do Monte da Horta de Cima - Ilustração nossa	173
128 Forno coberto do Monte da Murteira - Ilustração nossa	174
129 Pormenor da boca do forno do Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018	174
130 Forno do Monte dos Avalões - Imagem da autora 2018	174
131 Pormenor de Construção, Monte do Queimado - Imagem da autora 2018	176
132 Chaminé Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018	176
133 Pormenor de sala, Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018	176
134 Imagem ilustrativa dos materiais e técnicas construtivas, Monte da Murteira - Imagem da autora 2018.....	178
135 Técnica construtiva de taipa - Fonte website História das Artes	180
136 Extração da terra - Fonte: Arquitetura Popular em Portugal	181
137 Molde de taipa - Fonte Arquitetura Popular em Portugal.....	181
138 Batimento da terra - Fonte Arquitetura Popular em Portugal	181
139 Moldes de Adobe - Fonte documento Técnica Construtiva: Adobe, de website SlideShare	183
140 Amassar da terra - Fonte Arquitetura Popular em Portugal	183
141 Amassar da terra - Fonte Arquitetura Popular em Portugal.....	183
142 Transferência da terra para os moldes - Fonte Arquitetura Popular em Portugal.....	183
143 Pormenor de arcos e materialidade cerâmica, Monte da Melancina - Imagem da autora 2018.....	185
144 Pormenor de arco, Monte da Murteira - Imagem da autora 2018	185

145 Pormenor de abobadilha, Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018.....	185
146 Esquema de aparelhamento de pedra - fonte documento Alvenaria Técnica e Arte no website Slide Share	186
147 Sequência do fabrico de cal - Fonte A Cal na Construção	188
148 Pormenor de caiação e de pigmentação no contorno dos vãos - Imagem da autora 2018.....	189
149 Ilustração nossa, da geometria dos pavimentos dos casos de estudo .	190
150 Chaminé do Monte do Arcediago - Ilustração nossa	194
151 Chaminé do Monte da Murteira - Ilustração nossa.....	194
152 Chaminé do Monte da Corte Negra - Ilustração nossa.....	194
153 Diagrama adaptado de (Ferreira 2010).....	200
154 Sistema degenerativo arquitetónico - Fonte (Rocha 2014).....	201
155 Monte da Cerâmica do Outeiro, foto representativa da exposição dos vãos ao exterior - Imagem da autora 2018	202
156 Monte da Murteira - imagem representativa da vegetação a incorporar a edificação - Imagem da autora 2018	203
157 Monte da Murteira - Imagem representativa da degradação da cobertura e da vegetação a incorporar a edificação - Imagem da autora 2018	203
158 Monte do Soeiro - Imagem representativa da vegetação a incorporar a edificação - Imagem da autora 2018	203
159 Monte do Queimado, vegetação no interior do edificado - Imagem da autora 2018	203
160 Vegetação a incorporar o interior da construção- Imagem da autora 2018.....	203
161 Monte da Chaminé - Demonstração da fragmentação do edificado - Imagem da autora 2018	204
162 Monte da Horta de Cima, fusão entre arquitetura e vegetação - Imagem da autora 2018.....	204
163 Edificado em estado de degradação total - Imagem da autora 2018 ...	204
164 Representação da antiga estrutura paisagística do Alentejo - Imagem da autora 2018	206
165 Representação da nova estrutura paisagística do Baixo Alentejo- Imagem da autora 2018	206
166 Expressão do regadio e das novas culturas no Alentejo - Imagem da autora 2018	209
167 Representação do desenvolvimento, Corte Negra - Imagem da autora 2018	214
168 Representação da crise, Monte do Queimado- Imagem da autora 2018	214
169 Adaptado de Amado et al. 2015 - As três componentes do Desenvolvimento Sustentável.....	216

170 Evolução do conceito de sustentabilidade na construção - Fonte Pinheiro 2006	225
171 Imagem representativa do meio e recursos disponíveis - Imagem da autora 2018.....	228
172 Representação de construção com recurso a matérias-primas locais - Imagem da autora 2018.....	228
173 Ganhos solares passivos - Fonte Quintino	234
174 Diagrama de Behling - Fonte Fernandes (2012)	235
175 Vista da degradação do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018	236
176 Monte da Corte Negra - Imagem da autora 2018.....	236
177 Imagem representativa de uma parede estrutural, Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018	242
178 Imagem representativa da degradação do Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018.....	242
179 Representação genérica das paredes dos montes, Monte do Queimado - Imagem da autora 2018.....	247



VI. ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Fases de reinvenção arquitetónica, adaptado de (Rosa, Marco 2016)	44
Quadro 2 - Montes visitados no percurso, por ordem de visita	138
Quadro 3 Soluções de coberturas - tabela realizada pela autora	192
Quadro 4 Axioma da Sustentabilidade - Fonte Janina Krupp 2016 adaptado de Heinberg	217
Quadro 5 Tipos de construção - Fonte Mateus e Bragança 2011	224
Quadro 6 Quadro comparativo do ciclo de vida dos materiais naturais e artificiais - Fonte Gonzalez	232



1.INTRODUÇÃO

“Quem alguma vez percorrer o Alentejo encontra de longe em longe, perdidas na planura extensa, leves ondulações de terreno, onde se empoleiram casas brancas, que o sol faz brilhar nos ardentes dias de verão. São os «montes», residências de lavradores que, rodeados da família e da criadagem ali vivem, embrenhados na terra, mantendo assim os hábitos de velhas tradições”.

(Montes, O Monte Alentejano, 1940)



1 Monte do Arcediago – Imagem da autora 2018



2 Monte da Horta de Cima – Imagem da autora 2018



3 Montinho – Imagem da autora 2018

1.1 ENQUADRAMENTO

Para todos os arquitetos, em especial os jovens arquitetos, o tema da reabilitação arquitetónica é atualmente um assunto incontornável. Cada vez mais a conservação, preservação, manutenção e defesa do património vernáculo é um assunto da maior importância e que se deve ter em conta.

A arquitetura vernácula encerra em si todo um leque de estratégias passivas cada vez mais adaptadas à atualidade, com um reduzido impacte ambiental. Esta também preserva toda a memória, entidade social, e raízes que caracterizam uma região.

Com a desertificação humana das áreas rurais os centros urbanos em especial no litoral, o interior do nosso país, principalmente as construções isoladas transformam-se em ruínas. Os poucos moradores que viviam nestes espaços, que viviam e trabalhavam da atividade agrícola e pecuária, acabam por se retirar para as cidades ou aldeias onde aqui a maioria da população é idosa.

Este trabalho pretende fazer um estudo de uma dessas regiões de Portugal que sofreu fortemente com a desertificação, o Baixo Alentejo. O foco deste estudo irá recair nos edifícios tradicionais rurais alentejanos que outrora fizeram parte do quotidiano e atualmente carecem de uso. Sujeitos ao abandono, sobrevivem, na expectativa de que um dia possam recuperar a sua identidade e os seus valores culturais, sociais e históricos.

Com a viragem dos últimos anos em que o regadio e as barragens estão a desenvolver novas culturas agrícolas no Alentejo, e com a expansão do turismo rural nesta zona, é importante começar a reabilitar e a reintegrar estas construções típicas nas novas atividades de produção e lazer. Desta forma estas construções que retratam a história de gerações, não são abandonadas nem esquecidas, mas são revitalizadas e reintegradas nas necessidades dos dias de hoje.



6 Campo de Montado – Mombeja – Imagem da autora 2018



5 Campo de Montado – Mombeja – Imagem da autora 2018



4 Campo de Montado com pasto selvagem - Imagem da autora 2018

1.2 ESCOLHA DO TEMA

Um dos grandes impulsionadores da escolha do tema é a naturalidade da autora, alentejana, mais propriamente do município de Beja, que viu neste tema uma forma de aliar a sua formação académica com o estudo das suas raízes e cultura, com um sentimento de admiração e fascínio pela arquitetura alentejana. A arquitetura sem arquiteto, exemplo perfeito de uma relação entre o saber e o construir, de modo artesanal, é construída uma habitação que encerra em si a perfeita união entre estrutura, espaço, forma, uso, materialidade e técnicas.

Como escreve Hubert Guillaud *“...há também uma outra dimensão, a da relação entre a ação (o construir), o espaço (o sítio e o seu solo, os materiais) e o tempo (os ritmos de vida dos habitantes). É assim que o habitat é a expressão tangível dos valores materiais (arquétipos e modelos do edificado) e imateriais (práticas, saber-fazer, artesanatos e artes) dos construtores que o erigiram. É tudo isto que faz verdadeiramente a cultura construtiva e a cultura arquitetónica, o que se denominou também de Genius Loci”*.

1 Genius loci é um termo latino que se refere ao "espírito do lugar". Esta expressão foi fortemente adotada pelas disciplinas de teoria da arquitetura para definir uma abordagem fenomenológica do ambiente e da interação entre lugar e identidade, tal como propõe Christian Norberg-Schulz.



7 Monte da Corte Negra - Imagem da autora 2018



9 Monte da Diabrória - Imagem da autora 2018



8 Monte do Marquês - Imagem da autora 2018

1.3 PROBLEMÁTICA DO TEMA

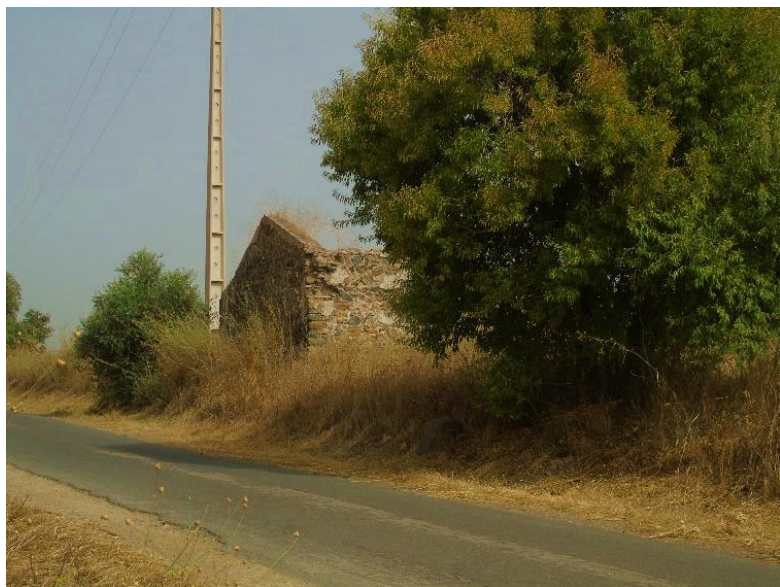
Numa região pouco industrializada e tradicionalmente agrícola, a exploração das terras é a base da economia da região. Escassamente povoada e assolada por guerras, este território é assinalado por um sistema de latifúndio que caracteriza a paisagem rural da região, marcada por pequenas construções arquitetónicas, de carácter habitacional e associadas à exploração agrícola, vieram a sofrer um abandono gradual tornando-se obsoletas, aquando do declínio desta atividade.

As grandes mudanças que este território sofreu começaram em meados do século XIX. Mas foi no século XX que as primeiras transformações se fizeram sentir. A mecanização dos meios de cultivo veio abalar a economia regional, os campos bravos tradicionais foram desaparecendo, dando lugar a campos cerealíferos de excessiva produção.

Com a crescente evolução tecnológica e respetivas mudanças na própria sociedade nas últimas décadas, o trabalho do campo sofre um elevado corte. O sustento económico a partir do trabalho do campo é insuficiente, obrigando a maioria da população a retirar-se das áreas rurais, resultando no abandono populacional e num processo de exploração mecanizado intensivo, que descaracteriza progressivamente a paisagem, causando graves impactes ambientais e a sucessiva degradação dos marcos arquitetónicos da paisagem, alusivos à vida agrícola de outrora.

Assim é necessário abordar-se estas problemáticas para a consciencialização dos impactes que estas alterações têm provocado no

ambiente, na paisagem tradicional alentejana e principalmente nas consequências que atingem o tema de estudo deste trabalho da arquitetura vernácula do Alentejo.



12 Monte da Figueirinha - Imagem da autora 2018



10 Monte Vale de Russins – Imagem da autora 2018



11 Monte do Queimado - Imagem da autora 2018

1.4 OBJETIVOS

Este trabalho visa o estudo da arquitetura vernácula portuguesa no Baixo Alentejo, mais especificamente as construções isoladas nas paisagens alentejanas, o Monte Alentejano, num percurso definido nos municípios de Beja e Ferreira do Alentejo.

O primeiro objetivo é de perceber a singularidade e a relevância da cultura Alentejana (desde as construções, aos saberes e tradições da população) e a importância de a preservar e revitalizar. Não com um objetivo de tornar estas construções em peças museológicas, e não entrando numa fase exaustiva de projeto, pretende-se a apresentação e caracterização de vários exemplos de montes alentejanos (documentados fotográfica e graficamente) e o seu estado atual de abandono e ruína.

Com este levantamento o objetivo é averiguar se a reabilitação destas construções é uma mais-valia para a preservação da arquitetura tradicional², recorrendo à dimensão histórica paisagística e dos seus elementos arquitetónicos, para que se chegue a uma estratégia de requalificação dos mesmos de forma sustentável, com técnicas de construções em terra, na procura de um método de construção menos prejudicial ao ambiente. Introduzindo novos usos na construção, de forma

² Interessa averiguar se nestas construções mais que uma preservação museológica, se estas têm capacidade de serem inseridas nas necessidades de habitação e laborais dos dias de hoje, com uma reabilitação de uma forma económica e sempre que possível com um uso e gestão sustentável dos materiais da região.

a que se enquadrem na sociedade atual e desta forma dinamizar a região a nível económico e populacional.

É assim essencial mostrar que os valores do povo alentejano e da arquitetura tradicional alentejana devem estar presentes na arquitetura atual, seja ela na construção nova ou na reintegração e na reabilitação contemporânea das ruínas dos campos alentejanos. Mantendo as memórias, as tradições, as técnicas, mas conduzindo o seu uso e função para a atualidade.



13 Montado Peroguarda – Imagem da autora 2018



15 Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018



14 Monte do Marquês - Imagem da autora 2018

1.5 METODOLOGIA

Este trabalho foi gerado em fases distintas que temporalmente se foram sobrepondo, à medida que o trabalho foi desenvolvido.

Fase 1 – Investigação

A primeira fase do trabalho englobou todo o estudo necessário à compreensão do monte alentejano. Nesta fase foram abordados os conceitos que levaram à escolha do tema, questão da memória e ruína, preocupações ecológicas, a importância da reabilitação do património edificado, entre outros.

Posteriormente foi necessário contextualizar os casos de estudo selecionados, abordando o percurso escolhido sobre o território alentejano com o objetivo de conhecer as suas raízes, a sua evolução, as suas características e como estas influenciam a localização das peças de estudo. Já iniciada a análise dos próprios montes foi essencial um estudo a fundo das suas origens, tipologias, organização, elementos construtivos e técnicas de construção.

Por fim chegado ao tema das técnicas construtivas mais do que perceber a sua aplicação foi fundamental perceber as suas potencialidades, a sua mais-valia para aplicações atuais.

Fase 2 – Levantamento dos casos de estudo

Numa segunda fase, efetuaram-se os levantamentos dos casos de estudo e o estado em que se encontram no presente momento. Para tal é efetuado um trabalho de campo, que consiste no reconhecimento territorial, com uso de levantamento gráfico detalhado e com complemento de levantamento fotográfico, com entrevistas a pessoas locais para uma melhor perceção das vivências e tradições destes espaços.

Fase 3 – Estudo da situação atual da região

No seguimento do trabalho de campo foi importante, a perceção da atualidade do território alentejano, quais as suas necessidades, as suas carências, as práticas agrícolas atuais e a importância do turismo rural. Foi assim fundamental o recurso a entrevistas à entidade privada responsável pela introdução do regadio no Alentejo (EDIA) e visitas a montes alentejanos já reabilitados e a forma como estes se inserem no contexto atual da região, em situação de produção ou de lazer.

Fase 4 – Cruzamento de informações

Feito os levantamentos *in situ*, com a compreensão das necessidades atuais da região, com o entendimento das técnicas construtivas, transportou-se estes conhecimentos para o trabalho escrito e cruzaram-se estas premissas para se averiguar se os casos de estudo selecionados deveriam ser considerados para uma possível reabilitação.

Fase 5 – Registos conclusivos

Por fim, e com todo o material recolhido e processado, é demonstrada a importância da reabilitação destes tipos de construções, respetivas técnicas a usar em caso de reabilitações, e suas vantagens para o meio ambiente assim como para a própria região.



2.MOTIVAÇÕES

“Todo lugar é único justamente na medida em que se geram determinadas afinidades ou analogias com outros (...) Cada lugar é recordado porque se converte num lugar de afetos ou porque chegamos a identificarmos com ele”

(Rossi, 1998)

2.1 TRADIÇÃO E IDENTIDADE

“Tradição é uma sedimentação de imagens e experiências que não podem ser inventadas, apenas vividas” (Pallasmaa, 2012)

Identidade: entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado. in Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído.

Aquilo que designamos de tradicional abarca todo um conjunto de premissas, que (in)conscientemente estão presentes na base das sociedades. Cultura, memória, passado, legado são conceitos que explicam e revelam sentido a gestos do nosso quotidiano, seja nos hábitos, nos costumes, nos valores, nas atitudes, nas artes, na música ou nas construções.

Através de atos de observação e repetição forma-se uma cadeia de continuidade e transmissão que passada de geração em geração garante e mantém a identidade individual e coletiva de um grupo. Crescemos em contacto com práticas e objetos que nos moldam como indivíduos e em comunidades. Cada comunidade detém diferentes valores (linguísticos, culturais, geográficos, entre outros) que nos definem e distinguem dos outros, que nos conferem uma identidade³.

³ Vasco Pereira e João Guerra Martins no seu trabalho demonstram a importância da relação do Homem com o meio geográfico, económico e social, que caracteriza a tradição e permanência, no tempo e no espaço.

Como escreve Pallasmaa⁴ *“A identidade não é um facto oferecido É uma troca; como me relaciono com um lugar e como o lugar se relaciona comigo”* (Newness tradition and identity: existential content and meaning in architecture, 2012)

A identidade não representa apenas um lugar, representa a forma como os indivíduos vivem esse lugar através do tempo. Assim a identidade renova-se, pois representa as diferentes mudanças que cada cultura sofre de época para época de geração após geração. A identidade mais do que representar as tradições de uma sociedade, revela o seu passado e o tempo em que vivemos, caracteriza uma sociedade por aquilo que foi e aquilo que é.

Carta Sobre O Património Construído Vernáculo *“(...) expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, expressão da diversidade cultural do mundo, representando o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat (...) expressões culturais vão desde os modos de existência materiais aos objetos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção as maneiras de comunicar e ao imaginário social e integram a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem (...), tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer.”*

A tradição (vista por muitos como conservadora e desatualizada), tal como a identidade, não é estática, está em constante evolução através de alterações contínuas, brandas e subtis. Ao longo dos tempos as tradições

⁴ Tradução livre.

vão perdendo ou ganhando conteúdo e sofrendo mutações que provocam ruturas e mudam a identidade cultural de uma sociedade.

A rutura surge através de uma vontade de mudança, que por exaustão, desgaste ou decadência, a sociedade não se revê nos valores antigos. Nos dias que correm a sociedade está virada para o futuro e formaliza, de uma forma generalizada, a novidade como único veículo de qualidade.

A arquitetura é um grande exemplo da dualidade que existe entre tradição/identidade vs. rutura.

Com os movimentos modernos e com os arquitetos de vanguarda, a arquitetura tradicional, que em Portugal é remetida para a arquitetura popular, é posta de parte. É dada como obsoleta pelos movimentos generalistas globais que apenas pretendem responder a ideias, que se afastam da natureza do sítio ou da própria cultura.

“Arquitetura tradicional é uma invenção do espírito; ela possui uma universalidade maior que as línguas, pois os seus elementos são compreensíveis sem tradução” (Krier, 1999)

Na verdade, a arquitetura tradicional é apresentada como um conjunto de saberes empíricos passados entre gerações que abrange aspetos criativos, compositivos, produtivos e construtivos⁵ que estimulam um percurso ao futuro equilibrado com saberes passados que dão continuidade à identidade cultural de uma região, *“garante o futuro, a continuidade da cultura e o encontro permanente com outros equilíbrios”* (Santos, 2013).

⁵ Paulo Quitério no seu trabalho *Arquiteturas ou vivências de um espaço*, refere uma relação entre três elementos que caracterizam a arquitetura popular: Homem, sítio e materiais. *“A participação direta do usuário no projeto e na realização, estabelece entre ambos (obra-usuário) uma certa relação afetiva de incidência positiva no resultado final”*.

Enraizada pelas condições locais, a arquitetura popular tem estilos próprios, não globalizados, que se adaptam em contextos específicos, formando a singularidade da identidade.

A arquitetura é um importantíssimo suporte material da identidade cultural, pois vincula as memórias do passado de um lugar no espaço físico.



16 - Ceifa - fonte *Arquitetura Popular em Portugal*

2.2 MEMÓRIA

(...) a memória reconhece aspetos relevantes relacionados com atos e pensamentos humanos, associados ao curso da história e, todavia, acessíveis a todos. in Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído.

Sem memória não existe tradição, não existe identidade, a memória enraíza o passado e confere-lhe significado de modo a percebermos o presente e idealizar o futuro.

Tanto a história como a memória representam o passado, no entanto a história limita-se a relatar os factos enquanto a memória sofre alterações, dando um carácter único e pessoal aos factos.

Como escreve Juhani Pallasmaa, (2012) *“A arquitetura glorifica e eterniza alguma coisa. Quando não há nada a glorificar não há mais arquitetura, cultura e memória”*.

Atinente à memória é importante a presença do lugar arquitetónico. As memórias são fixadas através de uma experiência do indivíduo em função do lugar e do tempo.

O lugar e o tempo sempre foram determinantes nas memórias, pois fazem parte do seu contexto e são dos poucos elementos que ao longo do tempo

se mantêm intactos sem grandes modificações, são os elementos mais objetivos das memórias. No entanto, como acontece regularmente nas memórias, os detalhes acabam por ser esquecidos, pormenores como a textura, forma, cor e luz vão desvanecendo.

Um lugar arquitetónico exige construção, o construído absorve um vasto conjunto de memórias. A construção, em geral, é tão importante como os lugares na criação de memórias. O construído detém em si muitas memórias, individuais ou coletivas, ou, melhor dizendo, o construído permitiu que aqueles que o vivenciaram fabricassem lembranças, com mais importância para uns, para outros menos, mas são edifícios que devem ser preservados para que fixem as recordações de quem já ali passou e continue a criar memórias para os que aí possam ir.

“(...) para encarar e melhor compreender o momento (presente), com vista para aquilo que já aconteceu (passado) e permitir especular o que poderá vir depois (futuro).” (Santos, 2013)

O que está bem presente na sociedade moderna atual é o esquecimento, que olha para as memórias do passado apenas como um método histórico que compreendemos, mas que não se aplica. Isto leva a que se perca a nossa identidade, as nossas raízes, o que observamos perde significado.

É necessário contrariar esta tendência, para podermos ir em direção a um futuro que preserve a nossa identidade cultural. Muitas das vezes, apenas edifícios com um grande valor arquitetónico passam por processos de preservação que ajudam a vincular as memórias. No entanto, esta tendência é imperfeita.

As nossas heranças materiais e imateriais vinculam lembranças que enraizadas no espaço e no tempo, guardam e conservam a cultura de um povo. Isto é património, as memórias e o património são dois conceitos que

se interligam e complementam. É fundamental perceber que cada caso é único, e que para se preservar a memória é necessário preservar o património.



2.3 PATRIMÓNIO VERNÁCULO

Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores. in Carta de Cracóvia 2000, Princípios para a conservação e o restauro do património construído. in Carta de Cracóvia 2000

Como já mencionado, associado à memória surge o conceito de património. Este conceito faz referência a uma ideia do que nos é herdado, do que está disponível ao nosso conhecimento, material ou abstrato é parte integrante da memória social de uma comunidade. O património é assim visto como um valor sociocultural, que representa uma identidade cultural com um elevado valor pedagógico.

Com a globalização, o domínio do tema patrimonial, aponta para uma consciencialização e reconhecimento da cultura que deixou de estar limitado aos edifícios individuais. O património natural é assim associado ao património tangível e intangível que o Homem produz, sendo ultrapassado o conceito estereotipado do monumento como património.

No final do século passado confere-se particular destaque para o conceito de património vernáculo e rural, onde se destaca a preservação e reabilitação de certas comunidades e a sua ligação com o meio rural, que anteriormente eram esquecidas.

Como escreve Champetier *“A Europa rural tem a sorte de possuir um património natural e cultural extremamente rico e variado. A gama deste património é muito grande. Engloba a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitetónicas, sob a forma de edifícios, mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, ...) agrupados no termo “pequeno património””* (Champetier, 1998)

A relação indissociável entre o Homem e o território, origina um património único, com competências e técnicas artesanais que devem ser passadas às novas gerações e adaptadas às necessidades sociais atuais para que não sejam esquecidas.

O património vernáculo, marca práticas e hábitos da vida rural, que são associados à paisagem e a construções pequenas de âmbito agrícola, com carácter funcional e técnico, que serviam pequenas populações agrícolas, com um carácter económico e produtivo autossustentável que valorizavam o espaço e se adaptavam ao meio e às condicionantes naturais.

Na sequência de processos de industrialização e do êxodo rural, a paisagem rural é alterada de modo significativo, resultando no abandono destes lugares. Felizmente na segunda metade de século XX este património é reconhecido e valorizado. Assim em 1999, surge a *Carta do Património Vernáculo*⁶. Nesta carta é destacada a ligação de uma dada comunidade com um lugar, resultante de um sistema evolutivo de adaptação ao ambiente, demonstrando a variedade cultural existente e a importância da sua preservação e reutilização para as comunidades presentes.

⁶ Carta Sobre O Património Construído Vernáculo Icomos, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999.

A defesa do legado histórico e patrimonial ligado às paisagens e às populações revela-se fundamental para a compreensão do conceito de património vernáculo. No que toca à arquitetura este património está ligado a pequenas edificações rurais produtivas que vão ficando esquecidas com o passar do tempo, apenas presentes em memórias antigas, num estado de degradação dificilmente recuperável.



18 Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018

2.4 DEGRADAÇÃO / RUÍNA

Segundo o arqueólogo Jorge de Alarcão a palavra “ruína” que hoje utilizamos é originária do latim, “ruina”, que significa “queda”, “desmoronamento”, justamente o que fica do edifício, o que restou dele. Compreender e identificar a ruína e qual o passado desta, comporta, dois momentos, sendo que o primeiro diz respeito à tentativa de resposta de “o que foi o edifício?” e o segundo momento da interpretação corresponderia “à elaboração de uma imagem de como seria o edifício tal como ele se apresentaria aos seus contemporâneos.”

Jazem esquecidas, devastadas, num estado de falecimento muitas vezes irrecuperável, ao longo do tempo perderam o seu uso, a sua efemeridade, confrontadas com mudanças ambientais, da paisagem, incêndios ou à própria evolução tecnológica e da sociedade, com uma ideia de “progresso”, foram deixadas ao abandono.

Numa época em que se enfrenta uma homogeneização da sociedade através de processos de globalização geral banalizadores e com a desertificação humana, já não possuem um propósito, os aspetos que diferenciam culturas são esquecidos, os saberes, os ofícios, o artesanato e a própria arquitetura, associados ao património vernáculo e que são parte da identidade de um povo são postos de parte (Correia M. , 2007).

Esquecidos pelas gerações mais novas, vão sobrevivendo aos poucos pelos últimos artificios vivos, o património material, esse é deixado ao abandono, num estado de ruína, mas são obras, obras de arquitetura que da mais

simples casa doméstica, ao mais imponente mosteiro, foram criadas com ideia, programa e valores (Brito e Silva, 2014).

Estão sujeitas ao envelhecimento e à degradação, mas acumularam e preservam em si um conjunto de saberes, memórias e distintos valores que requerem esforços de preservação e recuperação, para que lhe seja atribuído, novamente, o propósito da arquitetura (o conceito de abrigo).

“Como todas as coisas da vida, as construções da arquitetura – as obras de arte, em suma – também definham, envelhecem e, a menos que existam condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação, tendem a desaparecer” (Choay, 1992)

Num diálogo entre passado e presente para responder ao futuro é necessário atribuir um novo significado a estas construções, que com novos usos, correspondentes à necessidade atual de cada lugar, salvaguardar a história e a cultura de uma sociedade urbana ou rural.

Estas obras quebradas, desprovidas de utilidade física, e condenadas ao esquecimento, possuem no seu todo um valor de património material pela obra em si e imaterial pelas memórias que preservam os ensinamentos e tradições que ali naquele espaço se viveram. Intervir na ruína, onde antes existia abandono, degradação, é valorizar esta arquitetura, é valorizar o lugar e a relação íntima entre os dois.



19 Montado alentejano com presença de gado ovino, Vale de Russins – Imagem da autora 2018

2.5 PREOCUPAÇÕES ECOLÓGICAS

Para além destes valores imateriais que a arquitetura traduz e que devem ser preservados, a arquitetura tradicional também nos traz outros ensinamentos, nomeadamente a nível do seu carácter bioclimático.

Existe uma enorme diversidade de soluções bio construtivas desde os tempos primitivos, uma vez que o ser humano sempre teve necessidade de se proteger face às condições atmosféricas e restantes perigos. Estas construções mais primitivas tinham em consideração os elementos climáticos e paisagísticos.

Adaptam-se ao meio ambiente e aos recursos disponíveis, com materiais básicos e naturais como a madeira, a terra e a pedra, as soluções de abrigo, contêm uma tradição construtiva local e um saber empírico que passava de geração em geração, são soluções sustentáveis e com pouco impacto ambiental.

Desde a revolução industrial, mas especificamente durante o presente século, o uso abundante da energia deu origem a reduções de custos e preços mais acessíveis para alguns materiais de construção novos e respetivo transporte.

Como resultado, o custo da construção e manutenção dos edifícios caiu. Durante algumas décadas, não foi necessário ter em consideração o ponto

de vista do custo de energia nas questões de desenho, ou os impactes que materiais mais artificializados poderiam ter no ambiente.

Estas questões construtivas aliadas a fatores culturais, sociológicos, económicos entre outros, levaram à decadência das soluções vernáculas e deram lugar a soluções construtivas mais complexas e generalizadas que conduzem a choques negativos no meio ambiente, quer devido aos recursos que utiliza, quer à produção de resíduos ou à energia que o edifício utiliza no seu funcionamento.

Como regista González, (2006) *“... para a Arquitetura o mesmo se passa, sendo a construção em terra crua um momento eficaz na inflexão da tendência poluente e agressiva que a era contemporânea constitui.”*

Em 1972, com a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, surgiu o conceito de sustentabilidade ambiental⁷, em que um dos grandes temas de discussão é o consumo de energia nos edifícios como fator que mais contribui para o impacto ambiental. Assim, é urgente a necessidade de adaptação da arquitetura a um modelo de construção mais sustentável. O consumo de energia não-renovável é o fator que mais contribui para o impacto negativo dos edifícios no meio ambiente, portanto é necessário tomar medidas de modo a minimizar a pegada ecológica dos edifícios ao longo de todo o seu ciclo de vida.

“De entre os fatores de degradação do ambiente é importante salientar o papel dos edifícios, que são responsáveis por 50% do consumo mundial de combustíveis

⁷ Nesta conferência da ONU, são discutidas questões como a degradação ambiental, a poluição, os princípios de preservação e melhoria ambiental, a relação entre a proteção do ambiente e o desenvolvimento humano, fundamentado na otimização e reutilização dos recursos, na maximização da utilização de fontes de energia renováveis no sentido de diminuir o impacto ambiental do setor da construção.

fosseis e 50% da emissão de gases com efeito de estufa.” (Arquitetura e Sustentabilidade Ecológica, 2004)

No final do século XX, as principais preocupações passam a ser a proteção dos recursos naturais, culturais e da diversidade das paisagens, tal como o interesse na redução do impacto da construção, do consumo energético do objeto final, mas igualmente com todo o ciclo de vida do edifício. A extração das matérias-primas, a produção, o transporte, a aplicação e eficiência na utilização dos materiais construtivos, a sua manutenção ou remoção, utilização de materiais reciclados e de fontes recicláveis, minimizar a poluição e a produção de resíduos, proteger a biodiversidade e diminuir a emissão de gases poluentes.

Na mesma altura que surgem estas preocupações ambientais, surgem outras questões tal como o crescimento da população mundial ao longo do século XX, que gerou um crescimento urbano excessivo e desordenado e por consequência um aumento da construção e a degradação do solo (diminuição da fertilidade do solo, do carbono e da biodiversidade, menor capacidade de retenção da água, a interrupção do ciclo gasoso e do ciclo dos nutrientes).

Esta degradação acarreta graves consequências para a qualidade da água, do ar, na biodiversidade e nas alterações climáticas. Prejudicando a saúde dos seres vivos ao ameaçar o ar que respiramos, a água que consumimos e a segurança dos alimentos consumidos.

Assim, nos dias que correm para uma ocupação mais sustentável do solo e uma vez que o mercado de construção nova se encontra saturado e estagnado, face à presente crise económica, os edifícios existentes deverão ser recuperados e reabilitados, tornarem-se multifuncionais, ampliando o ciclo de vida do edificado.



20 Monte da Corte Negra – Imagem da autora 2018

2.6 IMPORTÂNCIA DA REABILITAÇÃO

É um dado adquirido que a reabilitação é mais complexa que a construção de novos edifícios, pois cada edifício é um caso particular, com problemas e exigências específicas, que necessita de ser avaliado e reabilitado com um rigor próprio. É um processo mais demorado e que apela a uma certa sensibilidade para que a história e tradições pré-existentes sejam respeitadas.

Sendo um procedimento cada vez mais abordado, o edifício comum está a ganhar importância no que toca à reabilitação, com a construção nova estagnada, a reabilitação surge como uma oportunidade de revitalizar o edificado existente mantendo o carácter arquitetónico original.

“Seja o património edificado, classificado ou não, este constitui uma referência histórica de extrema importância, sob o ponto de vista social ou sob o ponto de vista técnico, fornecendo elementos de relevante importância para o conhecimento e entendimento da própria evolução da capacidade humana de adaptação ao meio envolvente, desde os primórdios da História.” (Roseiro, 2012)

No que se refere ao edificado antigo falamos com maior frequência em processos de conservação e reabilitação. No entanto é importante referir a diferença destes conceitos. A conservação passa por um processo de restauro focado na preservação do edifício com o intuito de manter a sua funcionalidade original. A reabilitação passa pela readaptação das

funcionalidades do edifício (muitas vezes estes edifícios necessitam de alterações que os tornem aptos para as necessidades atuais da sociedade), sofrendo, muitas das vezes, alterações na forma arquitetónica ou nos seus interiores.

Assim sendo podemos dizer que a reinvenção arquitetónica está associada à preservação, ao restauro, à reabilitação e à reconstrução.

Quadro 1 – Fases de reinvenção arquitetónica, adaptado de (Rosa, Marco 2016)

Preservação	Coloca um elevado ênfase sobre a retenção de todos os tecidos históricos por meio da conservação, manutenção e reparação. Tem em atenção a continuidade do edifício ao longo do tempo, por meio de ocupações sucessivas, mudanças e alterações que são feitas.
Reabilitação	Enfatiza a conservação e reparação de materiais históricos, mas há mais espaço para substituições, porque a maioria das edificações que necessitam de ser reabilitadas estão deterioradas, existindo a possibilidade de se conjugar os elementos originais que se preservam com a introdução de novos elementos.
Restauro	Centra-se na retenção de materiais a partir do momento mais significativo na história da propriedade, permitindo ao mesmo tempo a remoção de materiais de outros períodos.
Reconstrução	Para um sítio não sobrevivente, a reconstrução oferece oportunidades de recriação ilimitadas.

Em termos de sustentabilidade ambiental, a preservação e a recuperação do património edificado contém mais vantagens ambientais e económicas em relação à construção nova.

Dado que se mantém parte dos materiais originais, reduz-se os resíduos da demolição, é consumida menos quantidade de energia e de água na produção e aplicação de produtos de construção, reduzindo a emissão de gases e por efeito uma diminuição da degradação ambiental, contribuindo para um ambiente mais saudável, durante todo o ciclo de vida do edificado.

Para além de se salvaguardar o nosso património cultural, as nossas tradições, os valores históricos e arquitetónicos, enquadrando-o naturalmente e de forma harmoniosa no aglomerado urbano ou na paisagem.

Relativamente à arquitetura tradicional, esta sempre procurou criar condições de permanência e desenvolvimento social, económico e cultural, encontrando soluções para os condicionalismos climáticos, ambientais e geográficos.

Unindo a humildade à lógica intuitiva resulta uma aplicação de técnicas e soluções com recurso a materiais locais que embora toscos, maximizavam o uso das matérias primas e das energias disponíveis que originavam soluções construtivas bioclimáticas que resultaram do saber e da experiência adquirida ao longo de séculos e passada de geração em geração.

Assim esta arquitetura que de forma intuitiva se adapta às condições ambientais locais, fez com que os edifícios assumissem uma identidade

própria em diferentes regiões, com conceitos bioclimáticos distintos que se adaptam nos dias de hoje.



3. A REGIÃO

“(...) À medida que nos aproximamos do Sul, tudo muda então: a cor da paisagem e a forma acidentada da Natureza cedem lugar a placidez imperturbável daquele solo calcinado e fecundo que forma a planície alentejana, e também tudo ali é grande e expressivo. Imensidade das searas, ondulando na gleba ardente; as fileiras intermináveis de chaparros e oliveiras “

(Lucena, 1964)

3.1. A PAISAGEM

O conceito de *paisagem* sempre foi abordado como algo cénico. Mas ao abordamos a temática da paisagem a fundo, este conceito torna-se muito mais complexo. Mais do que uma observação e contemplação instantânea, a paisagem é algo experienciado e assimilado pela consciência humana.

Podemos falar de paisagem como um termo polissémico, para além de englobar todas as suas características naturais, a paisagem tem implícita um carácter complexo de flexibilidade e diversidade. Combinado com a partição direta ou indireta do ser humano, resulta numa interação espacial e temporal, com sucessivas mutações e deslocações.

“Paisagem como uma figura da biosfera que resulta da ação complexa do homem e de todos os seres vivos em equilíbrio com os fatores do ambiente” (Cabral, 1993)

Cancela d’Abreu considera ainda a paisagem *“um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter.”*

Se nos debruçarmos sobre o que Cancela d’Abreu diz concluímos que a paisagem tem um valor cultural, que expressa a história, a identidade de um lugar e a relação que existe entre a natureza e o Homem, pressupondo a descoberta do ambiente natural, aliado ao seu povo, transcendendo a ideia de cenário comportando ao longo dos tempos as marcas humanizadas

deixadas sobre o território. Neste sentido surge o conceito de paisagem cultural.

A paisagem assume um papel fundamental na compreensão do território e dos lugares, mas mais que isso interessa perceber a relação íntima entre o homem e o seu meio. Na verdade, os marcos que o Homem deixou no território refletem e ilustram o processo que o levou a conhecer e a apropriar-se da sua terra.

“Em termos de identidade, nada é simples. Vamos abandonar o nosso território? Vamos esquecer a terra? É nela que nos apoiamos, dela que nos alimentamos, ela que configura o nosso espaço, ela que condiciona as nossas comunicações físicas. Nela moraram os nossos antepassados.” (Belo, Mattoso, & Daveau, 2010)

Impulsionado pela globalização mundial, as paisagens sofrem uma degradação gradual, os lugares começam a perder a sua identidade e consequentemente a memória coletiva. Interessa reconhecer a importância da classificação das paisagens como património para evidenciar o valor da preservação da história natural e cultural que não pertencem só ao passado, mas também ao futuro.

“A paisagem é uma escrita que se inventa e reinventa sobre um texto anterior a partir do qual se escreve outro texto” (Carapinha, 1995)

Relativamente ao nosso país, Portugal tem uma vasta variedade territorial, caracterizada por diversos fatores, nomeadamente relevo, clima, extensão da costa, geologia, vegetação, entre outras.

“Ao entrelaçamento de influências mediterrâneas e atlânticas, consequência da posição, se deve a dualidade do território Português” (Ribeiro O. , 1945)

Devido a estes contrastes territoriais, vários foram os autores que catalogaram as diversas regiões de Portugal. Em 1945 Orlando Ribeiro

(1945) divide Portugal em unidades de paisagem nomeadamente, “Norte Atlântico”, “Norte Transmontano” e “Sul”. Em 1980 a Associação dos Arquitetos Portugueses cataloga Portugal por zonas, Zona 1- Minho, Zona 2- Trás-os-Montes, Zona 3 – Beiras, Zona 4- Estremadura, Zona 5-Alentejo, Zona 6- Algarve.

Em 2004 Alexandre Cancela D’Abreu, Rosário Oliveira, Teresa Correia (2004), dividem Portugal em 22 grupos e em 128 unidades de paisagem. Os respetivos estudos das regiões geográficas de Portugal demonstram a complexidade do território português e das civilizações que por ele passaram e o influenciaram.

“Umás vezes caracterizada por terras altas, outras vezes por terras baixas, serra e ribeira, campo e monte, montanha e vale, terra alta e terra chã, assim se afirma uma paisagem de complexidades e oposições, bem evidentes na economia e no povoamento”. (Ribeiro O. , 1945)

À luz das preocupações que surgem com as mutações do mundo natural é necessário o reconhecimento das paisagens rurais em Portugal. Estas paisagens portuguesas são bastante diversificadas o que acentua os contrastes no território e na cultura portuguesa.

Principalmente fundamentadas em sistemas agrícolas, as paisagens rurais em Portugal outrora caracterizavam-se pelo equilíbrio entre a ocupação humana e a utilização dos recursos naturais. No entanto estas paisagens sofreram fortes mudanças, com os altos e baixos das atividades agrícolas, os campos foram ocupados e desocupados estando sempre estas paisagens em constante mutação.

O Alentejo é um bom exemplo das mutações que as paisagens rurais sofreram em Portugal. Sendo a região mais vasta do país, ocupa um terço do território português, albergando uma enorme variedade paisagística, escassamente povoada. Paisagem esta, outrora, composta maioritariamente por campos de cultivo junto a pequenas populações, e a mato bravo na restante paisagem, utilizada para pastagens ou sujeitas a exploração.

Atualmente com uma densa e vasta massa de cultivo, as paisagens do Alentejo estão muito modificadas, com o risco de perderem o seu carácter e identidade cultural.



21 Sub-unidades do território alentejano –
Ilustração nossa, adaptada de Programa
Operacional Regional Do Alentejo 2007-2013

Deste modo é verdadeiramente importante a preservação das características culturais, paisagísticas e patrimoniais, que identificam a paisagem cultural dos territórios humanizados, estes detêm importantes valores intelectuais, e sentimentais que não devem ser colocados de parte.

Como diz João Correia, o valor da riqueza cultural alentejana no todo, “É o todo paisagem natural-paisagem humanizada, numa superação criativa da tradicional dicotomia natureza/sociedade, mundo natural/mundo humano, que interessa registar e preservar.”

*Folheia-se o caderno e eis o Sul
E o Sul é a palavra. E a palavra
Desdobra-se
No espaço com suas letras de
Solstício e de solfejo
Além de ti
Além do Tejo.*

(...)

*Entre o achigã e a perdiz
Entre o chaparro e o choupo
Tanto país
E tão pouco*

(...)

*À sombra de uma azinheira
Há sempre sombra para mais um*

*Na brancura da cal o traço azul
Alentejo é a última utopia*

*Todas as aves partem para o sul
Todas as aves como a poesia.*

Manuel Alegre



23 Gado Ovino, Vale de Russins – Imagem da autora 2018

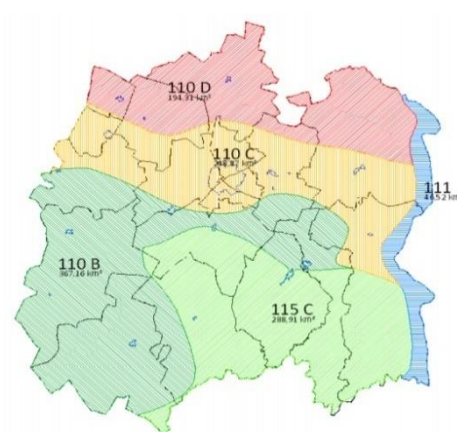


22 Vista do Monte da Murteira – Imagem da autora 2018

3.2. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Chegados ao Alentejo, a serenidade da paisagem predomina. Percorre-se quilómetros e “não se vê vivalma”, a não ser o pastor imóvel que à sombra de um sobreiro observa o gado a pastar nas douradas searas ondulantes. Os montes brancos dispersos, rodeados de campos de cultivo, contrastam com as cores fortes e escuras do verão, iluminadas por uma luz baça, crua, rasante. A luz suave e pura do Inverno acentua os verdes vivos da vegetação de outono.

De plano imenso e uniforme, expressa pequenas elevações que constituem um terço do território português. Região seca de céu ardente, as precipitações são escassas provocando crises nas culturas agrícolas que predominam desde o período romano.



24 Unidades e sub unidades de paisagem, fonte PDM Beja, Estrutura Ecológica Municipal

Região mais despovoada do país, a população abandona os montes e as pequenas povoações para se concentrar nas sedes de município⁸, que

⁸ A maioria das povoações estão geometricamente orientadas segundo o ciclo solar.

concentram a dinâmica económica e cultural que conduzem a um crescimento significativo das cidades⁹.

A economia da região é definida pelas atividades agrícolas, pastorícia, caça, pesca, ou pela exploração de granitos, mármore e xistos, resultado da exploração ancestral do homem que resulta na organização do espaço do cultivo e povoamentos.

Em 2004 a Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano desenvolveu um estudo que visa a identificação e caracterização das paisagens, de forma a promover o ordenamento e gestão paisagística assim como do património. Para tal foram criadas Unidades e Sub-unidades de paisagem.

“A definição das unidades deve tomar em conta a multiplicidade de fatores que condicionam a paisagem, tanto aqueles que dizem respeito à componente mais objetiva, ou material, como à componente mais subjetiva” (DGOTU, 2004)

Para este trabalho iremos considerar a unidade geográfica número 110, Terras Fortes do Baixo Alentejo, mais especificamente a sub-unidade 110c, onde se destacam os Barros de Beja com uma escala de planície muito ampla.

Nesta unidade territorial a simplificação e tranquilidade é interrompida pela faina das máquinas agrícolas e pela presença de gado que dão vida às paisagens. É de destacar os solos férteis, mas de difícil manipulação, originando na maioria do território uma paisagem de sequeiro, que hoje em dia, com a introdução do regadio do Alqueva, está sujeita a significativas transformações, os territórios são compartimentados de modo a

⁹ Os aglomerados urbanos surgem frequentemente sobre povoados romanos, com uma localização estratégica definida em função de uma lógica de defesa, agrícola e de comunicação entre povoações equidistantes, ligados por uma forte rede de vias. *“Nenhuma outra região portuguesa possui uma rede urbana tão densa e tão importante.”* (Ribeiro O., Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 1945)

reintroduzir uma maior biodiversidade, que é indispensável para aumentar a valorização ambiental e sustentabilidade da região¹⁰.

“Ao centro uma subunidade 110c onde estão presentes os Barros de Beja propriamente ditos, ocupados exclusivamente por sistemas arvenses de sequeiro com o trigo a desempenhar ainda um papel muito significativo... Esta subunidade estará sujeita a de futuro a significativas alterações do uso, por estar abrangida pelo regadio do Alqueva.” (DGOTU, 2004)

Relativamente aos centros urbanos desta sub-unidade e à semelhança de que ocorre no resto do país, apesar de bem conservados, integram novas construções que não são coerentes com a arquitetura preexistente levando à descaracterização dos aglomerados tradicionais e das suas áreas envolventes.

A unidade de paisagem referida identificou-se como uma das que mais alterações sofreu com a construção da barragem do Alqueva, refletindo várias transformações, muito se especula sobre o futuro desta paisagem, tanto a nível do regadio e das políticas da agricultura comum, como com o futuro da arquitetura tradicional, em todo o caso é sabido que esta paisagem irá permanecer com uma forte exploração agrícola.

Mas o Alentejo não é só um espaço de tradição e cultura agrícola. Com o seu centro equidistante de Lisboa e de Madrid, é uma região de extremo potencial e de oportunidades de investimento, para a cultura, para

¹⁰ Quando da publicação da obra Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental Volume V, a barragem do Alqueva ainda não existia, no entanto é de referir a sensibilidade com que consideram as possíveis mudanças que a paisagem viria a sofrer com a construção da barragem.

produção agrícola, para a investigação tecnológica e potencialidades industriais se os sistemas de transporte existentes forem valorizados¹¹.

O Alentejo “é espaço imenso que se conjuga com a cultura, a ciência, a tecnologia e as indústrias de ponta. É espaço que se abre para o exterior e absorve no seu mar as vias de comunicação e as suas obras de arte. Os seus segredos são mistérios que as acessibilidades vão reduzindo em distância e abrindo conhecimento.” (DGOTU, 2004)

Para conhecer o Alentejo, o melhor mesmo é vivê-lo.

¹¹ Atualmente o Alentejo dispõe de sistemas de transporte aéreo, marítimo e terrestre, que maximizados na sua totalidade, poderiam resultar num desenvolvimento económico da região. Nomeadamente com a melhoria da linha e ligações ferroviárias, e da utilização do aeroporto de Beja.



26 Ceifa Tradicional - Fonte: *Histórias com História*



25 Antiga maquinaria agrícola - *Arquitetura Popular em Portugal*

3.3 CONTEXTO HISTÓRICO

“Conhece-se a sucessão de culturas que cronologicamente passaram pela região e aqui deixaram as suas marcas visíveis (...) De todas elas nos restam testemunhos visíveis e característicos (...) Mas que elementos deixou cada uma delas na construção do Alentejo, que impulso deram ao que ali encontraram?” (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)¹²

A presença do Homem no Alentejo, é datada desde o Paleolítico, isto é comprovado por vários vestígios de utensílios e monumentos, remetentes a essa época. A presença de vestígios é ainda mais evidente no período do Neolítico, com as construções megalíticas que se apresentam nas paisagens alentejanas, sugerindo os primeiros sinais de sedentarismo.

No período da Idade do Bronze, as comunidades na região do Alentejo aumentam e dispersam-se pelo território em busca de cobre para a produção de novas ferramentas tecnológicas que impulsionaram o desenvolvimento de novos sistemas agrícolas.

Na Idade do Ferro chegam outros povos, fenícios e celtas, que introduzem novas tecnologias produtivas. Os fenícios introduzem a plantação da vinha e por consequência a produção do vinho, a oliveira para a produção de azeite e o trigo. Os celtas investem no pastorício, originando os montados

¹² A ocupação e transformação do território alentejano ocorre com a passagem de diversas culturas, que durante milénios deixaram as suas marcas.

com a produção de azinheiras e sobreiros, para a bolota servir de alimento aos porcos.

Mais tarde, de 218 a.C. até ao século V domina a ocupação romana em que o principal marco desta ocupação foi a cidade de Beja denominada na altura de *Pax Julia*. Este período foi dos que mais influência deixou a nível rural e urbano (com vários marcos que ainda hoje estão presentes nas cidades e nos campos alentejanos). A nível cultural deixaram grandes influências na língua, leis, divisão administrativa, alimentação, técnicas e materiais construtivos.

Os romanos foram os grandes impulsionadores da passagem de pequenas unidades de produção agrícola para uma estrutura latifundiária com a introdução de inúmeros sistemas de captação e armazenamento de águas que permitiam a rega dos campos.

Com o declínio do império romano a região é ocupada pelos povos bárbaros do século V ao VIII que se adaptam à cultura romana, não existindo muitos vestígios desta época.

A partir de 711 e durante um período de cinco séculos o domínio pertenceu ao Islão, que tal como os romanos deixaram grandes contributos na agricultura, horticultura, na língua, nos costumes, nas artes e na cultura material. A fusão das culturas romanas e árabes “*constitui a matriz do povo que habita a sul do Tejo*” (Baganha, 2016).

Com a Reconquista Cristã no século XIII a maioria do património edificado das épocas anteriores foi destruído com as guerras sangrentas. Depois das guerras é iniciada a estruturação do território através de forais, a doação de terrenos a ordens militares e religiosas e à construção de muralhas, fortificações e castelos, que originaram muitos dos povoados, a pedido de D. Afonso III e D. Dinis. Estas novas propriedades por sua vez, eram

cedidas ao povo para que estas a explorassem, originando o tão conhecido latifúndio alentejano¹³.

“(...) predominam as grandes unidades agrárias, os montes distantes e as aldeias raras pletóricas de gente, envolvidas na rede dos latifúndios.” (Ribeiro O. , 1945)

Aparecem assim grandes campos agrícolas de culturas intensivas juntos aos povoados, e nas áreas mais remotas surgem as herdades com grandes campos de produção rotativas entre cereais, olival e vinha, este sistema agrário, desenvolveu e enriqueceu a região do Alentejo.

“Este regime anda ligado a causas naturais e sociais complexas: relativa carência de chuvas e pobreza do solo, relevo pouco vincado, planaltos e planícies onduladas onde os solos favorecem vastas extensões contínuas, grande propriedade, ou grande exploração, que permitia levar a eito os trabalhos agrícolas e juntar rebanhos.” (Ribeiro O. , 1945)

Séculos mais tarde, com os *Descobrimentos Portugueses* muitos dos homens do Alentejo juntaram-se às navegações e a região perdeu muitos habitantes.

Com a derrota de D. Sebastião em 1580, Portugal entra sob o domínio de Espanha, e várias aldeias Alentejanas que não aceitavam o domínio espanhol sofreram represálias, com mortes, destruição de vilas e castelos, uma vez que o Alentejo foi o principal campo de batalha das guerras da restauração.

O Alentejo foi ficando esquecido e nem mesmo no século XVIII com o Marquês de Pombal, sofreu grandes alterações, permaneceu fechado ao resto do país, com um âmbito rural, onde as únicas melhorias foram as estradas.

13 As paisagens latifundiárias eram marcadas pela produção agrícola intercalada com os pousios, os campos eram parcelados e cultivados alternadamente, quando sujeitas ao pousio as terras descansavam para se prepararem para novas culturas e as pastagens do gado predominavam.

Há um novo período de destruição no início do século XIX com a Guerra Peninsular e posteriormente com a Guerra Liberal. Só no período dominado de Regeneração (segunda metade do século XIX) é que o Alentejo volta à tranquilidade, mas longe da prosperidade que em tempos teve.

Com a extinção das ordens religiosas os terrenos passam para a realza sendo leiloados e são adotadas medidas que procuram defender os direitos dos agricultores que exploram as terras. Com o avanço tecnológico a área de cultivo é ampliada, os ciclos de rotação diminuem e a exploração das terras intensifica-se trazendo alterações significativas no montado. O mercado expande, como consequência aumenta a procura de mão-de-obra e são desenvolvidas mais estruturas viárias

Já na república, em 1929 o estado para incentivar os agricultores ao cultivo de trigo lança a divisa “Alentejo, Celeiro da Nação” em que concedia incentivos para a produção cerealífera.

Já com o regime de Salazar e com a Campanha do Trigo, o sistema de rotatividade das terras foi abandonado, substituído por uma produção exaustiva que consequentemente degradou as terras. A população alentejana sofreu períodos de grande pobreza, principalmente aqueles que viviam da agricultura e nos povoados mais pequenos.

A partir dos anos 70, os campos agrícolas ficam praticamente vazios, a mecanização dos meios de produção gerou um aumento do desemprego forçando a população a fugir para as grandes cidades, há um declínio da mão-de-obra prejudicando a vida dos agricultores.

“O Alentejo alcançou o seu máximo demográfico em 1950 (...) quando o Alentejo funcionou como celeiro do país. Mas assim como se encheu de gente, assim se esvaziou.” (Gaspar, 1993)

Já após o 25 de Abril e com o modelo da Reforma Agrária os trabalhadores tomaram as terras aos proprietários e com a criação das Unidades Coletivas de Produção ocuparam os terrenos com velhas e novas culturas agrícolas. Posteriormente num processo de contrarreforma agrária volta-se ao sistema de latifúndio.

Nos dias de hoje o Alentejo continua a ser a área mais desertificada do país, e a sua maior fonte de rendimento continua a ser a agricultura, com a introdução do regadio e de novas culturas agrícolas, a produção agrária aumentou e está a desenvolver novamente a região. Contudo o processo de exploração que vemos nos dias de hoje com o regadio é um sistema de lavoura extensivo, que está a terminar com os campos de montado não permitindo o descanso das terras, que como visto anteriormente, poderá originar futuramente a uma nova degradação na qualidade dos solos, fazendo com que esta região possa voltar a ficar afetada pela falta de produção.

“(...) o Alentejo nunca recebeu o que através de toda a sua história soube dar. Guerras, êxodos, invasões, pestes e fomes formaram o carácter austero, mas generoso do povo alentejano.” (Saramago, 2007).

O reconhecimento da evolução da paisagem cultural alentejana, geográfica e temporalmente, incentiva o estudo, a organização e a reflexão crítica que originou o tema deste trabalho.



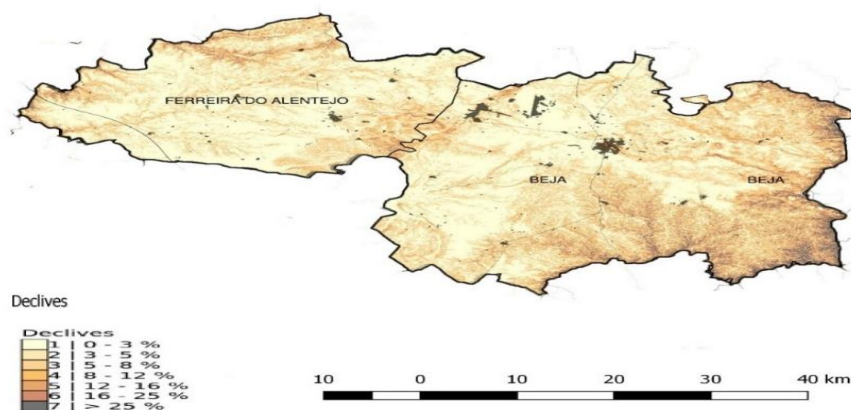
28 - Trabalhos do campo - Fonte blog *Histórias com História*



29 Modelação da Paisagem - Fonte: *Arquitetura Popular em Portugal*

3.4. CONTEXTO GEOGRÁFICO E MORFOLÓGICO

De topografia plana, de baixas altitudes e relevo pouco acentuado, não esquecendo as serras que a pontuam¹⁴quebrando a aparente monotonia, assim é caracterizado grande parte do Alentejo. Frequentemente identificado por duas sub-regiões o Alto e o Baixo Alentejo, este território distingue-se dos demais territórios portugueses pela sua fisionomia simples e singular.¹⁵ No Baixo Alentejo e na região específica em estudo, a paisagem plana e seca é constante, pontuada de algumas depressões de cursos de água que formam suaves vales¹⁶.

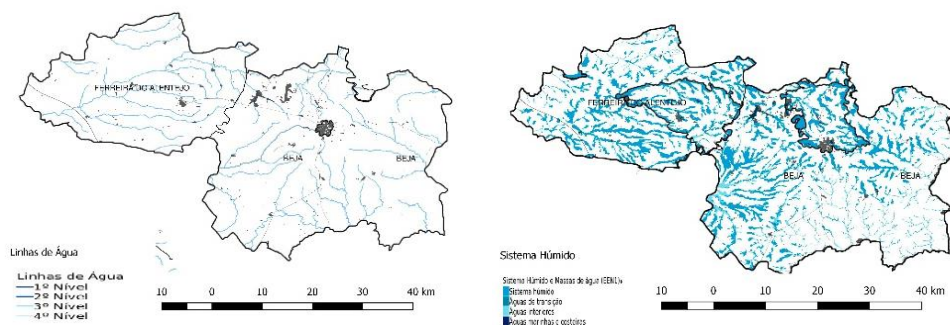


30 Mapa de Declives - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

14 Nesta região destaca-se a Serras de São Mamede, a Serra da Ossa e a Serra de Portel.

15 O Alentejo, sendo o maior território do país, ocupa cerca de 34.3% do total, no entanto é a que menos densidade populacional apresenta com 24 habitantes por quilometro quadrado.

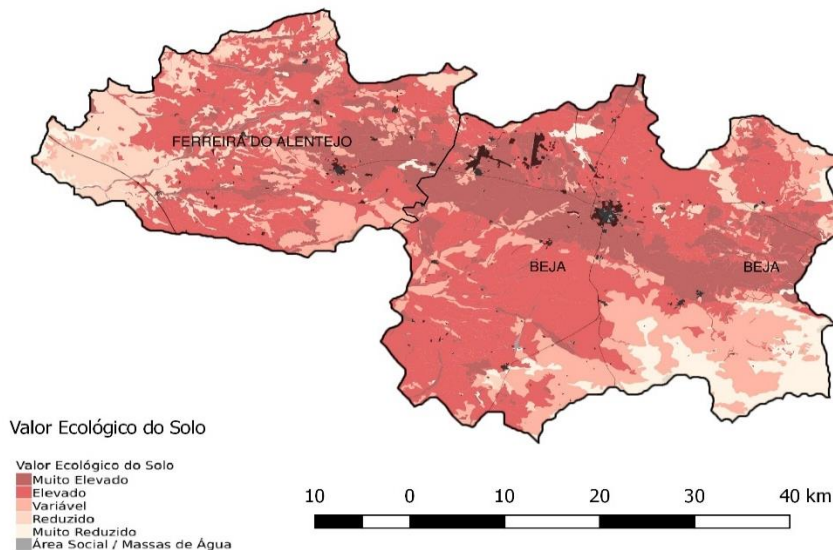
16 O sistema hidrográfico do Alentejo é composto fundamentalmente pelas bacias do Sado, Guadiana, Mira e respetivos afluentes, que segundo a Agência Portuguesa do Ambiente, dividem a região do Alentejo em duas regiões hidrográficas RH6 (Sado e Mira) e RH7 (Guadiana). Nesta unidade de paisagem é de destacar a importância do vale do Guadiana que corre a 100m abaixo da cota da peneplanície, tal como os seus principais afluentes.



31 Mapa de Linhas de Água - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

32 Mapa de Sistema Húmido - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

O Alentejo é definido essencialmente pela singularidade do seu relevo e pela diversidade geológica e pela riqueza dos seus recursos naturais. São muitos os tipos de afloramentos rochosos que o solo do território Alentejano oferece.¹⁷

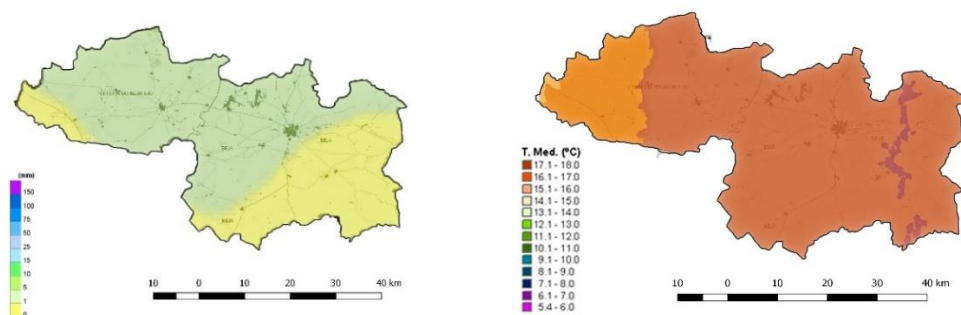


33 Mapa de valor ecológico do solo - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

17 Os granitos e xistos são mais abundantes em Évora, Montemor, Elvas, Portalegre, Serpa e Vidigueira. O calcário predomina em Estremoz, Vila Viçosa e Borba. No baixo Alentejo é grande a presença dos mármore. A região de Beja, Serpa, Cuba e Ferreira do Alentejo é atravessada por uma faixa diorítica que origina os famosos barros de Beja.

Em termos climáticos, o Baixo Alentejo é uma região de clima acentuado, muito quente e seco no verão e muito frio no inverno¹⁸. O Verão é prolongado e luminoso em que a seca é quase total. O mês de outubro traz as fugazes chuvas da estação fria que irão organizar os trabalhos agrícolas do Verão.¹⁹

A precipitação anual para além de reduzida, distribui-se irregularmente ao longo do ano, verificando-se um excesso de água no Outono e Inverno e acentuada carência no Verão. A humidade relativa do ar é baixa, sendo a sua maior concentração no inverno²⁰, ocorrendo com mais frequência geadas de outubro a maio e nevoeiro nos meses de Inverno. Os ventos têm uma velocidade média entre os 2.3 e os 7.2 Km/h e são mais frequentes no Verão.



34 Temperatura Média - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

35 Níveis de Precipitação - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

“Alentejo é mediterrânico por natureza e atlântico por posição.” (Saramago, 2007)

18 Durante os dias de verão a temperatura pode chegar aos 42 graus e no inverno chegar aos 6 graus

19 No interior as amplitudes térmicas variam entre os 13º e os 15º graus celsius, sendo que os dias com temperatura máxima superior a 25º elevam-se a mais de um terço do ano.

20 A humidade relativa do ar varia entre os 70/80% no inverno reduzindo drasticamente nos meses de verão.

As oscilações climáticas têm uma grande influencia no território alentejano, estas desencadeiam uma série de processos erosivos que interferem na própria modelação do relevo e influenciam as características do solo, dos cursos de água e posteriormente das culturas agrícolas.

O sistema hidrográfico influenciado pela discrepância na precipitação chega a ter no Verão *“um caudal muito reduzido no Sul, que às vezes permite passar a pé os rios mais importantes e seca por completo os menores e afluentes, opõem-se no Inverno e na Primavera cheias que podem alcançar (...) 25 metros no Guadiana.”* (Ribeiro O. , 1945)

A seca habitual do verão faz-se sentir na produção agrícola e quando existem chuvas fortes o solo está tão seco que não consegue absorver a água. Num território em que sempre se sofreu com a escassez de água, a proximidade às zonas mais férteis junto às ribeiras é fundamental.

Nesta paisagem a repartição das espécies vegetais deriva da ligação estabelecida entre o clima e a sua influência no solo e nos recursos hídricos.

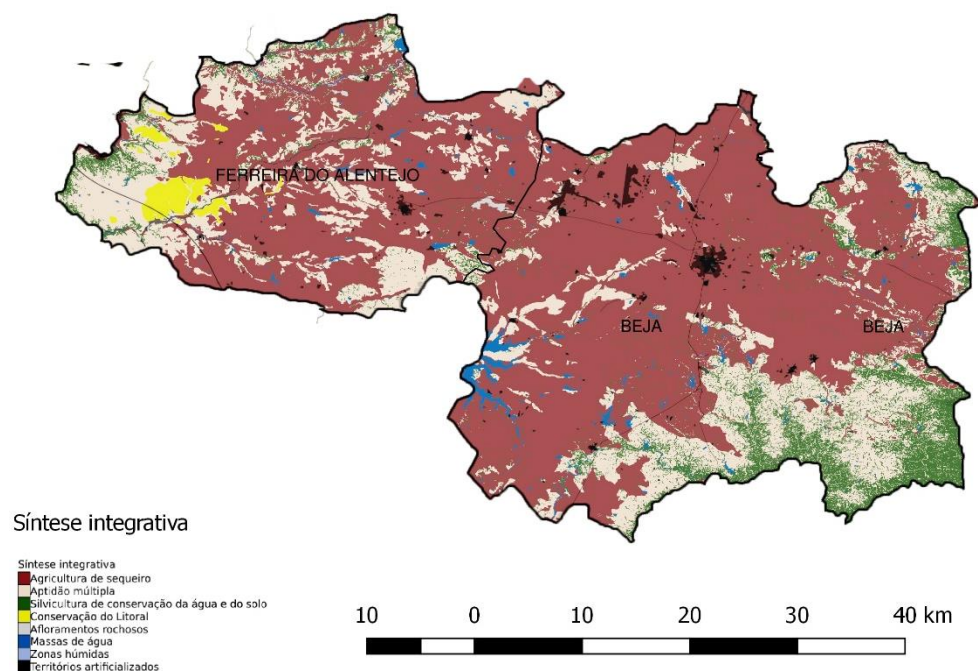
Na primavera os campos enchem-se de cores, no verão o dourado da seca das plantas predomina, até que as chuvas do outono reiniciem o ciclo que irá trazer as cores garridas da primavera. Os sons, as cores e os aromas acompanham estes ciclos sazonais.

Com calores extremos e escassez de água as espécies que mais se apresentam neste território são as azinheiras e os sobreiros e os pinheiros mansos, os carvalhos, a urze, a cana, a esteva, o loureiro, o rosmaninho, o alecrim e a murta por evitarem a perda de água na estação quente²¹.

21 A azinheira é uma espécie adaptada aos climas extremos e principalmente à seca dos territórios de xistos. A oliveira é uma espécie que acompanha as características dos azinhais, no entanto tem mais sensibilidade às geadas e ventos fortes. O sobreiro prevalece em solos mais frescos predominando junto às bacias hidrográficas.

“... a dominância dos montados de sobro e azinho marca no revestimento arbóreo.”²²

Além destas espécies bravas fixaram-se nesta região as culturas de sequeiro. Terras de trigo, cevada, girassol, a cerealicultura é privilegiada e terrenos de pousio são fundamentais, pois a terra necessita de descanso²³. A contínua destruição dos sistemas arbóreos e fixação dos sistemas cerealíferos intensificados no decorrer do século XX, resultaram em processos de erosão dos solos. A oliveira e a vinha foram introduzidas mais tarde, mas são parte integrante da paisagem alentejana.



36 Síntese de ocupação do solo - Produção da autora adaptado da informação digital dos sites LNEG, SNIG e IGEO

22 O montado de sobro e azinho tem uma enorme importância na cultura alentejana. Não é apenas uma paisagem bela e muito característica do Alentejo, mas é muito funcional e importante para a economia do Alentejo. A bolota proveniente da azinheira suporta a criação de suínos e o sobreiro oferece a cortiça fundamental para a economia da região.

23 As culturas agrícolas alentejanas tinham um sistema de rotação.

A esta vegetação estão associadas matérias primas como a cortiça (extraída do sobreiro), a bolota (da azinheira), o trigo, a azeitona e uva, estas duas últimas, de momento são dos fatores que mais estão a contribuir para o desenvolvimento da economia local.²⁴

Noutras partes do Alentejo, mas não no nosso local de estudo ainda existem áreas de pinhal, arrozal, eucalipto e sobreiro.

Com o desenvolvimento do regadio outras culturas foram introduzidas neste território, como milho e árvores de fruto. Independentemente das mudanças de cultivo desta região, os agricultores ainda são obrigados a lidar com alterações climáticas extremas, com as secas prolongadas e com as características do solo, que remete sempre a uma exploração agrícola alusiva ao latifúndio praticado no Alentejo.

A paisagem do baixo Alentejo está associada à vasta planície de escasso povoamento, onde as elevadas temperaturas e intensa luminosidade acompanhavam os campos pouco arborizados e com grandes extensões de cereal em horizontes a perder de vista, no entanto esta imagem está em constante mutação. As mudanças climáticas, a industrialização da agricultura, as mudanças socioeconómicas e a introdução do regadio têm mudado drasticamente a paisagem do Alentejo, assim nos próximos capítulos ir-se-á tentar perceber o que se manteve e o que alterou na paisagem alentejana, respetivas causas e consequências.

²⁴ O azeite, o vinho, a cortiça e os cereais constituem a base da economia da região.



38 Campos Alentejanos - estrada Beringel/Peroguarda - Imagem da autora 2018



37 Paisagem Alentejana - estrada Beringel / Peroguarda - Imagem da autora 2018

3.5. CARACTERIZAÇÃO TRADICIONAL DA PAISAGEM

A combinação de vários tipos de apropriações dos territórios cria uma grande heterogeneidade de paisagem e de estruturas produtivas. Estes processos de apropriação marcaram não só o território, como a vida social e a cultural de um povo.

O Alentejo é um reflexo desta situação, engloba um conjunto de realidades sociais, económicas e geográficas, que criam uma identidade muito específica desta região e deste povo.

Numa fase inicial da história humana, assim como no Alentejo, a apropriação e uso do território é quase na sua totalidade uma apropriação rural, onde existia uma forte relação entre a população e a terra, não havendo tecnologias, o trabalho era feito diretamente pelo Homem e as alterações eram de fraca intensidade.

Com a presença da civilização romana, as transformações no território começam a ser sentidas com alguma intensidade. As inovações dos Romanos permitiram a construção de povoamentos, redes viárias e estruturas como pontes, aquedutos e barragens. Inovações estas que modelaram a paisagem e marcam presença até aos dias de hoje. Especificamente no Alentejo, a malha da paisagem sempre foi muito assente na organização agrária romana, em que a base produtiva é um sistema agro-silvo-pastoral associado à grande exploração fundiária. (Ribeiro O., 1961)

As imagens que agregamos ao Alentejo são de extensas planícies com campos de trigo, vinha, olivais, mas também montados de sobreiros e azinheiras, em que a grande propriedade, regime de latifúndio, suporta a produção destas culturas agrícolas.

Orlando Ribeiro em “A planície” remonta o latifúndio aos tempos do império romano associando as grandes herdades e montes alentejanos às villas romanas, (sede de explorações agrícolas, assentes na produção de cereais, criação de gado e campos arbóreos de montado, em parcelas de dezenas de hectares) explicando a linhagem antiga das paisagens alentejanas.

Seguindo o estudo de Orlando Ribeiro é de referir a importância do regime de latifundiário, não só para o tema de momento em estudo, mas para a compreensão no capítulo 4 do enquadramento dos montes alentejanos no território.

“Entendemos por latifundismo, a estrutura socioeconómica gerada pela ação estruturante da propriedade da terra sobre as comunidades rurais, em que se verificava o predomínio de explorações agrárias de grande extensão, que formando ecologicamente parte de determinada comunidade, criam sobre esta um sistema local de dominação de classe, exercido pelo grupo dos latifundiários que monopoliza os meios de produção agrícola, através de específicas relações sociais de dependência, de um sector da comunidade composto pelas classes locais de serviço.” (Ribeiro O. , 1945)

Neste contexto do latifúndio, não nos podemos esquecer de fazer referência aos aspetos climáticos, geográficos e morfológicos mencionados anteriormente, a aridez do solo, as altas temperaturas, a constatação da seca e a fertilidade do solo que nesta região se fazem sentir, não favorecem as

pequenas culturas²⁵, obrigando o Homem a adaptar-se ao território com vastas áreas de exploração num sistema de rotação de culturas e pousios para não desgastar a aptidão de exploração agrícola do solo.

“A variedade dos solos, a riqueza da flora, o caracter intermedio do clima, que permite o desenvolvimento e a mistura de plantas de variada proveniência, a sucessiva introdução, pelo homem de muitas espécies agrarias” (Ribeiro O. , 1945)

Esta prática agrícola no Alentejo originava um regime de propriedade bem delimitado. O parcelamento do terreno era marcado pelo estratégico posicionamento das casas senhoriais dos lavradores donos das terras e pelos pequenos montes dos trabalhadores rurais²⁶.

Como diz Orlando Ribeiro *“ Característica pelas suas paisagens de regime latifundiário e pelo trabalho árduo nos seus campos, estabeleceu uma alimentação simples e sóbria, que reflete a pobreza da terra e a amenidade do clima, pois o homem com pouco se aquece e se contenta”* (Ribeiro O. , 1945)

A unidade de paisagem do Alentejo tem bem patente as condições da agricultura mediterrânica. Até meados do século XIX as atividades agrícolas que compunham a paisagem alentejana, regem-se por um sistema de reprodução rotativa, ou de afolhamento²⁷, intercalada de terras em que

25 O trabalhador rural pouco recorria às pequenas culturas, que na sua essência se concentram junto às ribeiras e poços em pequenas hortas domésticas.

26 Como sede da exploração rural os montes são o marco das herdades, estes organizam não só a exploração agrícola, mas toda a dinâmica social envolvida na herdade, estas eram objeto de fixação da população. Nos grandes montes ou casas senhoriais habitam o lavrador e a sua família (donos das terras). As construções mais pequenas e de um caracter mais simplista servem de habitação aos trabalhadores da terra correspondendo às necessidades de mão-de-obra. *“o homem mediterrânico foi sobretudo um rude trabalhador da terra.”* (Ribeiro O. , Geografia e Civilização: A Civilização do Barro no Sul de Portugal, 1961) Numa sociedade maioritariamente agrária, a terra é a principal fonte de rendimento, assim a propriedade no rural no Alentejo estabeleceu-se como fator de poder e riqueza explicando a fixação das populações e a dependência do trabalhador agrícola ao empregador latifundiário.

27 O termo Afolhamento designa uma técnica utilizada na agricultura que explica a estrutura da paisagem agraria alentejana. Se as parcelas forem sucessivamente cultivadas sem descanso diz-se que o sistema é contínuo, se o afolhamento tiver períodos de descanso de um ano ou mais em pousio diz-se

predomina o cultivo de cereais alternando com pastagens, culturas arbóreas e campos de montado em que o pousio permite a regeneração da terra de uma cultura agrícola para outra e fornece condições favoráveis para a criação da vida pastoril²⁸.

Os campos eram adornados por sistemas de **montado**, ainda que no município de Beja estes não se assumam com uma grande intensidade, produzem uma paisagem plana de cor uniforme, transmite calma e tranquilidade quebrada pontualmente pela verticalidade das árvores de sequeiro que dispostas irregularmente criam sombreamentos no terreno.



39 Campo de montado - Cabeça Gorda - Fonte vista aérea google maps

40 Campo de montado - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018

Em termos práticos os montados proporcionavam grande parte dos rendimentos do território. As pastagens rasas, serviam de local de concentração ao gado e as bolotas das **azinheiras** servem de alimento para

que o sistema é descontinuo. Este sistema assegura a fertilidade dos solos e a possibilidade das culturas intensivas. As parcelas dividem-se entre montado, cultivo de trigo, um cereal menos exigente como cevada ou aveia, culturas de leguminosas de sequeiro, olival pouco denso, girassol e pousio.

28 O Alentejo é possui cerca de 30% do capital ovino em Portugal, e a mais ou menos a mesma percentagem para o gado caprino, suíno e bovino.

os suínos. Os **sobreiros** produzem a cortiça essencial para a economia desta região²⁹.



41 Gado ovino - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018



42 Gado Bovino - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018

“As sensações associadas a esta vasta planície são bem variáveis consoante a época do ano e as horas do dia, com fortes contrastes no que diz respeito à luz, cor e movimento. De facto, a luz suave e pura do inverno e primavera é substancialmente diferente da luz crua e baça do verão e outono, (...) as novas formas e volumes dos fardos de palha dispersos nos campos durante algum tempo apos as colheitas vêm introduzir no ciclo anual elementos escultóricos efémeros que confrontam as superfícies lisas e levemente onduladas.” (DGOTU, 2004)

O montado apresenta uma evolução complexa ao longo do tempo que teve bastantes impactes na forma como se conhece a paisagem, iremos abordar esta evolução mais à frente³⁰.

Antes de qualquer mecanização dos meios de trabalho da terra, a cultura dos cereais era controlada e estava em perfeita harmonia com as outras culturas.

29 A importância da cortiça remonta ao século XVIII, no entanto com o desenvolvimento do sector vinícola no final do século XIX a procura pela cortiça para a produção de rolhas aumentou exponencialmente. Sendo Portugal detentor de 54% da produção mundial de cortiça, a produção de rolhas é vital para a sustentabilidade e preservação dos montados de sobreiro.

30 As azinheiras e os sobreiros são imprescindíveis para a sustentabilidade do ecossistema nesta região.

“Uma unidade de exploração agrária essencialmente destinada a produzir cereais de pão”. (DGOTU, 2004)

O semente de **cereais** estava confinado na mesma terra a *“cereais de pasto e alimento para o gado (cevada e aveia) , grãos para sustento dos homens (feijão, grão-de-bico e fava) e animais de trabalho (fava), para adubação (tremoço) e, nas terras frescas ou regadas, nabos, batatas e beterrabas sacarina (...)”* (DGOTU, 2004). Com o decorrer das políticas agrícolas a massiva plantação de cereais modificou as culturas tradicionais e alterou o ecossistema desta região.

Também a **oliveira** tem uma presença bastante marcada na região. Inicialmente com uma expressão brava, as oliveiras tradicionais ou de sequeiro encontravam-se afastadas entre si de forma aleatória. Mais tarde com o desenvolvimento mecânico os olivais começaram a ser plantados de forma uniforme em linhas paralelas para permitir uma maior rentabilização da azeitona pelo trabalho da máquina. Hoje em dia os olivais bravos encontram-se em extinção por não darem lucro ao proprietário, dando lugar à produção massiva e exaustiva da plantação de olivais de regadio.



43 Campos de oliveiras bravas - Cabeça Gorda - Imagem da autora 2018

A necessidade de mão-de-obra em abundância para trabalhar os diferentes tipos de culturas, levaram a que se aplicassem instrumentos artesanais de uma simplicidade e leveza de manobra que auxiliavam o trabalho do homem juntamente com a força do animal para trabalhar a terra.

“A maquinaria agrícola penetrou tardiamente na região, sobretudo onde o regime de propriedade, média ou grande, permite investir na exploração de capitais que o pequeno empresário não possui.” (Ribeiro O. , 1945)

Foi no século XIX com a Revolução Industrial que esta paisagem tão característica começa a degradar-se. Os arroteamentos das terras, as novas técnicas de cultivo, a evolução das linhas do caminho de ferroviário e das estradas, a introdução de adubos químicos (permitindo o cultivo em terras pouco férteis, as galegas) e as leis cerealíferas levaram à destruição da faixa arbórea e à substituição dos sistemas de montado por sistemas agrários intensivos e economicamente mais compensadores.

A mecanização põe fim a muitos postos de trabalho, alterando por completo a situação demográfica da região e como consequência romperam o equilíbrio do sistema, acelerando o processo de mutação da paisagem. Associa-se assim uma grande percentagem das mudanças da paisagem à economia.

“Pés de azinheira e de sobreiro que viviam afogados no mato e confundidos com ele, substituindo-se seara e montado à charneca que até aí só dava pasto», ao cultivo intensivo do olival e da vinha, conduzindo a «uma paisagem nova e inteiramente organizada pelo homem. É certo que quem vê o esparzimento ocasional das árvores do «montado» e largos tratos cobertos de erva e mato rasteiro, tem a impressão errónea de estar em presença de uma paisagem natural”. (Silveira, 1991)

A crescente e acelerada tendência de globalização ameaça a heterogeneidade das paisagens. O Alentejo, sendo um meio rural, tem vindo a sofrer com todas as políticas económicas e avanços tecnológicos, a esta situação acrescenta todas as condições climáticas a que o território está sujeito, conduzindo ao declínio e descaracterização da sua identidade, acentuando as transformações na paisagem.



45 Cultura intensiva de oliveira, vista de Beringel - Imagem da autora 2018



44 Barragem dos Pisões, vista de Beringel – Imagem da autora 2018

3.6. TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Contrariamente às grandes áreas urbanas (que se descaracterizam devido ao aumento das cidades e às grandes densidades), o Alentejo sofre com o abandono populacional derivado às decisões das políticas agrícolas e territoriais implementadas ao longo do tempo.

Estas políticas *“têm-se revelado no nosso país, nas últimas décadas, desadequadas, contraditórias e distantes das realidades socio-ecológicas do território e da paisagem das zonas rurais”* (Saraiva, 2012)

É certo que as desadequadas políticas agrícolas aliadas aos fatores históricos e ao impacto ambiental resultado da evolução cultural e industrial foram os principais agentes de transformação da paisagem. No entanto não podemos descartar os fatores físicos regionais que condicionam desde os primórdios a gestão territorial do Alentejo, nomeadamente o clima e os solos.



46 *Paisagem Tradicional do Alentejo, recolha 2018- Pintura de Vitor Costa 2010 - <http://vitormelocosta.blogspot.com/>*

A primeira grande mudança paisagística inicia-se com a implementação da **Lei dos Cereais** de Elvino de Brito (1899).

Sucedem-se ao abate total ou parcial das árvores do montado para dar lugar ao cultivo de cereais incrementado por legislações rigorosas com o objetivo de obter o máximo rendimento com a cultura de cereais e com a supressão das árvores para o uso da madeira para lenha e carvão. Com a implementação da Lei dos Cereais o elemento pecuário e o elemento cortiça que predominavam até ao final do século XIX perdem importância com o desaparecimento dos montados³¹.

As grandes explorações cerealíferas, com recurso a meios agrícolas modernos, propulsionados pela Lei dos Cereais, retiraram postos de

31 No século XVIII o gado suíno era dos produtos mais exportados do Alentejo, esta importância do gado permitia a continuidade e permanência dos campos de montado. A cultura do trigo tem sido a atividade agrícola que mais contribuiu para a alteração da paisagem, contribuiu para a degradação dos solos e para a desertificação do Alentejo, desencadeando movimentos migratórios e envelhecimento da população.

trabalho, e por consequência impulsionando o êxodo rural, os grandes proprietários fundiários, não se responsabilizam pela falta de emprego e de condições dos operários das terras. (Ribeiro O. , 1945)

A transformação do panorama rural do Alentejo mantém-se durante 40 anos com as campanhas do trigo (estado novo), por esta altura assiste-se à total extinção das terras de charneca para dar lugar a terras de cultivo. As implementações destas medidas tiveram um grande impacto no solo conduzindo à sua erosão devido à grande intensificação da cultura cerealífera pois nesta altura era disponibilizado *“apoio técnico e financeiro ao sector, cujo funcionamento partia de garantias que envolviam a fixação de preços fatores de produção e apoio ao escoamento do produto. Promoveu-se o arroteamento da charneca e do montado com vista à introdução da cultura cerealífera, assente em novas técnicas culturais e em políticas agrícolas protecionista para os cereais.”* (Lavrador & Lousada, 2007)

Todas as alterações até aqui registadas impactaram as relações sociais, ao beneficiar os grandes proprietários e como consequência, os pequenos proprietários e rendeiros entraram em falência, frisando o declínio demográfico. A estabilidade da paisagem foi bastante afetada nos finais do século XIX início do século XX refletindo as tensões agrícolas e os defensores das grandes propriedades e respetivo parcelamento para a cultura intensiva de cereais de sequeiro agravando a perda de fertilidade dos solos que leva ao abandono dos campos.

Esta situação é prolongada até aos finais da década de 70, a crise petrolífera, a industrialização dos meios de produção, a queda do estado novo e a frágil situação económica do país, gera uma situação de instabilidade política e social.

Esta situação origina grande clima de tensão e confronto por todas as áreas rurais, em alguns casos o povo oprimido (depois de impelido pela revolta do 25 de abril de 1974, cometeu fortes exageros, no que respeita à liberdade) tomando de assalto e de forma indevida, as propriedades de alguns privados³². (Nogueira, 2016)



47 Cartazes alusivos à Reforma Agrária - Fonte blog Histórias com História

48 Populações no Alentejo numa forma de manifestação durante a Reforma Agrária - Fonte blog Histórias com História

Os grandes fundiários retraíram-se, o aumento do desemprego acentua os confrontos, originando as políticas da Reforma Agrária. As terras eram distribuídas, aos trabalhadores agrícolas das classes mais baixas, em um sistema de produção de unidades coletivas, os trabalhadores podiam cultivar com o antigo sistema de folheamento, trazendo de volta as antigas culturas agrícolas num equilíbrio com o cultivo cerealífero.

Estas políticas favoreciam o pequeno proprietário e incrementavam a instabilidade financeira no estado por não usufruírem das receitas das produções.

Nasciam assim as famosas Unidades Coletivas de Produção (UCP), este movimento da Reforma Agrária avança ao se apoiar nos trabalhadores

³² Em 1975 mais de 1 milhão de hectares de terras no Alentejo foram ocupadas e são formadas cerca de 500 propriedades dirigidas por trabalhadores rurais.

rurais, anteriormente mais desfavorecidos, o que leva, a novas condições político-económicas das gentes do sul. De acordo com a lógica das UCP, o trabalho do campo seria assegurado, as áreas de cultivo aumentavam assim como a produção, promovendo uma igualdade entre os trabalhadores e aos rendimentos para todos os que dele dependiam. (Ferreira D. d., 2001)

No entanto com o decorrer do tempo e com o desenvolvimento político e económico do país, as medidas da Reforma Agrária revelaram-se desajustada das intenções iniciais. Os conflitos entre associados das UCP, seareiros, pequenos rendeiros e médios proprietários não aderentes à Reforma Agrária, são frequentes. Descontentes com a distribuição de desempregados pelas suas propriedades, os senhorios não aderentes à Reforma Agrária aumenta os encargos dos trabalhadores, os funcionários especializados e qualificados das cooperativas de produção, devido à igualdade imposta no seu funcionamento, acabam por se afastar por não serem valorizados. (Nogueira, 2016)

Todos estes fatores desencadeiam um abatimento crescente das UCP, conduzindo no final da década de 70 ao fim das UCP, por descrédito e carência de apoio político e de confiança popular. A maioria das unidades de exploração entra em processo de falência. As áreas de exploração diminuem, assim como os postos de trabalho, aumentando as dificuldades económicas. Com a restrição dos trabalhos do campo, as pessoas começaram a emigrar, ficando os campos, montes e alfaias agrícolas ao abandono. Esta situação foi mais agravada pelo aparecimento da maquinaria industrial. (Ribeiro O. , 1961) e (d'Abreu, 2004)

Com o fim da Reforma Agrária e o sistema de latifúndio restaurado, o Alentejo viria a sofrer com a desertificação e o desemprego. As antigas tradições passaram a fazer parte de um Portugal esquecido. Ficam apenas

as recordações dos mais idosos e a nostalgia daquela confraternização familiar, mesmo em tempos de crise. (Lavrador & Lousada, 2007)

“É nestes montes que encontramos ainda alguns dos antigos empregados da casa, que tendo permanecido durante o período da reforma agrária, ainda hoje aí se encontram. Disseram-nos que faziam parte das Cooperativas, mas continuavam a habitar o monte. Depois da entrega das propriedades, lá se mantêm, alguns reformados”. (Reis, 2002)

É assinalada uma nova fase com a entrada de Portugal na CEE. A aplicação da Política da Agricultura Comum, com distribuição de subsídios desunidos da ação de produção, provocou um descontrolo no cultivo³³.

As políticas de agricultura comum incentivavam o uso de maquinaria agrícola para facilitar uma maior rapidez de produção e mobilizações dos solos permitindo a introdução de novas culturas agrícolas³⁴.

Foi nesta altura que surgem as produções em massa das oliveiras e das vinhas por terem um grande apoio financeiro. Estas diversas alterações resultaram no alastramento do parcelamento de terras com recurso a vedações que quebram o encanto dos grandes campos abertos do Alentejo. Todo este processo abalou as paisagens tradicionais alentejanas, comprometendo os sistemas tradicionais de cultivo e pastoreio, a preservação dos solos e a conservação de ecossistemas.

A maior parte dos terrenos de cultivos associados a grandes propriedades de regime fundiários, passou a ser gerida com o intuito de maximizar o

³³ Poucas centenas de grandes agrários recebem milhões de euros sem que lhes seja exigida a produção seja do que for.

³⁴ Por esta altura os sistemas agro-pastoris tradicionais sofrem um grande abalo. O tradicional montado continua a desaparecer (sendo que ainda existia um cuidado especial na preservação do sobreiro para a extração de cortiça) e ocorre uma quebra na produção de culturas de sequeiro. A falta de mão de obra humana, a escassez de água e a falta de locais de pastagem resulta numa diminuição no sistema pastoril da região.

rendimento, mas sem qualquer finalidade produtiva e de boas práticas para a sustentabilidade ambiental. (Lavrador & Lousada, 2007)

Por fim e após constantes políticas agrícolas fracassadas, considera-se a construção da barragem do Alqueva como elemento fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade territorial.

As primeiras avaliações sobre a necessidade de água no Alentejo remontam ao ano 1884, em que já nesta altura se considerava a necessidade de prover o território alentejano com uma reserva de água de forma a irrigar as áreas agrícolas, aumentar as produções e despromover o abandono dos campos³⁵.

Com o fracasso das políticas das leis cerealíferas no início do século XX, é retomado o estudo da necessidade de modernização da agricultura através de culturas de regadio, com construções de barragens. Foi então a partir de 1940 que se passam a aprofundar os estudos do Rio Guadiana e seus afluentes. É em 1968 que os planos de rega no Alentejo são impulsionados com a assinatura de um acordo Internacional Luso-Espanhol, em que foi permitido a Portugal exploração hidráulica do Guadiana.

“Uma barragem pode ser construída com vários fins, desde armazenamento de água, irrigação, reserva para incêndios, prevenção de cheias até à produção de energia elétrica, provocando alterações na região onde é implementada, em vários campos. Um dos principais argumentos defendidos pelos promotores de uma barragem, para a sua construção é a socioeconómica, sobretudo quando essa barragem está localizada em zonas com menor qualidade de vida, sendo apresentadas razões como o aumento do emprego e o estímulo à economia, que funcionariam como atração de novas populações.” (Velosa, 2009)

³⁵ Com a introdução das barragens no Alentejo novas culturas agrícolas foram introduzidas, a oliveira e a vinha, ocupam agora a maior parte do território cultivado no Alentejo. Remete-se o leitor a consultar os anexos para verificar a evolução das produções agrícolas e respetiva ocupação do solo.

Em 1990 é criada a Comissão de Apreciação do Aproveitamento do Alqueva para lançar o projeto da barragem e cinco anos mais tarde é criada a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva. S.A). Após avaliação da Comissão Europeia é iniciada a construção da barragem do Alqueva. Em janeiro de 2002 é inaugurada a parte principal da barragem do Alqueva. Ainda hoje a albufeira do Alqueva é a maior da Europa.

“O Alqueva pode não ser visto da mesma forma por todos. Por uns pode ser considerado como uma perda significativa (...) por outros entendida como como a evolução da agricultura no Alentejo. Seja qual for a posição que se defenda a verdade é que houve uma significativa transformação da paisagem pois passou-se a ter uma atividade agrícola regada e intensiva que veio substituir uma atividade agrícola maioritariamente de sequeiro e extensiva.” (Monteiro C. , 2016)

Com a introdução do Alqueva, novas culturas ganharam destaque na paisagem. O olival bravo passa a ser substituído pela produção de um olival intensivo de regadio, assim como a intensificação da cultura da vinha.

A paisagem agrícola associada ao Alentejo foi fortemente manipulada ao longo do século XX, resultado de um variado conjunto de eventos históricos e económicos resultaram numa nova paisagem agora intensificada por culturas agrícolas de regadio que dinamizaram a produção agrária. No entanto estas alterações não consideraram o equilíbrio nem a valorização ambiental dos tradicionais campos de cultivo cerealífero e de montado.

A intensificação da produção agrícola resultado da intervenção mecânica emergiu em problemas de degradação ambiental. Assiste-se a uma diminuição da biodiversidade, a todo um desequilíbrio no sistema agro-

silvo-pastoril e em consequência uma diminuição da estabilidade paisagística e a degradação dos marcos arquitetónicos da paisagem.



50 - Campos de olival intensivo, vista de Beringel– Imagem da autora 2018



49 – Campo de Montado, Peroguarda– Imagem da autora 2018

3.7 CONSEQUÊNCIAS DAS ALTERAÇÕES PAISAGÍSTICAS

Como abordado no tema anterior as desapropriadas políticas agrícolas, a inovação tecnológica, as alterações socioeconómicas provocaram fortes consequências no território alentejano. Estes impactes são ainda bem visíveis nos dias de hoje, traduzem-se de uma forma ambiental e de uma forma social. No presente capítulo iremos expor tais impactes e respetivas consequências.

No contexto dos acontecimentos do século XX, foram expostas diferentes fases de exploração intensiva dos solos que contribuíram para a sua degradação. A primeira grande vaga erosiva dos solos deu-se com a Lei dos Cereais, os terrenos novos férteis foram arroteados à mão e com o auxilia de alfaías de tração animal e com recurso a queimadas.

A segunda grande vaga erosiva data da Campanha do Trigo, esta fase é datada e reconhecida em obras escritas como a pior fase para a sustentabilidade do solo. A introdução do meios mecânicos agravou as condições do solo, com a intensificação das áreas de cultivo até às terras mais pobres, as galegas. Suprimiu-se a rotação de terras e as folhas de pousio ou de pastos já não eram necessárias resultando na degradação do solo e respetivo rendimento agrícola. A juntar a estas condições de obra

humana, evocamos também o clima, que pelas suas secas constantes e precariedade de água agrava a erosão e falta de fertilidade do solo³⁶.

Esta nova fase de intensificação do uso do solo foi ainda mais agressiva devido ao uso de adubos químicos. O uso destes adubos foi bastante marcante no que toca à fertilidade dos solos e à qualidade da pouca água que irrigava os campos. Os químicos acumulados no solo são absorvidos por água que ao movimentar-se resulta na poluição dos cursos de água e na perda das suas qualidades no que toca à rega das culturas, prejudicando ainda mais o cultivo e a sustentabilidade dos solos³⁷.

Com a diminuição da fertilidade e a erosão dos solos nem mesmo as espécies arbóreas mais resistentes a condições de clima extremo sobrevivem. A azinheiras e os sobreiros não conseguem regenerar-se em solos tão pobres e a biodiversidade dos matos é afetada.

A associação da vegetação agro-florestal, os matos baixos, os pousios e vegetação arbórea do montado permitiam uma coexistência perfeita para várias comunidades de espécies vegetais e animais. Apesar da informação sobre este tema ser um pouco escassa, chega-se à conclusão de que espécies de pequeno porte e aves tenham sido os grupos mais afetados com as alterações provocadas nos ecossistemas do Alentejo. Os habitats foram afetados emergindo numa extinção ou declínio populacional e respetiva distribuição espacial das espécies³⁸.

36 O século XX é marcado por grandes alterações climáticas. A partir deste século assiste-se a sucessivas oscilações entre períodos de seca e fortes precipitações. As secas extremas afetam mais de 50% da região. Os solos secos não têm capacidade de armazenamento de água resultando em fortes vagas erosivas nas estações das chuvas. Aliados à perda da vegetação arbórea, do intenso cultivo de cereais e dependendo do declive e do tipo do solo em certas zonas perdem-se entre 15 a 50cm de solo.

37 Devido à falta de água e à poluição da mesma com os químicos introduzidos nos solos, foram criadas ao longo de todo o território alentejano pequenas bacias de água servindo de bebedouros às pastagens.

38 É estimado que na região do baixo Alentejo reproduzem-se mais de 128 espécies de vertebrados, dos quais 75 são aves, 28 mamíferos, 15 répteis e 10 anfíbios.

A intensificação da agricultura tendo por base químicos contribui para a redução da resistência das árvores, mais propriamente as árvores do montado, acelerando a sua degradação e por sua vez o declínio na produção de gado que se alimentava nas pastagens dos montados.

Todo este esquema tem efeitos ambientais, conduziu a grandes consequências na própria economia e na sociedade da região em estudo. Se os solos não são férteis, não existe produção agrícola, não existem boas pastagens para o gado. A mecanização dos meios produtivos, acaba com a necessidade de mão de obra humana, assistindo-se a um abandono das terras agrícolas e em simultâneo à degradação do património agrícola construído.

Face à preocupação em manter e conservar a arquitetura rural e a sua posição na paisagem, foi elaborado pelo Conselho da Europa, o Apelo de Granada, em 1976 intitulado de “A arquitetura rural do ordenamento do território”.

É invocado neste documento a necessidade de conservação do património arquitetónico rural, bem como a gestão ecológica da paisagem e a necessidade da sua articulação com atividades diversas da atualidade, com vista a uma integração nos valores culturais e económicos e ecológicos que se manifestam atualmente.



4. ARQUITECTURA RURAL: O MONTE

“Destacando-se do verde dos montados pela graça das chaminés e pela brancura imaculada das paredes, por onde a luz escorre em noites luarentas! É tradicional a construção do monte, de linhas simples, quási sem janelas, beirados vermelhos, portas amplas e largas que se abrem de par em par a quem pede esmola ou agasalho. Com eirados e miradoiros onde não faltam tijolos rendilhados, alpendres discretos e o uso abundante de cal, os montes alentejanos constituem heranças de velhas civilizações, que o rodar dos anos soube respeitar”.

(Montes, O Monte Alentejano, 1940)

4.1 ARQUITETURA DE TERRA

“Desde que o Homem, abandonando o caos dos caminhos da migração, começou a fixar-se nos melhores locais, alinhando as primeiras cercas e erguendo os primeiros abrigos, foi certamente a terra, a terra mãe que fazia germinar as sementes do pão, um dos primeiros que também aprendeu a amassar e a moldar para construir.”
(Torres, 2005)

Material utilizado desde a antiguidade e ainda na atualidade, as construções em **terra**, servem de abrigo a um terço da população mundial.

São vários os tipos de construção e de técnicas construtivas que existem com terra, contudo é imprescindível o domínio da terra e da técnica a aplicar para cada tipo de solo, tornando este tipo de edificação um dos patrimónios mais diversificados da Humanidade.

Como indica Miguel Rocha no seu texto, A Terra na Arquitetura *“...a palavra Terra tem estes mesmos dois significados: é simultaneamente a designação do planeta em que vivemos e a designação da matéria, do solo que pisamos. A Terra é, assim, a nossa base de sustentação física.... É também a nossa base de sustentação orgânica ... a terra é o suporte da nossa vida”*. (AA.VV, 10ª Mesa Redonda de Primavera, 2006)

Como referido existem vários tipos de solos, as características de cada solo variam consoante a sua complexa natureza (frações granulares), assim a composição de cada tipo de terra está ligada às percentagens de gravilha, cascalho, silte, areias, matéria orgânica, água, ar e argila. (AA.VV, 10ª Mesa Redonda de Primavera, 2006)

A argila detém um papel importantíssimo na composição da terra, pois é a argila que permite que se construa com terra, é substância adesiva que estabelece a ligação entre os elementos mantendo a sua união, formando um conjunto compacto firme e bem conectado.

Como escreve Miguel Rocha *“A argila é para a terra o mesmo que o cimento para o betão...”* (AA.VV, 10ª Mesa Redonda de Primavera, 2006)

O autor refere ainda que são quatro as propriedades da terra que devem ser analisadas para se entender a aptidão de um determinado tipo de solo para a construção, são elas nomeadamente, a **textura**, a **plasticidade**, a **compressibilidade** e a **coesão**³⁹.

Estes quatro fatores ajudam a que se perceba a forma como a terra é utilizada para cada sítio e cada finalidade, aliado à capacidade de aprendizagem e inovação e criatividade que o Homem tem, desprendemo-nos do uso da terra somente como abrigo dotando estas construções de um funcionalismo eficiente e ecológico enriquecidas de fatores culturais, psicológicos e estéticos.

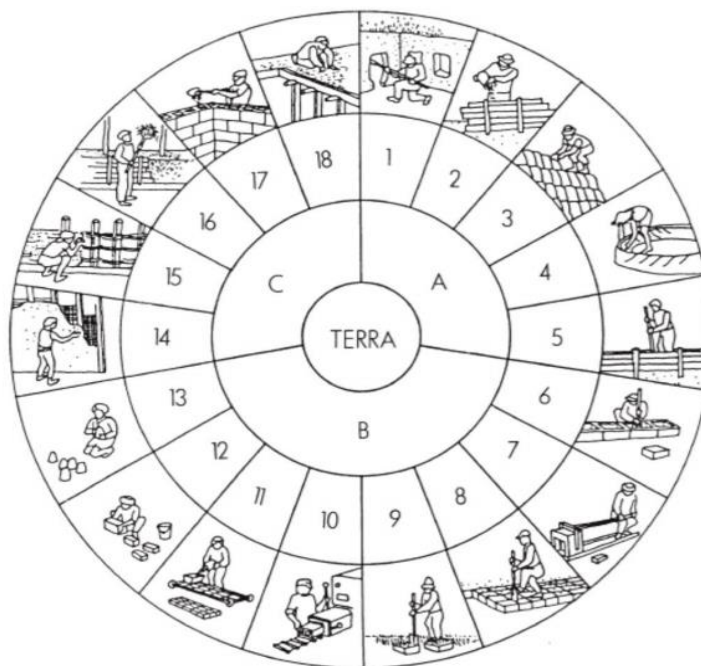
Assim ao longo dos séculos gerações de construtores foram colocando em prática e aperfeiçoando técnicas vernáculas com múltiplas possibilidades construtivas e infinidade de variações adaptadas a cada tipo de solo e que traduzem a identidade dos locais e das culturas que as criaram.

Com ligeiras variantes, foram organizadas em três grandes grupos de sistemas construtivos, as principais possibilidades de utilização da terra, a

39 A textura é referente à granulometria. A plasticidade refere-se à capacidade de modelação que a terra tem. A compressibilidade é o grau de possibilidade que a terra tem de ser densificada, reduzindo a porosidade. A coesão diz respeito à intensidade de ligação dos inertes entre si, quando exposta a um esforço de tensão.

forma **monolítica e portante**, em **alvenaria portante**, ou como **enchimento**⁴⁰.

Estas três grandes famílias abarcam dezoito sistemas antigos e modernos de soluções de construção em terra sistematizados pelo CRAterre.



Monolítica Portante

- 1 – Terra escavada
- 2 – Terra plástica
- 3 – Terra empilhada
- 4 – Terra modelada
- 5 – Terra prensada (Taipa)

Alvenaria Portante

- 6 – Blocos apiloados
- 7 – Blocos prensados
- 8 – Blocos cortados
- 9 – Torrões de terra
- 10 – Terra extrudida
- 11 – Adobe mecânico
- 12 – Adobe manual
- 13 – Adobe moldado

Enchimento

- 14 – Terra de recobrimento
- 15 – Terra sobre engradado
- 16 – Terra palha
- 17 – Terra de enchimento
- 18 – Terra de cobertura

*51 Adaptado de Hugo in Houbene Hubert Guillaud (1989). *Traité de Construction en Terre*. Fonte Maria Fernandes (AA.VV, 10ª Mesa Redonda de Primavera, 2006)*

40 Monolítica e portante, compreende a elevação no local, não existe separação entre o material e a técnica usada, este grupo é composto por cinco técnicas: terra escavada, terra plástica, terra empilhada, terra modelada e terra prensada.

Alvenaria portante, esta família compreende uma manufatura prévia da terra em módulos que são secos e posteriormente utilizada na construção. Compreendem-se oito técnicas neste grupo: blocos apiloados, blocos prensados, blocos cortados, torrões de terra, terra extrudida, adobe mecânico, adobe manual, adobe moldado.

Enchimento, neste grupo a terra está como elemento secundário, serve para encher ou revestir outras estruturas (geralmente de madeira ou de outros elementos de origem vegetal), neste grupo identificam-se cinco técnicas: terra de recobrimento, terra sobre engradado, terra-palha, terra de enchimento, terra de cobertura.

Gonzalez (2006) na sua investigação, faz ainda outra menção de técnicas construtivas em terra crua: a terra por subtração, a terra trabalhada manualmente, a terra empilhada com recurso a molde e a terra geometrizada sob a forma de blocos e a terra como forma de recobrimento.

A terra permite assim, uma infinidade de aplicações nas edificações, não só no património construído, como nos saberes das múltiplas técnicas construtivas e respetivas aplicações.

É de destacar também as qualidades da terra, como material, é natural, reciclável, ecológico e sustentável. As suas propriedades de isolamento são excelentes salientando as propriedades acústicas, na absorção do som e a sua excelente massa térmica que no Inverno conserva o calor no interior da habitação e Verão retém o ar fresco.

A construção em terra com todas as suas vantagens ecológicas e múltiplas formas de ser aplicada gera todo um conjunto patrimonial, que une o Homem à Natureza. Inscrevem-se simultaneamente como paisagem natural e património cultural. A terra como património é tangível e intangível, ambos são correlativos e complementares, pois o trabalho e saber intangível dos artesãos e as suas práticas construtivas tradicionais são indispensáveis para a construção e preservação do património tangível.

A terra é o material mais acessível e económico no planeta, a sua simples empregabilidade e inesgotabilidade são qualidades em que devemos apostar nos dias de hoje, já que proporcionam um equilíbrio entre o construído e o meio ambiente.

Na atualidade e com a aposta crescente em matérias mais ecológicas e recicláveis foram abertos novos caminhos para a construção com terra, não só no sentido de reabilitação das construções antigas, mas também de novas construções com novas linguagens formais e conceptuais.

“Na nossa sociedade de consumo, em que a eficácia do cimento e a arrogância do betão armado tudo dominam, em que se acentua a vertiginosa corrida ao precário e ao descartável condenado ao esquecimento e à ruína os velhos saberes da arquitetura, nem tudo, porém, está perdido. Aqui e além, pequenas iniciativas, ações de recuperação, um maior cuidado com as velhas paredes que vão resistindo ao desinteresse e incúria ... que se esforçam por salvar a sua identidade, ... seja seguindo com rigor as velhas tradições, seja experimentando novas técnicas ... a nova construção em terra parece imparável, abrindo perspectivas insuspeitas na economia de meios, na qualidade ambiental e mesmo na variedade e equilíbrio de volumes, tão necessários a uma requalificação da nossa arquitetura.” (Torres, 2005)

Nos últimos anos várias são as entidades que apostam na valorização e contribuição para boas práticas e métodos de proteção e conservação do património em terra, a nível arquitetónico, arqueológico e da paisagem natural, são elas o ICCROM, a CRA Terre, o Getty Conservation Institut e o renovado Comité de Icomos.

Apoiam e promovem investigações sobre as patologias da degradação das construções em terra, das vantagens ecológicas e sismo-resistentes, encorajando a sua aplicação na nova construção, mantendo os valores tradicionais do património tangível e intangível.

As terras xistosas do Baixo Alentejo não impediam que a arquitetura que sempre dominou fosse a de terra. Inicialmente feita de pequenas armações vegetais cobertas de lama ou entrançamentos de caniços preenchidos de terra batida e apertada foram substituídos pelos primeiros adobes, a terra para não fendilhar na secagem exigia aditivos vegetais ou de pedrisco para uma boa presa. Mais tarde foi generalizada a construção com taipa. Assim foram surgindo as habitações rurais do Sul do Alentejo.



52 Expressão da arquitetura de terra, Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018

A composição da terra do Alentejo é muito diversificada, este fator aliado ao clima, à geografia do terreno e aos materiais mais disponíveis, resultam na presença de variados tipos de construção com terra, este fenómeno faz com que não seja possível determinar uma tipologia base, existindo inúmeras variantes tipológicas, mas ainda assim revelando traços bem comuns nas diferentes construções.

Estas construções de terra no Alentejo funcionam como pontos de orientação e identificação na paisagem, mas de fraca intensidade e espalhadas pela região não se sobrepõem à paisagem natural, fazem parte desta.

No ponto seguinte deste exercício iremos abordar o surgimento das arquiteturas de terra na paisagem do Alentejo, não num ponto de vista de

construção de terra por fácil acesso à materialidade, mas num ponto de vista histórico e sociológico.



55 Monte da Cerâmica do
Outeiro - Imagem da autora 2018



54 Monte do Almocreva de Baixo -
Imagem da autora 2018



53 Monte da Morteira - Imagem da autora
2018

4.2 ORIGEM DO MONTE

“A Arquitetura Popular do Alentejo é também paisagem cultural. A sua ligação à terra, com geometrias fortemente horizontalizadas, num aconchego terno e silencioso faz dela e da envolvente uma exaltação poética. A sua serenidade e limpidez torna-a etérea, quase cósmica. É profundamente solitária estando, todavia, acompanhada. A sua riqueza é a sua singeleza, não haverá muita expressão arquitetónica em que quase nada em termos formais possa representar tanto. Estas meia metáforas são paradigma para a sua narração enquanto obra arquitetónica de Mestres anónimos”. Victor Mestre citado em (Mascarenhas, Barata, & Capelo, 2014)

O Alentejo apesar de transmitir uma ideia de paisagem única, alberga uma heterogeneidade imensa que apresenta uma rede de povoamentos bastante variada que preservam uma identidade muito específica.

O interesse por esta vasta região vem desde o neolítico com a ação do Homem sobre a Terra, enraizando as origens primitivas até à consagração da época industrial com a contemporaneidade das construções dos dias de hoje.

“Pelo que respeita à habitação do Alentejo, tal como nos aparece agora, estamos em crer que o seu tipo de construção é o resultado de uma longa evolução, que os séculos foram modelando, cheia de contradições e anacronismos.” (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

O processo de humanização da paisagem neste território retrata as influências da época romana, visigótica, muçulmana e da reconquista cristã.

“... dos edifícios do Sul, nos dispositivos mais perfeitos e complexos da habitação, lê-se a influência de civilizações superiores, romana e muçulmana.” (Ribeiro O. , 1945)

É certo que a cultura romana tomou expressividade em todo o território português alterando as paisagens e os modos de vida. A semelhança do que acontecia no regime do império em Roma, as populações eram atraídas para as grandes planícies desocupadas com o intuito de uma organização social que ocupa de uma forma individual as terras, sendo esta a origem das chamadas “villas” romanas a que hoje se faz uma analogia aos “montes” alentejanos.

Segundo Orlando Ribeiro, considerado sede de exploração, a estrutura do latifúndio romano em tudo se assemelha às herdades alentejanas, desde a sua estrutura agrária à sua organização social⁴¹.

“Descidos do alto dos montes os castrejos para vales e para terrenos produtivos e abrigados, começaram os Romanos a ensinar-lhes a aproveitar melhor as suas terras, o direito de propriedade, os diferentes modos de adquirir, a delimitação das glebas com marcos, etc.; e deram-lhes a sua palavra villa para designar uma propriedade rustica, termo que sobreviveu a todas as invasões antecedentes e devastações posteriores, até chegar quasi à fundação do Estado português” Alberto Sampaio citado em (Vasconcelos , 1995)

41 A comparação entre as villas romanas e as herdades alentejanas parece ter surgido pela primeira vez nos primeiros meados do século XX, por José Leite de Vasconcelos nas obras *Religiões da Lusitânia* e na *Etnografia Portuguesa*, no entanto foi com Orlando Ribeiro, discípulo e colaborador de Leite de Vasconcelos a sintetização da interpretação dos vestígios da romanização no território alentejano na sua obra *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. A sua obra serviu ainda de influência a grandes obras como o *Inquérito à Arquitetura Popular*, promovido pelo Sindicato dos Arquitetos.



56 Vila Romana de São Cucufate - Fonte Website Documentar o Mundo

57 Monte da Melancina - Imagem da autora 2018

Com esta estrutura romana, observam-se duas formas de povoamento. Orlando Ribeiro e a Equipa responsável pela Zona 5 da Arquitetura Popular em Portugal, fazem a explicação destes dois tipos de propriedade. O povoamento concentrado do latifúndio, **a herdade**, onde existe uma habitação principal o *dominus*, e à sua volta, numa constituição casa-pátio, as acomodações dos escravos, os estábulos, os celeiros, as arrecadações e na sua envolvente as casas dos homens livres. E a construção isolada, **o monte**, esta última associada à exploração agrícola individual⁴².

Orlando Ribeiro destaca ainda a influência árabe no mundo rural, quer na introdução de novas culturas como de novas técnicas, especialmente o regadio e novas formas de exploração intensiva que contrapõem a estrutura fundiária romana. No que respeita às novas técnicas é introduzida a cobertura plana, ou de águas inclinadas com recurso a uma proteção cerâmica de telha sobre esteiras de canas apoiadas em paredes de taipa.

O período da reconquista cristã veio trazer alterações significativas a nível do território, baseada nas explorações agrícolas em grande extensão. As terras eram ocupadas de uma forma individualista e divididos por

⁴² As herdades e os montes estão estritamente interligados, sendo o monte a habitação de uma herdade, é a sede da lavoura praticada na herdade, no seguinte subcapítulo estes termos serão explicados mais detalhadamente.

morgadios, coutos reais e terrenos oferecidos às ordens religiosas. É nesta altura que técnicas como abobadas e abobadilhas são inovadas e praticadas por novas gerações de mestres canteiros.

Os séculos XV e XVI foram determinantes para a evolução das cidades e dos montes alentejanos, surge uma nova linguagem renascentista e a ocupação filipina compromete os traços arquitetónicos tradicionais, com a introdução de códigos de influência italiana. No entanto como explica Vítor Mestre *“ao permanecerem os volumes acentuadamente horizontalizados, austeros e proporcionados, em função das coberturas muito abatidas, manteve-se uma certa expressão unificadora da nossa tradição”* mais tarde denominada de Arquitetura Chã.

Com a restauração da independência a imagem do monte é renovada, muitos montes por esta altura encontravam-se num estado de decadência e foram reconstruídos integralmente com ou sem ampliações e com a introdução de capelas e enormes salões com lareira de cantaria.

“Esta nova realidade ilustrada pelo “Barroco Rural” será porventura aquela que consagrou a forma e a expressão da maioria dos atuais montes, principalmente aqueles que foram construídos de raiz nesse período ou inclusivamente já no dobrar do século XVIII para o século XIX. Quanto aos que apenas foram ampliados ou redesenhados mantêm ainda memórias anteriores, reintegradas de forma oculta ou ainda timidamente visíveis, revelando na sua tipologia adições consecutivas, na senda da longa tradição acumulativa”. (Mestre, 2009)

O país sofre novamente uma profunda crise após as invasões francesas, devido ao confronto entre Liberais e Absolutistas. Com a vitória do liberalismo as ordens religiosas e militares são extintas e as terras são distribuídas por quem as cultivava.

Já durante o final do século XIX até à década de 60/70 do século XX, o Alentejo sofre múltiplas transformações (a industrialização da agricultura, as políticas agrícolas mal aplicadas, principalmente as Unidades Coletivas de Produção) que culminaram numa crise e num clima de confronto obrigando a maioria da população rural a deixar os campos e fixar-se nas cidades. Deixando todas as estruturas de índole agrícola ao abandono, muitas delas chegando até nós, nos dias de hoje em ruína, como verificado na imagem seguinte.



58 Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018



61 Pormenor de fachada do monte da Melancina - Imagem da autora 2018



60 Monte da Melancina - Imagem da autora 2018



59 Pocilga do monte da Melancina - Imagem da autora 2018

4.3 TIPOS DE MONTES E RESPECTIVA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Neste subcapítulo o objetivo é aproximarmos das diferentes realidades do termo “Monte”. Monte aparece muitas das vezes escrito em maiúscula com um sinonimo mais aproximado à definição de “habitação” e em minúsculas ao referir-se a uma propriedade específica ou conjunto de edifícios que compõem uma herdade.

Herdade segundo (Picão, 1947), *“Em geral, os campos do Alentejo, à parte os arredores das povoações, são divididos em grandes tratos de terreno que se denominam herdades...”*

O conceito *monte* é assim usado em contextos múltiplos com diferentes significados.

Segundo Costa em Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional, monte *“corresponde, regra geral, a uma edificação ou um conjunto de edificações associados a uma mesma exploração agrícola, ...”*

Já Mascarenhas (Mascarenhas, Barata, & Capelo, 2014) diz *“o tradicional monte alentejano é um tipo de habitat constituído, pelo menos até aos finais dos anos 70, por estruturas arquitetónicas detentoras, em muitos casos, de um património vernáculo inigualável.”*

Mariano Feio é citado na obra Olhar o Monte Alentejano a Pretexto do Alqueva (AAVV, 2007) *“o monte nas suas diferentes formas, representa de algum modo uma pequena dispersão no habitat concentrado típico da região”*.

Parafraseando a historiadora Maria da Conceição Reis *“o monte não é apenas um edifício ou um local, mas um conjunto de traços culturais e sociais muito específicos desta região, ..., que impregnam, desde há séculos, toda a estrutura do povoamento e da economia rural do Alentejo”*.

O conceito *monte* revela assim uma realidade bem mais complexa do que seria de supor, perante tal diversidade, muitos foram os estudiosos que procuraram criar propostas de tipos de montes que encaixassem nas várias situações em que o termo monte pode ser aplicado.

António Carlos Silva no texto “O monte Alentejano – alguns contributos para uma perspetiva arqueológica” (AAVV, 2007) indica existirem três categorias principais de montes.

O monte enquanto **cabeça de herdade**, o **montareco** (pequeno monte isolado) inserido na propriedade da herdade e os **pequenos montes dispersos**, localizados nas proximidades dos aglomerados urbanos.

É nos **montes das herdades** que encontramos maior diversidade e complexidade de soluções. Estas respondiam às necessidades de habitação permanente ou temporário do proprietário e dos trabalhadores fixos ou sazonais, englobando todas as estruturas de apoio à atividade agrícola do dia a dia: celeiros, fornos, armazéns, estábulos, eiras, forjas, poço, tanque, horta, etc.

Os **montarecos**, assim como os **pequenos montes** correspondiam a pequenas casas térreas, no meio dos campos das herdades, com as condições mínimas de habitabilidade, por vezes acompanhadas de algumas das estruturas de apoio, onde habitavam por norma os trabalhadores

assalariados, guardas ou pastores e suas famílias. A sua ocupação podia ser sazonal e assim que os sistemas de exploração das terras se tornavam inúteis estes montes eram os primeiros a entrar num estado de abandono e ruína.

Por outro lado, José Picão faz uma abordagem mais específica do monte, dividindo os montes em cinco classes, a respetiva estrutura de cada monte dependia muito do seu proprietário. Proprietários muito ricos apostavam numa imagem de edifício abastada para sua habitação própria, e numa hierarquia de trabalho na herdade assim eram distribuídas as restantes habitações por tamanho, deixando os montes mais pobres para os trabalhadores pobres, de mondas sazonais.

A **primeira classe**, corresponde aos montes mais ricos, mais abastados, cercados de muros e com pátios de entrada, providos de todas as estruturas de apoio e muitas das vezes tinham capela.

Os montes da **segunda classe** não eram tão grandes quanto os de primeira classe, mas ainda assim possuíam uma enorme capacidade de alojamento, não eram cercados de muros, mas as dimensões das casas podiam variar em altura consoante quem habitá-se em cada parcela.

Os de **terceira classe**, mais discretos e de dimensões mais reduzidas, ainda dispunham de boas condições de habitabilidade, com capacidade de armazenamento a uma lavoura média a razoável.

A **quarta classe** abrange pequenas unidades habitacionais com o indispensável para uma pequena lavoura, geralmente para consumo próprio de quem o habitava.

Por fim a **quinta classe**, eram casas muito discretas, com poucas condições de habitabilidade designados aos caseiros ou guardas das terras.

Numa obra mais recente, o arquiteto Jorge Cruz Pinto faz uma nova abordagem ao monte, estipulando cinco classificações para os diferentes tipos de montes, sendo eles os montes como **construções simples de carácter nuclear**, o monte **isolado na paisagem natural**, os montes em **fileira** (ou em correnteza), os montes **articulados por adição** de uma forma gradual e por fim **o monte aglomerado complexo** com um carácter quase urbano, muitas das vezes este tipo de monte era a base de formação de pequenas aldeolas de carácter urbano⁴³.

Exposta a hierarquia das habitações podemos concluir que o Alentejo rural se divide em dois grandes extremos a nível social, o proprietário, senhor dos montes e das terras, que explora as terras para proveito próprio, ou em muitos dos casos, aluga os terrenos a um rendeiro. E o trabalhador, que dá a vida em prol do labor da terra, mas que não a possui, habita o monte que o proprietário lhe destaca, chamando-o de lar, sem nunca ser verdadeiramente seu.

Desta forma o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal faz uma distinção entre vários tipos de proprietários e de trabalhadores. No que diz respeito aos proprietários distinguem-se:

- O lavrador, que explora diretamente as terras.
- O semi-absentista, que poucas vezes visita a sua terra, deixando-a ao cuidado de um encarregado que as explora e distribui as ordens dadas pelo proprietário aos trabalhadores.
- O absentista, que não mantém qualquer contacto com as terras, apenas recebe a renda do rendeiro que as explora. Era este o regime que mais ativo e comum nas terras alentejanas.

43 A descrição destas cinco situações de montes, correspondem a casos de estudo, no espaço geográfico circunscrito a um raio de cerca de 20km da Vidigueira. Foram identificados em termos formais, princípios ordenadores de implantação, topológicos e respetiva relação com o meio.

Também os criados estavam distribuídos segundo uma hierarquia. Abaixo do encarregado existia o ganhão ou o manageiro, estes depois de receberem as ordens do patrão ou do encarregado, distribuíam o trabalho pelos outros trabalhadores da sua equipa.

Existiam duas categorias para os trabalhadores da lavoura. Os concertados, contratados anualmente, em que estão incluídos o feitor, o maioriral, e os manajeiros, estes para além do pagamento em dinheiro recebem farinha, azeite, carnes e chegam mesmo a ter pequenas casas, onde habitam, nas terras do patrão.

Os trabalhadores de jorna, pagos à semana, sofriam muito com o desemprego depois de feita a ceifa e a apanha da azeitona, neste grupo estão presentes as sementeiras, as ceifas, as desmoitas e as esgalhas, muitos destes trabalhos são feitos por mulheres.



62 Trabalhadoras no Alentejo chegando ao trabalho na década de 1950 - Fonte blog Histórias com História

63 Trabalhadores na monda no Alentejo no início dos anos 70 - Fonte blog Histórias com História

O trabalho da mulher era muitas das vezes desvalorizado comparativamente com o trabalho do homem.

“Lá fora, as mulheres reúnem-se em grupos pitorescos, ajudando o homem na sacha, na monda, na vindima, na apanha da azeitona, na espalhação dos estrumes. Se a mulher alentejana não tem esbeltez, o mimo, a formusura... é ainda assim

sedutoramente grandiosa no seu aspeto selvático e um tanto ou quanto varonil.”

Raúl Proença em (Proença)

Com a industrialização e a mecanização dos meios de produção, surgiu uma nova categoria, a dos tratoristas e dos mecânicos.



64 Trabalhadores operando na debulhadora após o 25 de Abril de 1974 - Fonte blog Histórias com História



65 Trabalhadores das limpezas das terras no Alentejo no início dos anos 70 - Fonte blog Histórias com História

Para além dos trabalhos tradicionais do campo, muitos montes incluíam oficinas de trabalho que abarcavam outro tipo de trabalhadores, os artesãos, o ferrador, o ferreiro, o abegão, o albardeiro, o oleiro e o sapateiro⁴⁴.

Agregando diferentes grupos familiares, o monte parte do objeto unitário para o todo, albergando uma pequena comunidade vinculada por relações de sociabilidade e formalizadas por laços de parentesco e de trabalho, muito evidentes nos casamentos entre habitantes de montes vizinhos.

“Se é certo que o monte deixou de ter em algumas regiões os encantos de outro tempo, a verdade é que quem percorre a terra alentejana encontra muitos deles

⁴⁴ Estes trabalhos artesanais perderam-se ao longo dos anos à medida que os processos de fabrico foram sendo industrializados e os artesãos foram falecendo.

habitados pelo lavrador, que, feliz e contente, ali passa o ano, cercado da família e da criadagem. Á volta da residência rural, humilde de aparência, mas a respirar fartura, há tudo o que o lavrador precisa...” (Montes, O Monte Alentejano, 1940)

O monte produzia toda uma realidade social que ia muito além do seu domínio físico como construção. Todos os produtos agrícolas como os de artesanato produzidos nos montes geravam uma convivência entre montes e aglomerados urbanos, ao serem vendidos nas feiras e nos mercados periódicos⁴⁵.

É nas feiras e nos mercados que, de tempos em tempos ou em ocasiões mais festivas, aparecem os modestos circos, os teatros de fantoches, os bailes populares e as touradas improvisadas com galerias dispostas em círculo, improvisando uma praça.

Nas ocasiões festivas o evento mais importante é a procissão, com o andor dos santos à frente a população segue em harmonia rezando ou cantando com a banda a acompanhar, pelas ruas estreitas e empedradas das aldeolas.



66 Casamento no Alentejo nos anos 60 - Fonte blog Histórias com História



67 Procissão no Alentejo nos anos 70 - Fonte blog Histórias com História

⁴⁵ As feiras, cuja importância aumenta na Idade Média, eram locais que privilegiavam o convívio económico, cultural e social, aqui se faziam as trocas e vendas dos produtos e animais produzidos nas herdades.

Estas épocas festivas marcavam também a própria habitação e os seus moradores, como em conversa com populares foi dito *“era nesta altura que fazíamos as matanças dos porcos e as gentes estreavam o seu novo fatinho, para recebermos os parentes que por falta de trabalho tiveram de abalar e para a procissão claro, não podíamos aparecer em frente de Nossa Senhora malvestidos. Como as festas começavam sempre por volta de setembro até meados de novembro também tínhamos de aproveitar o Verão para caiar as casas, assim quando a procissão passasse as casas estavam todas bem arranjadinhas”*.

Todas estas realidades socioculturais foram esquecidas com o tempo, poucas são as pessoas com que se conversa que relembram estes tempos⁴⁶, com um carinho muito especial e com um sentimento de saudade, *“éramos pobretes, mas alegretes”* e pedem para que *“os moços novos”* não se esqueçam das tradições e saberes antigos.

⁴⁶ Para além do trabalho de pesquisa de obras escritas sobre a organização social, foram indagados vários populares sobre a vida do campo, a maioria com uma idade superior a 65 anos.



70 Pormenor de Chaminé -
Monte do Arcediago -
Imagem da autora 2018



69 Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018



68 Montinho em Vale de Russins - Imagem da autora
2018

4.4 O MONTE

“Para muitos a arquitetura regional do Alentejo, é pobre e de tão fria simplicidade que mal se enquadram no campo do nosso foro artístico; mas a classificação não é justa. Não é o efeito das alturas que os construtores ali tiveram em vista. Tudo se desenvolve em extensão nos planos suaves em que o casario resplandecente de brancura deixa, sobre a terra, notas impressionantes de conforto, ternura e poesia. (...)

No Alentejo, são as necessidades que determinam o plano e o estilo da sua Arquitetura rasteirinha, baixa e rente ao chão, talvez para que mais intimamente possa sentir-se a palpitação que anima as entranhas daquela prodigiosa natureza. Porque hão-de as habitações elevar-se ali, se a planura é extensa? Mais conforto e mais lógica na construção; mais carinho quem recebe e menor cansaço para quem entra. Casinhas de formas rasas, suaves, sem grandes acidentes nos dá o Alentejo, porque essa é, na realidade, a expressão do seu carácter: tanto geológico como afetivo.

A índole plácida do alentejano e a calma geográfica em que vive, são a razão próxima de serenidade arquitetónica das suas habitações rurais – a explicação espiritual e prática do monte – modalidade típica de casa regional do Baixo-Alentejo. De uma alvura imaculada o monte ergue-se baixo e simples na linha horizontal da planície como leve estremecimento na imensidade de algumas léguas em redor.” Armando de Lucena (Lucena, 1964)



71 Monte na Baronia - fonte Mário Moutinho (1995)

4.4.1 REVISÃO CRONOLÓGICA DA ARQUITETURA POPULAR

No presente capítulo é sentida a necessidade de evocar algumas obras de extrema importância, imprescindíveis para o entendimento e explicação dos casos de estudo que foram analisados neste trabalho. Estas obras, desenvolvidas ao longo do século XX, abordam e registam o tema da arquitetura vernácula alentejana⁴⁷.

“A abordagem à arquitetura popular, também chamada “vernácula” ou “regional”, estabelece as relações essenciais entre as necessidades humanas e o espaço, ou “meio”, onde elas se processam.” (Fernandes J. M., 1991)

Não recorrendo a estas obras com o intuito de transcrever apenas as conclusões que estes estudos revelam sobre a arquitetura do Alentejo, o objetivo é sim, fazer uma analogia entre os casos de estudo que foram selecionados para a presente investigação e identificar os seus traços de arquitetura vernácula alentejana, por base nas obras já publicadas e indicativas deste tipo de arquitetura. Assim serão mencionados vários autores e respetivos apontamentos num ato comparativo com os casos selecionados no presente trabalho.

O abordar o tema da Arquitetura Tradicional em Portugal, vários são os nomes que tomam destaque, alguns deles aqui já mencionados, contribuíram ao longo dos anos para o entendimento do estudo da

⁴⁷ Estes estudos foram realizados por arquitetos, etnólogos, antropólogos e geógrafos.

arquitetura vernácula e os seus atributos são ainda hoje reconhecidos, servindo de base para estudos como este aqui desenvolvido.

Começa-se por mencionar o trabalho do etnólogo José Leite de Vasconcelos, na sua obra *Etnografia Portuguesa*, 1936, é transmitida uma primeira abordagem sintética dos principais tipos de casa alentejana, no que se refere ao monte é constatada a posição do monte face ao terreno “a elevação do terreno, onde a casa geralmente se constrói para os donos vigiarem melhor a propriedade”, é também nesta obra que começam a suscitar as várias facetas do termo monte e como este é interpretado “também monte quer dizer (...) grupo de casas (...) visto que um monte, numa herdade de certo tamanho consta de muitas casas: para o dono ou para o rendeiro, para os serviçais, para se guardarem aprestos de lavoura,(...)”.

Orlando Ribeiro, com a sua formação histórico-geográfica, explicita genericamente os modelos de ocupação do território português em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 1945. Refere-se ao Alentejo, como “civilização do barro” própria das áreas de planície a sul do Tejo, de materiais da terra revestidos a cal, em função de uma vida mais aberta ao campo, organizada em povoamentos concentrados e interligados.

Ernesto Veiga de Oliveira com o arquiteto Fernando Galhano, deram o seu contributo com a obra *Arte Popular em Portugal*, 1959, mais tarde revisada e ampliada, resultando na obra de 1992 *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, formada por várias peças ilustradas que acompanhadas de texto, permitem entender o funcionamento da habitação e os elementos representativos da arquitetura tradicional, (no caso específico desta dissertação da arquitetura alentejana).

José Cutileiro, com a sua obra *Ricos e pobres no Alentejo*, 1977, apresentou uma obra de carácter antropológico, que consistia numa análise da

estrutura social da região. A obra é marcada pela hierarquia social ligada à posse das terras e a sua repartição, já aqui explícitos nesta investigação no capítulo anterior.

A época de 1950 para 1960, está repleta de nomes sonantes para a arquitetura como Keil do Amaral, Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira responsáveis pela importante obra, o *Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal*, no ano de 1961, sugerida em 1949, a ideia foi aceite e posta em prática pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos.

Estes e outros arquitetos, percorrem o País, divididos em seis equipas e procederam a uma análise exaustiva da arquitetura popular portuguesa, com o intuito de destacar a diversidade regional do nosso País, relativamente às tipologias habitacionais tradicionais, bem como a morfologia dos povoados, urbanos e rurais⁴⁸.

Com este Inquérito, “*aperfeiçoaram-se os conhecimentos sobre as sub-regiões da arquitetura popular em Portugal, que até então se tinham confinado a uma visão romântica, desde o fim de século apegada à ideia da existência de uma “Casa Portuguesa” com vocação unitária*”. Obra de Raul Lino *A Casa Portuguesa*, apresenta um modelo único de casa portuguesa, que mais tarde viria a ser revisada e completada por uma referência mais específica, afirmando a diversidade cultural de cada região de Portugal.

O Alentejo no Inquérito, insere-se na Zona 5, ao encargo dos arquitetos Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata. Os resultados expõem as diferentes tipologias da região, assim como principais técnicas de construção e de organização espacial das casas alentejanas.

⁴⁸ As diversas equipas de arquitetos destacados para este projeto, procuraram entender o que a arquitetura popular tinha de racional e de funcional, e que ligações poderiam existir com uma arquitetura moderna que estes arquitetos praticavam ou pretendiam praticar.

Saltando um pouco temporalmente o arquiteto João Alberto Correia, com o estudo, *Montes e Povoados no Sudeste Alentejano*, 1996, o autor analisa a problemática da arquitetura vernácula em relação aos montes e povoados na região de Monsaraz, transmitindo a importância dos elementos estruturais, funcionais ou decorativos dos montes⁴⁹.

Maria da Conceição Reis desenvolve a obra *O Monte Alentejano e a transformação no século XX*, 2002, a historiadora constrói uma obra sobre a realidade social e cultura do local, numa análise assente em dois eixos, investigou as estruturas do passado numa perspetiva diacrónica e uma perspetiva do presente em que o contacto com esta realidade clarifica a ideia de que o monte não é apenas um edifício ou um local, “*mas um conjunto de traços culturais e sociais muito específicos desta região*”⁵⁰.

O livro *A Taipa no Alentejo*, 2007, da arquiteta Mariana Correia, e respetivos contributos desta autora em obras como *Terra em Seminário* 2007 e *Terra forma de Construir* 2006, constituiu um novo ponto de vista para a valorização das arquiteturas de terra, nesta região do País. A arquiteta faz uma abordagem profunda das tipologias do edificado de terra, pelo estudo dos materiais, das técnicas, entre outros. “*Porque este habitat em taipa do Alentejo, como os de outros cantos do mundo, que nos deixam mais frequentemente um sentimento de admiração e encantamento, são também uma forma bem conseguida “de arquitetura sem arquitetos”*”.

Em 2007, foi composta uma obra intitulada *Olhar o Monte Alentejano em Pretexto do Alqueva*, esta obra resulta numa compilação de textos de vários autores que fazem uma exposição do contexto do monte desde a sua organização social, as suas origens, ao seu desaparecimento ou inserção na

49 No contexto do seu trabalho, o autor explicita vários tipos de chaminés e sua importância consoante a localização da mesma na habitação, esta abordagem será referida no subcapítulo 4.4.3.

50 A obra desta autora foi evocada no corrente trabalho no capítulo anterior, e será abordado novamente aquando da abordagem do abandono dos montes.

nova imagem no Alentejo, com a introdução das barragens no território. Para o contexto deste capítulo, um dos textos mais importantes que se analisou foi o do arquiteto Victor Mestre, juntamente com o texto que produziu para *Terra: Forma de Construir*. O arquiteto dá-nos uma visão geral da imagem do monte e faz uma reflexão da importância que se deveria dar à reabilitação destas obras tradicionais.

Como já mencionado o arquiteto Jorge Cruz Pinto, com o estudo *Arquitetura da Planície: cinco situações de montes no Alentejo*, 2007 busca o enquadramento estratégico do monte em suaves cabeços ou encostas, compreendendo a vocação do lugar, delineando cinco tipos de montes.

O contexto abordado por Cruz Pinto, é também mencionado por Miguel Costa, sob o tema *Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve*, 2014, que considera o património construído em âmbito rural, privilegiando a arquitetura vernácula, ligada aos pequenos aglomerados rurais associados a uma única exploração, com o monte assumindo uma posição marcante na paisagem.

Este autor faz uma divisão por três escalas da posição do monte no território. “*Numa primeira escala, compreende-se o núcleo edificado. Numa segunda, num circuito mais alargado, mas que influencia a organização do conjunto edificado, o monte constitui-se como centro de uma pequena área de recursos, sendo através da preponderância das atividades agrícolas e de criação de animais que se produzia a vinculação ao território, experienciando sucessivamente a ação de transformação da paisagem, compreendendo a área produtiva concertante. Por último e numa terceira escala, o monte integra uma estrutura formada pela relação de vários montes próximos, cuja importância antropológica é significativa.*”

Numa publicação mais recente, 2016 *A Arquitetura Popular dos Povoados Alentejanos*, José Baganha, estuda os povoados tradicionais alentejanos,

enaltecendo as técnicas construtivas, tipologias e pormenores das construções, que se refletem nos montes que serviram de ponto de partida para o trabalho aqui a ser desenvolvido.

Para além destas obras aqui especificadas, outras serviram de consulta para o trabalho, não com um estudo tão exaustivo como nestas aqui mencionadas. Para além disso vários foram os artigos de revistas e jornais históricos fornecidos para consulta pela Biblioteca Municipal José Saramago em Beja que ajudaram no desenvolvimento deste tema.



72 Representação do percurso tomado - Imagem da autora 2018

4.4.2 SELEÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

A principal razão que motivou a escolha desta região em específico foi a naturalidade da autora e o seu fascínio por a arquitetura de terra da sua região, contudo é importante salientar que a região em estudo, mais especificamente dois dos concelhos abrangidos pelos “Barros de Beja” concentram uma grande quantidade de montes “de terra” desabitados e em pleno estado de degradação.

De forma a produzir uma investigação coerente e conclusiva foi necessário e essencial obter um número considerável de casos de estudo, deste modo, foram 12 os casos estudados.

As construções foram escolhidas partindo de um percurso que abrange ambos os municípios de Beja e de Ferreira do Alentejo e da acessibilidade disponível para conseguir-se chegar aos locais⁵¹. O percurso selecionado fazia parte das rotinas de deslocação da autora, de quando esta habitava na região, e assim algumas das construções selecionadas já eram do conhecimento da própria. Por outro lado, a maioria foi indicada por populares⁵², aquando de conversa sobre o tema em estudo, ou descobertos através de passeios pelos campos agrícolas.

51 A procura por estas construções foi um processo demorado e por vezes complicado. A falta de estradas acessíveis aos montes tornava o processo mais demorado, mas a localização por vezes remota, ajudava a perceber a essência da construção em si e da envolvente no ambiente isolado.

52 Foi fundamental falar com as populações dos aglomerados urbanos da zona, estes não só indicaram construções a visitar, como providenciavam importantes informações sobre os casos de estudo.



Montes visitados por ordem do percurso

Montes seleccionados como casos de estudio

Monte da Horta de Cima	X
Monte da Horta do Cano	X
Monte do Almocreva de Baixo	
Monte da Cerâmica do Outeiro	X
Monte do Outeiro	X
Monte dos Avalões	X
Monte da Murteira	X
Monte da Melancina	X
Monte da Corte Negra	

A aquisição de cartas geológicas, militares e agrícolas ajudaram a localizar com precisão os montes seleccionados e permitiram a compreensão dos materiais usados na sua construção, por base nas características do terreno envolvente à edificação.

Foram necessárias múltiplas visitas aos locais seleccionados para fundamentar um estudo rigoroso e completo. Após as visitas aos locais e recolhidos os dados necessários, foi essencial documentar a informação analisada para cada construção num “formulário tipo”⁵³.

Em geral, o método de registo foi efetuado por etapas, respeitando a seguinte ordem:

- Cada edifício foi identificado numa junção de cartas militares, os edifícios estão inscritos num círculo, para uma perceção mais direta da localização exata do edificado. Cada construção ficou numerada sequencialmente por ordem de visita.

⁵³ Remete-se o leitor a consultar apêndice 2.

- Ao atingirmos um grande número de registos fotográficos das edificações foi necessário categorizar por edifício e por dia de visita as respetivas fotos e registos gráficos. Para além das fotos dos exteriores, sempre que possível foi feito o registo dos interiores⁵⁴.
- O método de registo gráfico consistiu num levantamento *in situ* dos desenhos técnicos da construção. Para tal foi necessário fazermos o percurso recorrendo sempre a material de levantamento dimensional e de material de grafismo.
- Sempre que foram efetuados registos gráficos de plantas, cortes e alçados, foi necessário recorrer, muitas das vezes, a uma imaginação reconstrutiva, note-se que muitos dos edifícios visitados, estão num estado de ruína, que na maioria dos casos não apresentam os seus traços e divisórias originais por estas já se encontrarem degradadas.
- Foi necessário a formulação de duas grandes secções, para a introdução da informação relativa ao edificado. Cada secção contém características específicas de referência do edifício, que nos permite fazer uma comparação conclusiva dos casos analisados.
- A primeira informação a constar no formulário é a Identificação do Edifício com elementos essenciais. Nome do edifício, número do inquérito, coordenadas GPS, distrito, município, freguesia e data de visitas.
- A segunda categoria a catalogar são os Dados Técnicos, nomeadamente alturas, presença de contrafortes, cunhais, vãos, espessura de paredes, detalhes a destacar, etc.

Devido à grande quantidade de dados recolhidos não foi possível incluir toda a informação nos inquéritos, contudo a informação

⁵⁴ Algumas das construções visitadas, apesar do seu evidente estado de degradação, estavam trancadas, não permitindo uma visita ao seu interior.

presente sistematiza representa na sua totalidade as conclusões retiradas na análise de cada edifício.

Os resultados da investigação podem ser consultados no apêndice 2 e serão também incluídos no corpo de texto do capítulo que se segue.



74 Monte da Melancina - Imagem da autora 2018

4.4.3 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Como escreve Baganha *“A região do Alentejo constitui, no contexto da arquitetura vernacular em Portugal, um território singular, no qual a passagem do tempo soube preservar, de forma ainda bastante significativa, a autenticidade das suas expressões formais, construtivas e urbanas.”* Esta autenticidade é bem visível ainda na tipologia dos montes, de singularidade e características distintas, as suas expressões resultam do clima, da natureza, da morfologia do terreno, dos materiais locais e dos tipos de atividades predominantes.

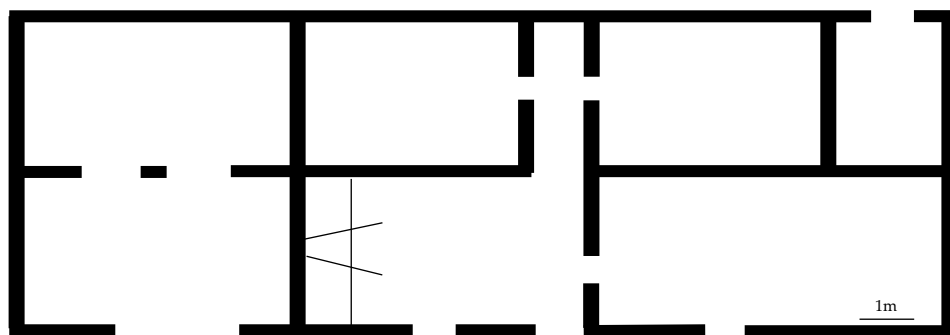
O uso dos materiais locais disponíveis, sustentam uma poética de construção pura e verdadeira de raiz popular. A sua simplicidade é um reflexo do Homem alentejano, que *“supera todas as vicissitudes dos tempos, resiste e dá-nos a justa medida do valor imaginativo e concecional do homem do povo, do seu conceito de vida, da sua poesia plasticizada em construção”* (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

Esta construção erudita não apresentando um único e principal género de arquitetura, apresenta uma série de traços que são comuns na região. Tais apreciações são visíveis nos casos de estudo apresentados nesta investigação. Admitimos assim a existência de constantes arquitetónicas que se verificam nesta análise.

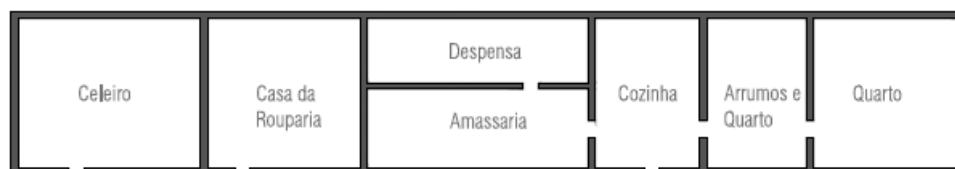
A casa rural de carácter agrícola, era implantada em locais isolados, mas de pontos elevados, possibilitando um domínio visual sobre o território. O terreno de implantação influenciava as dimensões e estrutura das

construções, mais estreitas e compridas em terrenos de declive acidentado e mais largas em terrenos planos. O sentido de horizontalidade domina, de um só piso térreo, o volume de planta retangular simples toma destaque na paisagem.

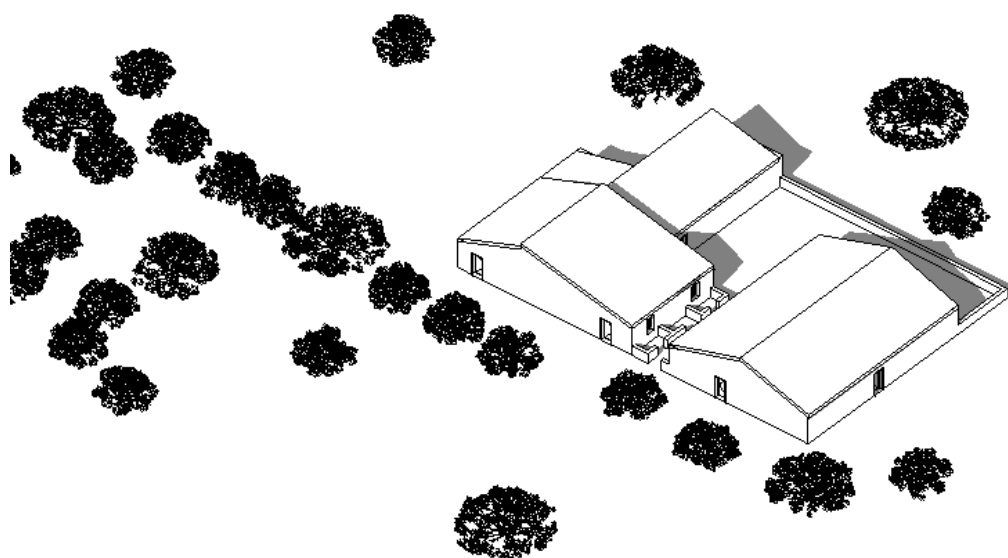
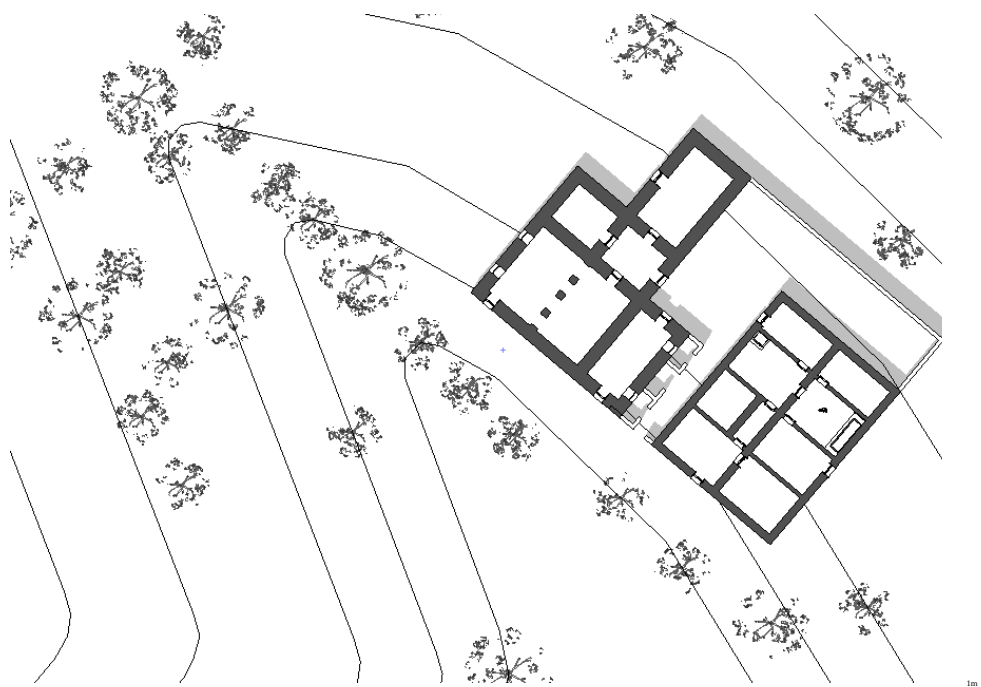
A horizontalidade “é dominante, num jogo de volumes em que cada parte é indispensável no todo, feito de paredes de texturas originais” (Baganha, 2016)



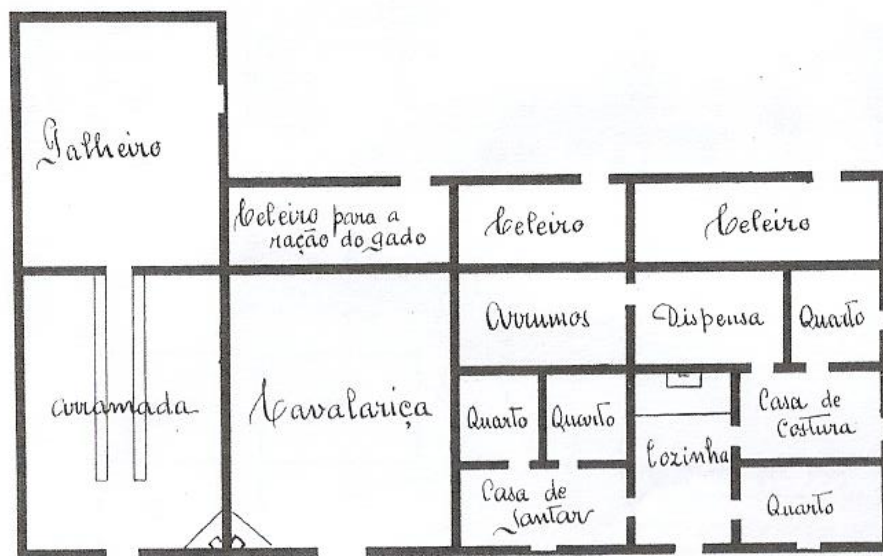
75 Monte dos Avalões, desenho da autora



76 Monte do Outeiro, fonte: Arquitetura Tradicional Portuguesa



77 Monte do Soeiro, desenhos da autora



78 Monte da Cascalheira, fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa

Da mesma forma que o terreno onde a habitação se insere influencia a volumetria, também influi nos materiais de construção utilizados, adaptando-se aos recursos geológicos do solo, *“feita de materiais leves e de grande plasticidade, que permitem todas as fantasias de estilo e que funcionam ao mesmo tempo como isoladores de calor”* (Oliveira & Galhano, 2003). *“Os materiais mais utilizados até há 40 anos eram a taipa, o adobe, o tijolo cozido, a pedra, a cal, a madeira, o caniço e a palha de piorno.”* (Correia M. , 2007)

As paredes de *“linhas puras e formas maciças”* (Correia M. , 2007) são na sua maioria de taipa, contudo *“é também possível encontrar conjugação de terra e taipa: muro em taipa com camadas de argamassa de cal e pedra, ou então o muro, com uma parte em taipa e uma outra em pedra. Há igualmente zonas de terrenos argilosos, onde o adobe era também utilizado para as paredes exteriores”*. (Correia M. , 2007)

Com alguma frequência existiam grandes contrafortes, que denunciavam a falta de fundações nestes edifícios⁵⁵



79 Monte da Horta do Cano - Imagem da autora 2018

80 Pormenor de contraforte de pedra, Monte da Chaminé - Imagem da autora 2018

Os fatores naturais influenciam ainda as construções tradicionais no Sul do País, agentes como o clima quente e seco, a intensa luminosidade e a escassez de madeira, levam à conceção de fachadas com poucos vãos, de pequenas dimensões ou inexistentes à exceção da porta.



81 Exemplo de vãos reduzidos, Monte da Quinta da Rocha - Imagem da autora 2018

82 Demonstração de vãos, Monte do Almocreva de Baixo - Imagem da autora 2018

⁵⁵ Nas construções de terra, quando existiam fundações, estas eram constituídas pela pedra da região e por vezes de tijolo cozido.

A casa do Sul é sempre rebocada e caiada, geralmente a branco, com alguns apontamentos no soco e na cercadura das aberturas, de azul ou ocre. Esta caiação é também um meio de defesa contra a luz e o calor.



83 Monte da Murteira, apontamento de azul no exterior- Imagem da autora 2018



84 Monte do Arcediago, apontamento de ocre nos interiores- Imagem da autora 2018

“... a sobreposição de sucessivas camadas de cal proporciona um efeito plástico singular, emprestando às superfícies uma reverberação da luz do sol muito especial e bela...” (Baganha, 2016)

A caiação aliada à espessura e à materialidade das paredes enaltece as qualidades isoladoras de calor e ainda *“acentua o pitoresco da construção, aveludando superfícies, arredondando ângulos, boleando arestas, disfarçando falhas, com a espessura das suas camadas sucessivas, e dá-lhes um aspeto asseado e fresco ...”* (Oliveira & Galhano, 2003)



85 Monte da Murteira, pormenor de caiação- Imagem da autora 2018



86 Monte da Melancina, pormenor do desgaste da cal - Imagem da autora 2018

Os pavimentos destas casas são muitas vezes em terra batida, ou em pedras miúdas roladas calcetadas (nas zonas de maior circulação), ou tijoleira fina quadrada ou ainda de ladrilho.

Os telhados, mesmo em construções secundárias, são de uma ou duas empenas, com muita pouca inclinação raramente se cruzam, encostam-se um ao outro apoiado numa parede alta situada a meio do edifício. São compostos de telha, as mais utilizadas eram as telhas de canal, assentes diretamente sobre um vigamento simples de pranchas de madeira, de caniço ou ripas, deixam coar uma luz difusa.



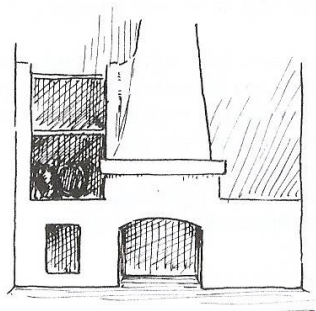
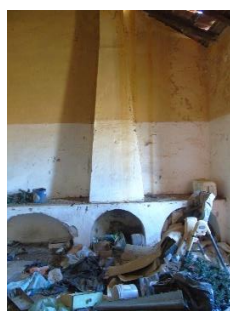
87 Telhado de vigamento simples de pranchas de madeira, Monte da Melancina - Imagem da autora 201888
Telhado de vigamento simples, barrotes de madeira e palha, Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018

“O chão, feito de tijoleiras, dá gosto vê-lo, sempre vermelho e lavrado. O teto, com os barrotes à vista, mostra a telha igual à dos mouros.” (Montes, O Monte Alentejano, 1940)



89 Telhado de vigamento simples, barrotes de madeira e palha, Monte do Arcediago - Imagem da autora 201890
Telhado de vigamento simples, barrotes de madeira, Monte da Chaminé - Imagem da autora 2018

De traços simples e práticos, o monte alentejano não apresenta muitos detalhes decorativos, como ornamento característico e fundamental, a chaminé toma o valor de peça de luxo, sobre a qual incide o espírito criativo dos construtores locais. A chaminé alentejana apresenta uma forma em tronco de pirâmide quadrangular, ela implanta-se e faz parte do alçado da casa.



91 Chaminé do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018

92 Ilustração de Vigílio Correia em "Chaminés do Sul" - Fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa

93 Chaminé do Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018



94 Chaminé Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018

95 Chaminé Monte dos Avalões - Imagem da autora 2018

96 Ilustração de Vigílio Correia em "Chaminés do Sul" - Fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa

O uso destas chaminés é constante e escoam o fumo para o exterior, impedindo a sua acumulação no interior da casa. Sempre de uma limpeza extrema, acentua o asseio das casas. Para que o calor não deteriore as paredes estas chaminés são revestidas com materiais pouco resistentes, mas que cumprem a função de isolamento, com uma laje de espessura média, de tijolo, ardósia ou de pedra local disponível e de muros laterais de suporte. As chaminés abrigam sempre as lareiras ou pequenas fornalhas forradas com uma banqueta de tijolos.

"Mal se entra a porta, quási sempre com largo postigo, o visitante fica na cozinha, onde a lareira lhe dá nas vistas pelas avantajadas proporções." (Montes, O Monte Alentejano, 1940)

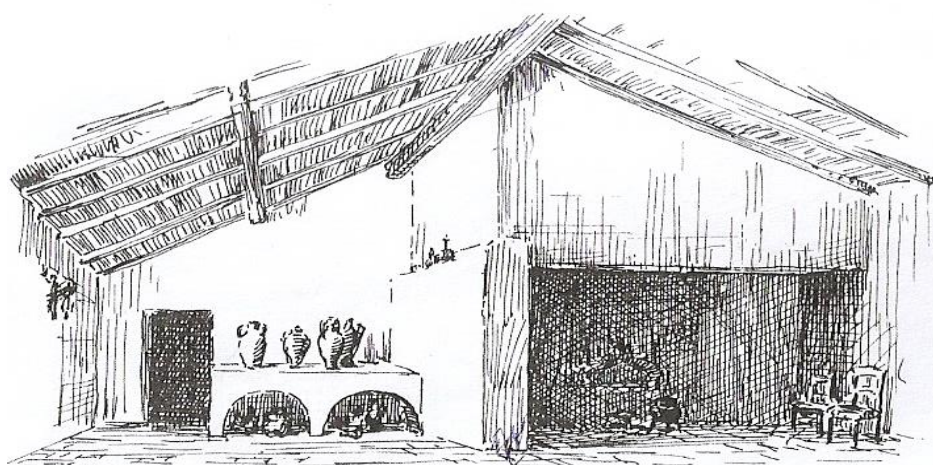
A chaminé é a peça principal da cozinha alentejana que por sua vez é divisão principal da casa. Centro da habitação, tanto faz de cozinha, como de sala, como de refeitório⁵⁶.

"O monte é um modelo de hospitalidade e de asseio. Lá dentro a mesa é franca e a chama da lareira aquece todos os que chegam... a vasta cozinha ladrilhada, tantas vezes refeitório da família, ... com a larga chaminé nascendo diretamente do solo,

⁵⁶ Neste ponto do exercício fazemos uma chamada de atenção do ponto 4.5 onde se expõe mais detalhadamente os tipos de telhados e de chaminés, como elementos construtivos da habitação.

protegida da fuligem pela boneca recortada e o baluarte de tijolos refratários. Ao lado do pial, com os cântaros e as infusas, resplandecem os arames e os tachos vidrados com cintilações orgulhosas de baixela. Em tudo reina a ordem, tudo respira largamente o calor da intimidade e da abundância. É o lar primitivo, onde ainda arde o fogo sagrado ... ali vem a família aquecer-se nas longas seroadas de Inverno ... mas ali se assam também as grandes peças de porco e do anho, se levam ao espeto os enchidos, se fazem os magustos de boletas, se cozinham, a açorda, as migas, o ensopado de borrego..." (Montes, O Monte Alentejano, 1940)

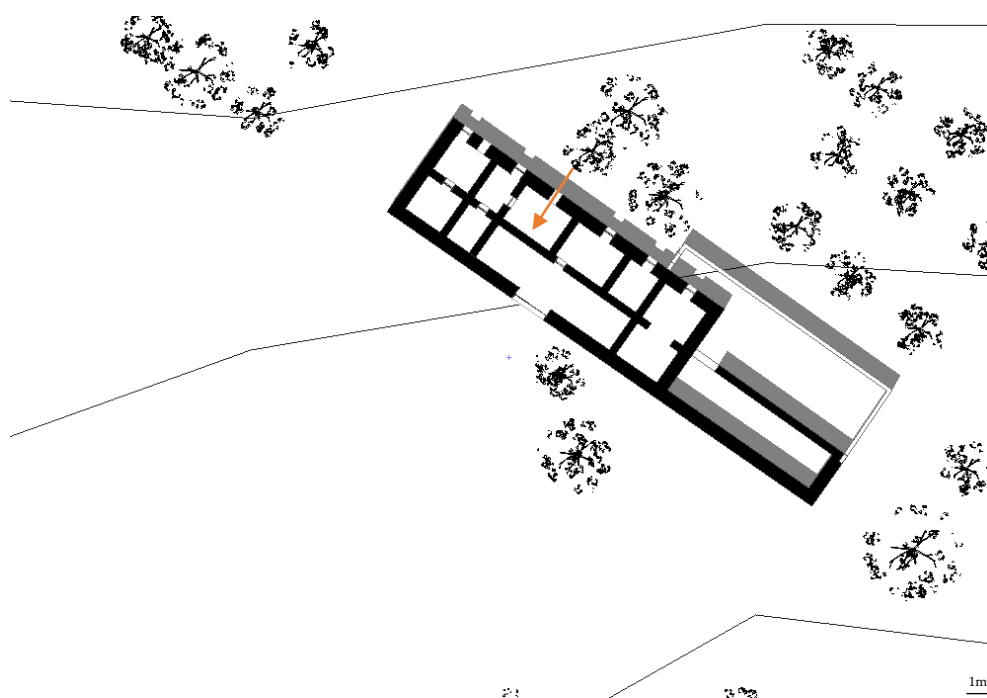
Com recursos limitados para decorar as casas com grandes luxos, o alentejano apresentava tendência natural para as realizações plásticas, estas estavam bem patentes no estilo da casa alentejana, para além da já referida chaminé, os nichos, os poiais, os arcos as abobadas e a brancura das paredes caiadas eram os elementos de destaque incorporados na construção. A casa era ainda composta de grandes potes de barro, de esteiras no chão, mobiliário simples, cadeiras com assento de palha entrançada, bancos, arcas, peças de madeira, vasos com flores e talhas de barro.



Interior da Cozinha

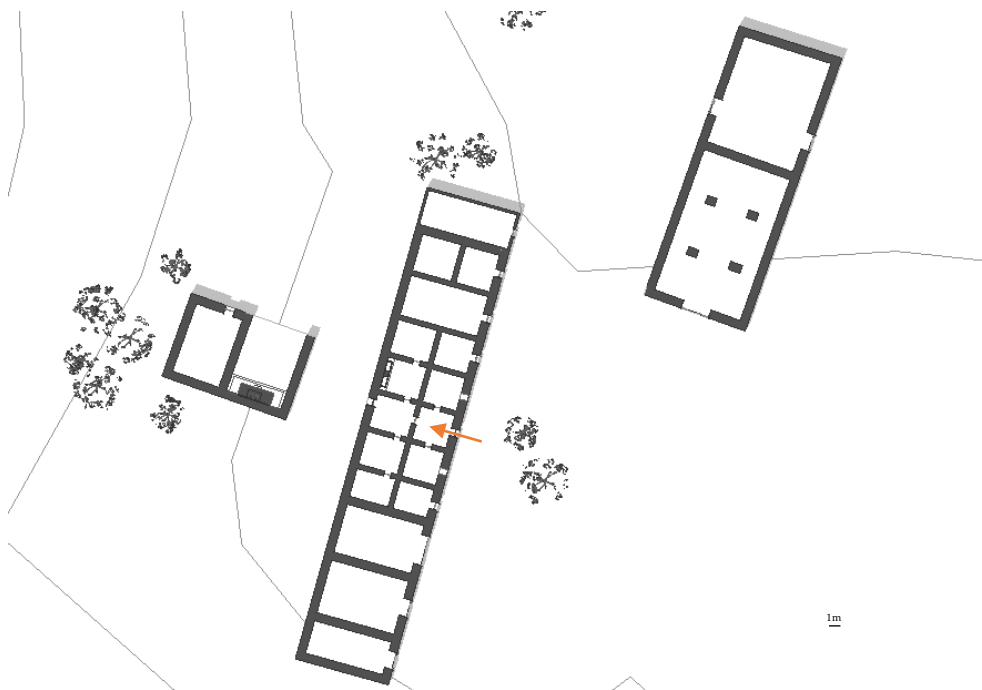
97 Interior de cozinha monte do Outeiro - Fonte Arquitetura Tradicional Portuguesa

Nas suas linhas essenciais, a casa do monte é organizada segundo a dimensão da construção. Nos montes pequenos apresentam uma planta em que as divisões se sucedem umas às outras, com a entrada direta para a cozinha ou sala.



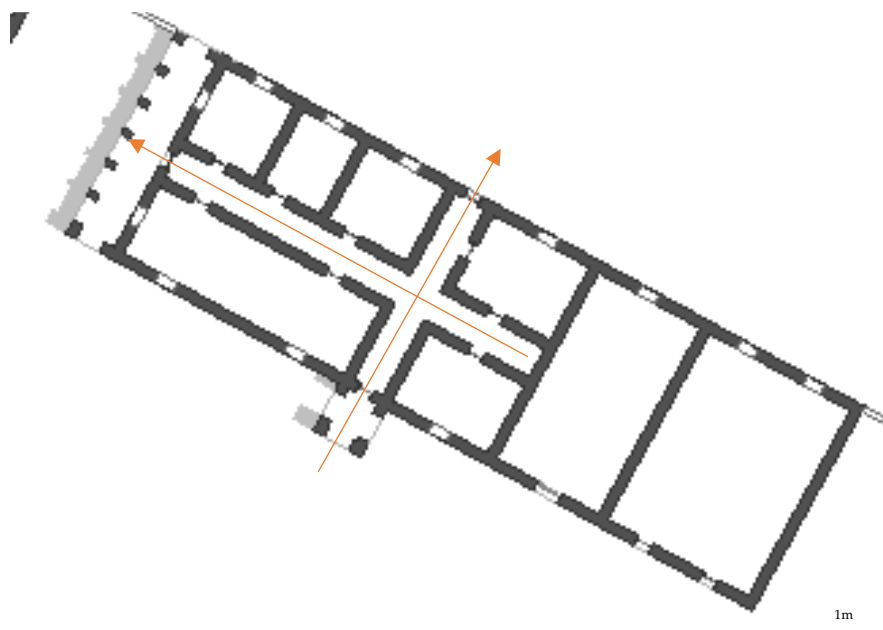
98 Entrada direta para a cozinha, divisões sucessivas, Monte da Quinta da Rocha - Desenho da autora

Outros casos surgem em que ao comprimento do edifício surge uma parede que sobe na sua totalidade até ao telhado, criando o cume, os compartimentos ficam atrás e à frente dessa parede.



99 Entrada direta para a sala, divisões sucessivas, Monte da Murteira - Desenho nosso

No concelho de Beja é ainda frequente vermos uma outra organização espacial, em que a entrada é feita por um corredor, nestes casos os quartos ficam na frente e a cozinha fica na parte posterior da parede de cume.



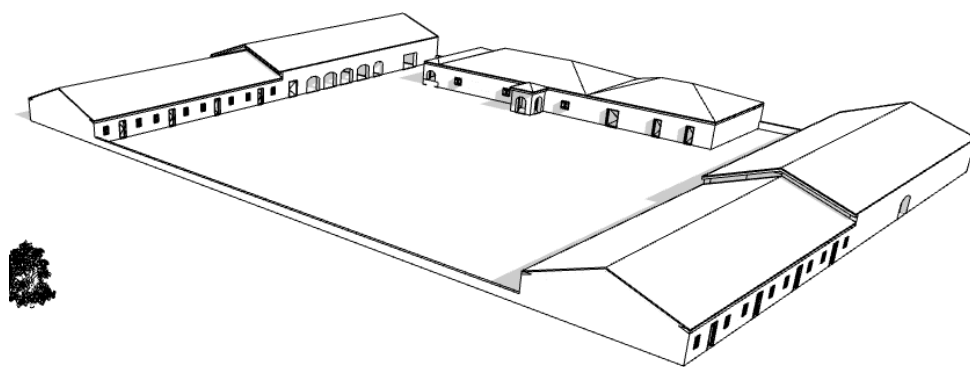
100 Entrada e distribuição das divisões por corredores, casa do senhorio Monte da Melancina - Desenho nosso

As divisões auxiliares como os celeiros, amassarias, palheiros e cavalariças podiam ter entrada direta para o interior da habitação e serem acessíveis através do corredor de distribuição, ou terem apenas um acesso através exterior.

Nos montes grandes era comum haver diferentes unidades habitacionais, mas a que toma destaque é a casa do senhorio ou lavrador. Com uma casa de entrada⁵⁷, uma grande despensa⁵⁸, a cozinha de grandes dimensões servindo também de refeitório e a amassaria.

Para além da casa dos senhorios, o grande monte, compreende as acomodações agrícolas e pecuárias que servem de instalação para os criados e outros assalariados.

Fazem ainda parte destas unidades os celeiros, queijaria, forno, cavalariças, palheiros, cocheira, galinheiro, chiqueiro, cabanas, curral, pombais e estábulos. Nas mais abastadas não é estranha a existência de uma capela, de um lagar e de cercas de assumida dimensão.



101 Monte da Melancina - Desenho da autora

⁵⁷ Nas casas de entrada são expostas as peças de decoração como os cobres, os estanhos e as cantareiras de loiça.

⁵⁸ As despensas serviam para acumular as provisões alimentares.



102 Estrutura do Monte da Melancina - Desenho nosso

As zonas de envolvência dos montes são fundamentais para a produção, é assim frequente depararmo-nos com unidades auxiliares à prática agrícola, nomeadamente a eira, o poço, os chafarizes, as malhadas dos porcos, a horta, e outros mais. Algumas destas unidades serão detalhadas no contíguo subcapítulo.



103 Unidade auxiliar agrícola Vale de Russins - Imagem da autora 2018

4.4.4 CONSTRUÇÕES AUXILIARES PRODUTIVAS

Designadas nesta investigação como elementos de apoio à produção, os elementos que se abordam neste capítulo são sobretudo componentes singulares de domínio vernáculo. A sua forma física estrutural e o modo como foram utilizados eram compreendidos ao longo de gerações e associados a tradições de sistemas produtivos intangíveis.

Não detendo um carácter habitacional, um tanque, um poço, um silo, uma malhada são construções, que não sendo, entrelaçam-se no âmbito do habitar.

São elementos que se fundem e funcionam em harmonia com o território, outrora detentoras de funções essenciais à sobrevivência do Homem, mas sobretudo, representam uma cultura e uma identidade, visível no que ainda se preserva.

Devido à industrialização e homogeneização da cultura, o património vernáculo de carácter produtivo, onde se inscrevem alguns dos elementos mais particulares da paisagem do Alentejo, encararam o abandono, enfrentando sérios problemas de integração devido à sua obsolescência.

Nesta quarta parte deste subcapítulo é exibido um inventário das estruturas arquitetónicas com que nos deparámos ao longo do nosso percurso. São o vestígio de um conjunto vital e orgânico de redes de produção amplas e complexas.

Reconhece-se aqui, o valor próprio da construção associado à qualidade formal e técnica destes elementos, fazendo parte de um sistema sustentável, que delata um profundo conhecimento territorial e cujo funcionamento se perdeu nos dias de hoje.

O SILO

Os silos são reservatórios que se destinavam à ensilagem⁵⁹, ou seja, ao processo de conserva das forragens, mantendo-as verdes e succulentas para o gado, durante meses. Em regiões rurais, como no Alentejo, o silo era considerado uma das principais estruturas, na exploração agrícola.

O silo de forma indireta, era o responsável por um ciclo de produção, ao manter as forragens frescas por mais tempo, permitia um maior número de cabeças de gado na exploração agrícola e por efeito os rendimentos aumentavam, obtinha-se mais carne, pele e estrume, facultando colheitas mais abundantes, que novamente iriam servir para novas forragens.

Existiam quatro tipos de silo: o silo subterrâneo⁶⁰, silo aéreo⁶¹, silo misto⁶² e silo de encosta⁶³. (Macedo, 1945)

Nos montes visitados no percurso delineado para este trabalho, apenas uma “unidade monte” dispunha de silo⁶⁴, situado no Monte do Soeiro, este silo corresponde à tipologia de silo misto, localizando-se junto à entrada das casas dos animais e no percurso que seguiria até à sede da lavoura.

⁵⁹ A ensilagem é o nome que se dá à forragem depois de sofrer no silo a referida fermentação.

⁶⁰ Situados abaixo do nível do solo.

⁶¹ Eleva-se acima do nível do terreno.

⁶² Que têm parte subterrânea e parte aérea.

⁶³ Construídos junto a um desnível, têm as fundações assentes na parte mais baixa do terreno e a zona superior do silo um pouco acima do nível mais elevado do solo.

⁶⁴ É possível que mais unidades tivessem silos, mas de momento já não seriam percetíveis dado o estado de degradação de muitos montes.

A sua planta é circular e apresenta apenas uma abertura denominada de janela e a sua cobertura é em cúpula, através das rachas é possível perceber que a sua estrutura é em tijolo unido por argamassa. Foi das estruturas mais utilizadas em tempos anteriores, no entanto, atualmente, pertencem ao conjunto de elementos que não cumprem nenhum tipo de função e permanecem esquecidos na paisagem.



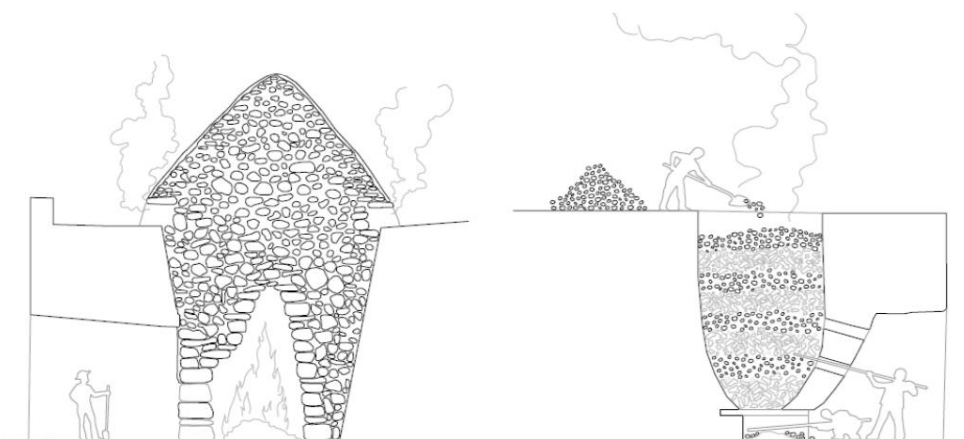
104 Silo do Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018

105 Silo do Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018

O FORNO DA CAL

Os fornos de cal situavam-se, em geral, na proximidade da matéria-prima e da lenha para combustão. Os fornos de cal tinham como função a produção de cal, que constituíam a matéria essencial, de ligantes, na execução de argamassas de assentamento ou de revestimento e na realização de pinturas.

O mestre caleiro tinha o conhecimento profundo da localização dos calcários e mármore adequados para a montagem do forno. A seleção das pedras dependia do tipo de produto que se pretendia obter, cal branca ou cal parda, e da estabilidade do próprio forno. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)



106 Imagem ilustrativa de um forno de cal - Fonte documento "Histórias da Cal" do LNEC

Os fornos de cal são estruturas cilíndricas, semienterradas, que apresentam uma forte resistência ao calor, o acesso ao forno é feito através de uma pequena abertura rasgada no terreno, estruturada por duas alvenarias laterais de suporte do terreno adjacente. A base do forno, tem uma altura de 0.5 a 1 metro onde se dá a combustão, sendo separada da parte de cima do forno por um lintel, a parte superior podia atingir os 2 a 3 metros de altura. O diâmetro do forno variava entre 1.50 a 2.50 metros⁶⁵. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)

O forno era coberto por uma abóbada de fecho, terminado o processo de combustão, abriam-se pequenos orifícios na abóbada, permitindo um arrefecimento gradual do forno.

Após o processo de desenforna, a cal, ainda quente, era mantida em canastras, após arrefecida era ensacada em sacos de pano.

⁶⁵ Para aumentar a produção de cal era preferível o aumento de numero de fornos , invés do aumento do diâmetro, uma vez que este dificultava o processo e não garantia uma estabilidade na estrutura.



107 Forno de Cal nas proximidades de Beringel - Imagem da autora 2018



108 Pormenor do interior do forno de cal - Imagem da autora 2018

“O forno tinha de ser uma cova, porque o fogo tinha muita força e por isso tem de estar dentro daquela massa toda de terra, pois se aquilo não tem grande apoio, aquilo não se aguenta e rebenta. E as paredes do forno tinham de ser em pedras postas na cova, feita para aguentar o impulso do fogo. E a parede do forno é feita em pedra rija, não era com calcário, porque isso depois cozia.” Citação no texto de Marta Santos em Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional

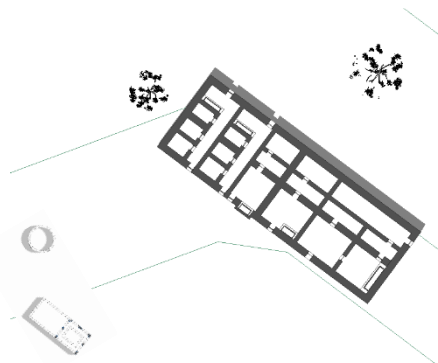
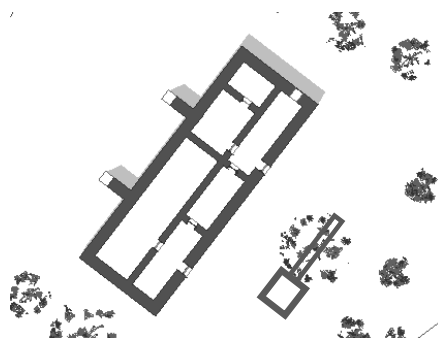
O TANQUE

É certo que no Alentejo a escassez de água sempre foi um problema constante. A não existência de água canalizada levava as pessoas às fontes e a armazenar, a pouca água no tanque⁶⁶.

A estrutura dos tanques era, por norma, sempre tão antiga quanto a estrutura habitacional do próprio monte. Outrora, estes elementos singulares que se associavam ao funcionamento da estrutura fundiária da herdade, possibilitavam a captação e o armazenamento da água, para as

⁶⁶ Associado ao tanque por vezes estava uma fonte ou um fur

tarefas a executar no monte. Era no tanque que se armazenava a água para consumo ou preparação e lavagem de alimentos, para a lavagem de roupa e rega das culturas, tornando este elemento fundamental nas estruturas dos montes. (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)



109 Tanque descoberto em ruína, Monte da Chaminé - Imagem da autora 2018

110 Tanque abandonado do Monte do Arcediago – Imagem da autora 2018

Para preservar a água fresca o tanque era implementado na zona mais baixa do cabeço onde se situava o monte, perto das estruturas agrícolas, reforçando a ligação deste com a principal estrutura da sede de lavoura e a proximidade com a horta.

Os tanques que na generalidade possuem sempre um formato retangular, variam muito a sua estrutura. Dos exemplos recolhidos na presente dissertação, todos apresentavam componentes diferentes. Alguns maiores, outros com dimensões mais reduzidas, alguns com telheiros outros com pranchas de lavar a roupa, entre outros elementos.



111 Tanque do Monte da Corte Negra, uso atual de lago – Imagem da autora 2018

112 Pequeno tanque no Monte do Marquês usado para reservatório e como elemento decorativo do ambiente exterior - Imagem da autora 2018

No entanto, nos dias que correm, o uso que lhe é atribuído é totalmente diferente. Com a introdução das canalizações modernas os tanques perderam o seu uso tradicional. A índole utilitária de rega prevalece, no entanto, enaltece-se agora outro carácter a esta estrutura, o carácter lúdico. utilizado como espaço para refrescar durante o Verão, a maioria é convertida em piscinas.



113 Tanque de lavagem com telheiro, Monte do Arcediago – Imagem da autora 2018

O POÇO

Elemento primordial e fundamental à vida, a fixação humana num determinado território dependia da abundância de água nesse mesmo sítio, procurando cada família construir o seu próprio poço e garantir a sua sustentação.

O primeiro passo era a procura pelo local mais indicado para a abertura do poço, seguindo os lençóis freáticos e as nascentes de água, era selecionado o local mais propício para a abertura do poço, tendo sempre o cuidado de evitar o desabamento das terras. Era então executado em alvenaria de pedra a parede de suporte do poço. Chegado ao nível do terreno, a parede de alvenaria era ainda erguida 60 centímetros formando um murete, o *gargalo*. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)



114 Poço no Monte da figueirinha - Imagem da autora 2018



115 Poço do Monte do Arcediago - Imagem da autora 2018

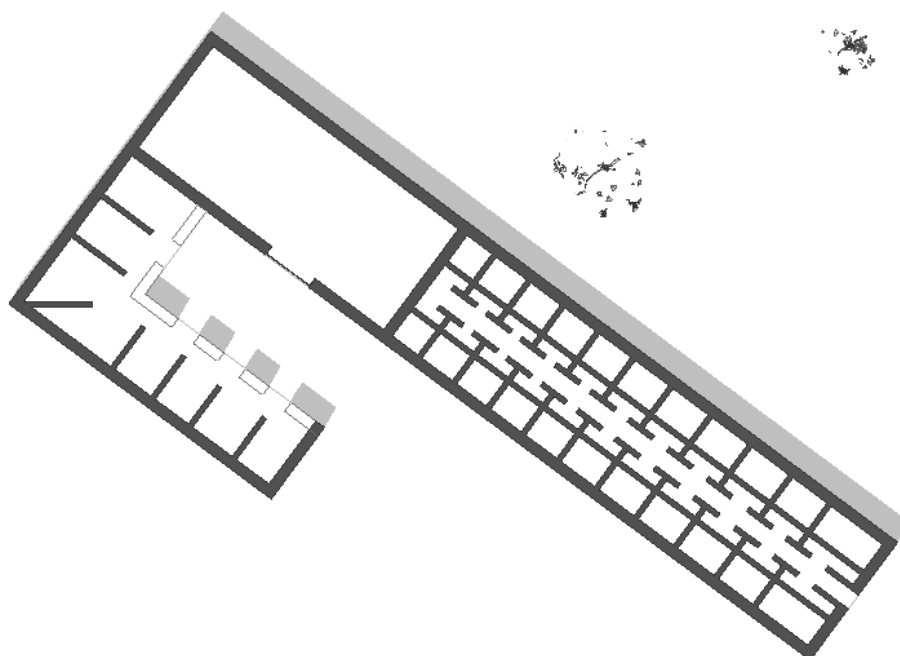
“O gargalo do poço é a parte do poço para a gente não cair lá para dentro, e as pedras que se põem em cima da parede, uma fiada de pedras grandes, as últimas pedras, chama-lhes agente de lavadeiras” citação no texto de Vítor Mestre em Materiais, Sistemas e Técnicas Construtivas Tradicionais.

MALHADA E OS ESTÁBULOS

Correspondendo a instalações pecuárias, as malhadas e os estábulos são um tipo de construção que não se instala na habitação, mas sim na sua proximidade. Juntamente com o silo e o tanque são das estruturas mais antigas da herdade.

A malhada tem o intuito de criação de suínos, o estábulo serve para abrigo aos animais, mais propriamente a cavalos, burros, entre outros. Existe uma relação de proximidade com a unidade habitacional, para manter a segurança dos animais e dos bens agrícolas que aqui se acondicionam. (Picão, 1947)

Nos montes que visitamos apenas um apresentava uma malhada, relativamente intacta e perceptível para análise. A malhada do Monte da Melancina foi executada em alvenaria de tijolo e argamassa. É organizada por duas fileiras, de estruturas que abrigam o gado suíno, com um corredor central. A cobertura é de uma água, em telha. Associado a esta estrutura existe ainda um casão que servia de arrumos aos engenhos agrícolas.



116 Divisórias na malhada, Monte da Melancina - Ilustração da autora

117 Malhada, Monte da Melancina - Imagem da autora 2018

118 Divisórias na malhada, Monte da Melancina - Imagem da autora 2018

Relativamente aos estábulos e às cavaleriças novamente as do monte da Melancina são as mais perceptíveis para estudo. O monte da Melancina apresenta duas unidades de abrigo aos animais. Um exterior nas proximidades da malhada e um interior junta às habitações. Pelo que conseguimos averiguar a unidade exterior é mais recente, pois a materialidade e os traços de construção que apresenta são mais atuais. A unidade interior, é mais sofisticada e sua construção apresenta ser da mesma altura que as restantes unidades do monte.

Existem várias divisórias, que permitem a separação das espécies e era ainda perceptível várias condutas de água e reservatórios de comida para o constante bem-estar dos animais.



119 Cavaleriça interior, Monte da Murteira - Ilustração da autora

120 Cavaleriça exterior, Monte da Melancina - Imagem nossa (26 de agosto de 2018)

121 Estábulos interiores, Monte da Melancina - Imagem nossa (26 de agosto de 2018)

O MOINHO

Na generalidade os moinhos implantam-se no cimo dos cerros para a melhor captação do vento. Apresentando dois pisos, o edifício é trancocónico. Atingindo os 5 metros de altura, eram de alvenaria de pedra, correspondendo a dois paramentos travados e argamassados com barro. A sua espessura de parede varia entre 1.50 metro na base e 1 metro no topo. O piso de cima resultava da construção de uma abóbada em alvenaria de pedra a partir das paredes do piso inferior, rematadas por um capeado em pedra aparelhada. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)

Para além da porta, o único vão que apresenta é uma janela no piso superior (geralmente localizada no lado oposto ao da porta) muitas das vezes abobadilhada, garantia a iluminação do interior.



122 Moinho nas proximidades de Beringel - Imagem da autora 2018

Construído o edifício, existia todo um trabalho de inserção de elementos, que garantiam o funcionamento correto do moinho, de forma a este cumprir a função a que estava destinado⁶⁷, o elemento que mais se destaca são as grandiosas velas, o *velame* de quatro velas triangulares era o sistema mais corrente para a captação do vento.

A estrutura da cobertura consistia num conjunto de caibros de eucalipto armados em cone e apoiados num anel de madeira. No frechal de cima, eram pregados anéis de loendro ou cana para a integração de palha na cobertura. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)

Infelizmente estas estruturas foram gradualmente abandonadas, por não servirem um propósito nos dias de hoje, com os sistemas de moagem mecanizados. Assim no percurso efetuado para este trabalho, foi analisado um moinho, que apesar do seu estado de ruína, permitia a visualização dos seus traços arquitetónicos, confirmando a estruturação da construção analiticamente investigada.



123 Pormenor de vãos do moinho - Imagem da autora 2018



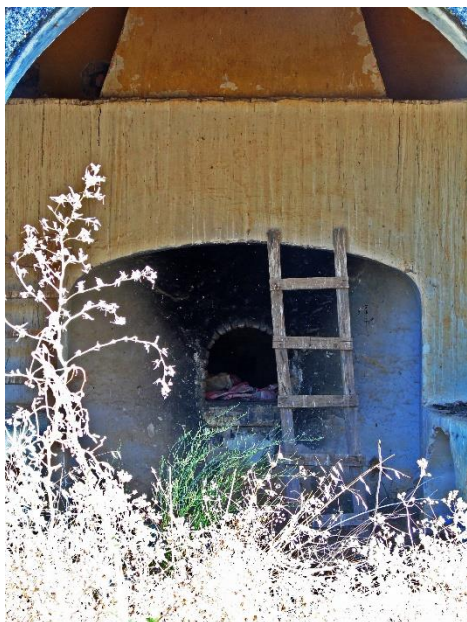
124 Detalhes da construção do moinho - Imagem da autora 2018

⁶⁷ Moagem de grão para consumo humano o moinho tinha uma cor branca, moagem para consumo animal, o moinho tinha uma cor preta.

O FORNO

“Os fornos são sempre exteriores, construídos ao ar livre e separados da casa, em pequenos edifícios redondos e autónomos e quase sempre bem rebocados e caiados, como as demais dependências. Nos montes pequenos, eles resumem-se ao forno propriamente dito; nos maiores são construções de mais vulto, com um telheiro e alpendre na sua frente, e com um poial de cada lado, onde se pousam os tabuleiros com as bolas de pão e onde no dizer de Silva Picão, dormem malteses ou passantes”. (Oliveira & Galhano, 2003)

Foi este elemento que mais se evidenciou nas análises dos casos de estudo, muitos degradados, outros com um potencial para serem reabilitados, mas todos eles com traços diferentes, mas com o mesmo prepósito funcional.



125 Forno do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018



126 Forno do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018

Como escreve Vítor Ribeiro os fornos são testemunhos de outros tempos, em que cada família assegurava a alimentação do agregado familiar com a confeção do seu próprio pão. Os fornos e a extensão do conjunto onde se preparava a confeção, constituíam um dos elementos de maior importância no agregado urbano.

Dissociados da construção habitacional são uma unidade independente ou adossados a esta⁶⁸. Os fornos apresentam as mais variadas formas e acabamentos. Desde o mais arcaico em que a abobada é executada com pedra, aos mais recentes de cobertura plana, e por vezes, com função de açoteia⁶⁹ associados.

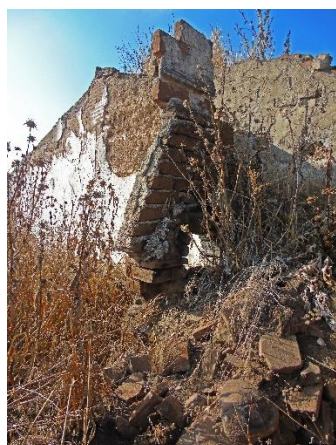
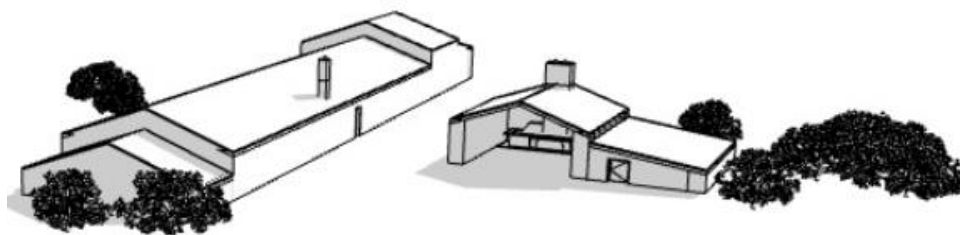


127 Forno do Monte da Horta de Cima - Ilustração nossa

⁶⁸ Os fornos que associados a um alpendre ou a uma casa de fogo necessitavam da construção de uma chaminé para evacuação dos fumos.

⁶⁹ Chama-se de açoteia ao local onde era preparada e repousada a massa do pão.

De planta circular ou retangular, a construção do forno iniciava-se com a implantação da base que consistia num muro em alvenaria de pedra. Esta base era erguida até uma altura de cerca de 70 cm, e o seu centro era forrado a ladrilho de barro. Após este assentamento erguia-se a abóbada, com o assentamento da primeira fileira de tijolos de barro, deixando duas aberturas, a *boca*, para entrada do pão e uma abertura oposta e de menores dimensões, o *ouvido*, para permitir a ventilação. A abóbada é erguida em camadas sucessivas de tijolo, assentes com argamassa de barro, não excedendo na maioria dos casos 1 metro de altura. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)



128 Forno coberto do Monte da Murteira - Ilustração nossa

129 Pormenor da boca do forno do Monte do Soeiro - Imagem da autora 2018

130 Forno do Monte dos Avalões - Imagem da autora 2018



132 Chaminé Monte do Arcediago
- Imagem da autora 2018



133 Pormenor de sala, Monte do
Arcediago - Imagem da autora 2018



131 Pormenor de Construção, Monte do Queimado - Imagem da
autora 2018

4.5 TÉCNICAS E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

“... Havendo na edificação das construções ... instalações mais próprias para habitação, como para o trabalho, defesa e adaptação mais conveniente às condições de clima – ou, pelo menos, não existindo abertamente atitudes estéticas, observa-se que se atingem níveis plásticos muito elevados, usando apenas como formulário um conhecimento exato dos materiais e o uso de uma técnica simples e intuitiva...”
(Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

Como Orlando Ribeiro indica no que diz respeito aos materiais e processos construtivos, a arquitetura do Alentejo foi aperfeiçoando técnicas e processos (transmitidos por várias gerações), com recurso aos materiais que o meio disponibilizava.

De um modo genérico e na consulta, particular, das obras *Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa, Terra: Forma de Construir, Terra em Seminário, Arquitetura Popular dos Povoados do Alentejo*, podemos concluir que no Alentejo, encontramos dois grandes grupos de tipologias construtivas no que diz respeito à construção de alvenarias, alvenaria de pedra e construções em terra com base em materiais argilosos⁷⁰.

A taipa é o material mais utilizado em todo o território alentejano, com algumas exceções de zonas com bons afloramentos rochosos. O uso do tijolo está bastante presente na arquitetura da região, no emprego de

⁷⁰ Nos casos de estudos da presente investigação, foram muitos os exemplares que apresentavam um sistema murário misto.

paredes interiores ou em remates de vãos. Fabricado normalmente em regime artesanal, seco ao sol, ou cozido, apresenta características bastante porosas⁷¹. Na construção alentejana, o emprego da cal, é importante e está associada a argamassas e a revestimentos. Em todos os casos já conhecidos de publicações sobre este tema, assim como os casos de estudo deste trabalho, o recurso à madeira é reduzido ao necessário, devido à sua escassez.



134 Imagem ilustrativa dos materiais e técnicas construtivas, Monte da Murteira - Imagem da autora 2018

TAIPA

No preâmbulo da obra de Mariana Correia (2007), Hubert Guillard fala do valor das casas de taipa no Alentejo, *“habitat de “suor”, de brancura e de sombra, de cores vivas e suaves, de silêncio e de intimidade, de frescura. Um habitat*

71 A participação, no workshop construir com terra, realizado na Faculdade de arquitetura de Lisboa, e a participação no IV congresso de Oleiros do Sul, realizado em Beringel, possibilitaram à autora um contacto mais direto com as realidades de construir com terra e com as dinâmicas atuais do uso do barro na região do Alentejo. Mais especificamente o congresso dos Oleiros, possibilitou conversas informais com o mestre oleiro António Mestre e com o senhor José Manuel Parreira que mantem viva a tradição do fabrico de tijolo de burro de forma artesanal. Os ensinamentos que estes nos transmitiram estão também disponíveis em formato digital em pequenos documentários,, o link pode ser consultado nas referências bibliográficas.

à escala dos homens que o construíram. Um habitat “amigável” ao clima, ao simultaneamente quente e seco, no interior das terras, e mais húmido, quando nos aproximamos do litoral oceânico. Um habitat que se casa com uma paisagem onde natureza e cultura se aliaram. Brancura de casas de taipa sobre o fundo dos campos de trigo ou na vizinhança serena das florestas de azinheiras e oliveiras.”

O termo taipa é tradicionalmente empregue para designar indistintamente tanto o material como o processo de construção, que resumidamente consiste na execução de grandes blocos de terra compactada *in situ* “Esta técnica recorre ao uso de um molde paralelepípedo composto por dois taipais, e um pilão, ferramenta utilizada na compactação da taipa, composta geralmente por terra, argila, cal e pequenas pedras.” (González, 2006)

A boa prática desta técnica construtiva, é determinada com base na experiência e na tradição local. O seu processo é bastante simples e necessitava apenas de quatro empreiteiros locais para a sua realização. De um modo geral, a terra é recolhida em local próximo à construção, escava-se o terreno e é retirada a primeira camada vegetal, que não se utilizava por conter matéria orgânica, extraíndo, de seguida, a terra da camada virgem.

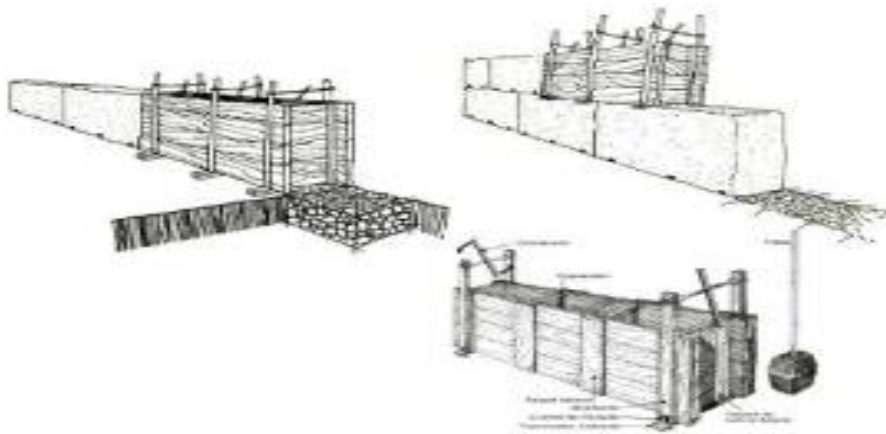
Na sua fase de preparação, segundo Mariana Correia, 2006, “a terra tem percentagens de argila superiores às ideais para a construção em taipa, portanto, torna-se imperativo corrigir o material com inertes - com um conjunto de gravilha e pó de pedra - para evitar a retração e assim a fissuração” por outro lado e se necessário era adicionada alguma água, por forma a conseguir um grau de humidade homogéneo em toda a sua mistura.

Após a construção das fundações⁷², que protegem a parede da ação da água ascendente, montam-se os taipais.

⁷² Normalmente de pedra, argamassa de cal e areia e por vezes barro, com aproximadamente 0.60 metros de altura.

“De facto, a alvenaria de taipa exige uma execução mais cuidada, uma vez que a humidade do solo pode comprometer a estrutura através da perda de resistência mecânica. Para que tal não aconteça, a parede de taipa é assente sobre uma fundação de pedra elevada acima do terreno.” (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

Os moldes dos taipais variam ligeiramente na sua forma conforme a região, mas a sua composição e montagem é a mesma e consiste na colocação de duas pranchas de madeira, as cofragens, e tradicionalmente com 50 cm de altura e 2 m de comprimento - em fiadas horizontais.



135 Técnica construtiva de taipa - Fonte website História das Artes

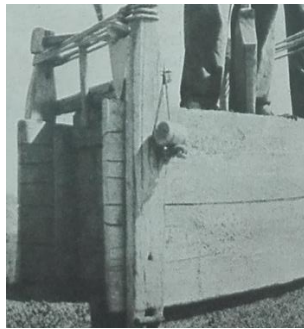
Depois de devidamente corrigida, a terra era vertida para a cofragem, em camadas sucessivas e é fortemente batida e trabalhada com o maço ou pilão. Como se diz um num velho ditado popular *“Para se fazer uma boa taipa, a terra tem que ser carregada por um coxo e batida por um louco”*⁷³.

⁷³ Este ditado traduz que na lentidão em que o coxo transporta a terra, permite ao doido batê-la de forma desalmada.

Antes de realizada uma nova fiada, cobria-se a anterior, com uma cinta de argamassa de cal e areia, vedando assim as juntas entre blocos.



136 Extração da terra - Fonte: *Arquitetura Popular em Portugal*



137 Molde de taipa - Fonte *Arquitetura Popular em Portugal*



138 Batimento da terra - Fonte *Arquitetura Popular em Portugal*

Normalmente, a taipa é usada em paredes exteriores portantes maciças, resultando numa espessura entre os 40 e os 60 centímetros.

Embora esta técnica construtiva fosse a mais comum no Alentejo, era também predominante a alvenaria de pedra em zonas com bons afloramentos rochosos. Esta polivalência dá origem a técnicas mistas em que a pedra e o adobe reforçam a taipa em cunhais, nos remates dos vãos e nas juntas de cofragem.

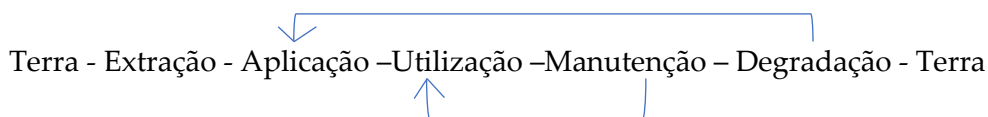
Após a conclusão da parede de taipa, esta era rebocada no seu interior, ficando o exterior exposta durante um ano às chuvas que desgastavam ligeiramente os paramentos e no Verão com a secagem total das terras, era feito o reboco de cal por camadas ou com cal diretamente aplicada.

Dada a sua fraca resistência aos impulsos laterais motivados pelo peso dos telhados, em alguns casos pontuais as paredes, eram reforçadas com

contrafortes de alvenaria, os “gigantes”, que ajudam na absorção dessas cargas.

A taipa é um material incombustível e isotérmico, o seu uso, prima pela rapidez de construção e vantagens em termos de conforto e consumo de energia para o aquecimento e arrefecimento.

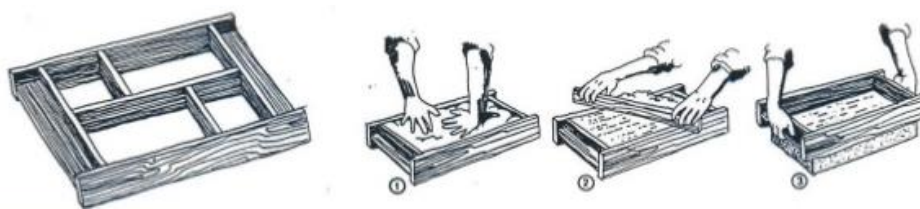
Este material típico desta região, possui um grande reaproveitamento e um fraco impacte ambiental quando se degrada, concluímos esta análise com um esquema do ciclo de vida da taipa.



ADOBE

O adobe reparte-se em três tipos consoante o seu processo de fabrico, o manual, o moldado e o mecânico. O adobe manual consiste na moldagem manual de módulos de terra, sem serem compactos eram secos ao sol. O processo do moldado é idêntico ao interior, embora este recorra a moldes de madeira que confere ao tijolo um aspeto ortogonal e regular. O processo do adobe mecânico apenas varia na quantidade produzida, no primeiro caso o processo era artesanal e neste processo é fabricado via industrial.

O sistema de fabrico é bastante primitivo. Depois de amassada e trabalhada a terra à enxada, a massa é transferida para os moldes de madeira, a dimensão ronda os 40cm de comprimento por 20cm de largura e 20cm de altura.



139 Moldes de Adobe - Fonte documento Técnica Construtiva: Adobe, de website SlideShare

Para trabalhar a terra, para o fabrico de adobe, a água é um fator importante no processo, com a dosagem certa de água, a terra deverá estar no seu estado plástico, garantido uma secagem equilibrada. Por vezes é ainda necessário reforçar o adobe misturando cal, palha ou outras fibras vegetais, que evitem retrações na secagem provocando fissuras.

A secagem é feita ao sol, cuja duração é no mínimo de 15 dias, dispendo-se os tijolos de forma a possibilitar a boa circulação do ar, que ajuda no processo de secagem.

Os materiais produzidos de forma artesanal variam nas mais diversas formas, cores e porosidade. *“A variação de porosidade e de cor é enorme. Desde um rosa pálido até ao negro, passando pelos laranjas terrosos e as terras escuras, constitui sempre uma surpresa a cor do material.”* (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)



140 Amassar da terra - Fonte Arquitetura Popular em Portugal



141 Amassar da terra - Fonte Arquitetura Popular em Portugal



142 Transferência da terra para os moldes - Fonte Arquitetura Popular em Portugal

A forma de construir paredes em adobe é simples, começando pelas fundações de alvenaria de pedra, as unidades são empilhadas, colocadas a meia vez com o adobe assente com argamassa à base de terra de forma a garantir uma melhor conexão entre os materiais, evitando assim o aparecimento de fissuras ou o destacamento de material. Após a secagem a parede era rebocada com argamassa de cal.

Nesta zona do Alentejo e como indica Vítor Ribeiro *“A utilização do adobe na construção, limita-se neste território, à construção de paredes divisórias não estruturais, à construção das abóbadas de forno e golas de vãos”* (Ribeiro V. , 2008)

OUTROS TÉCNICAS E MATERIAIS CERÂMICOS

TABIQUE - Escassamente usada na arquitetura tradicional alentejana e pouco verificada nos casos de estudo deste trabalho, ocorre também o uso do tabique. Somente utilizado em paredes interiores, são paredes leves e pouco espessas. O tabique distingue-se do adobe e da taipa por recorrer a uma estrutura de madeira ou caniço, preenchida posteriormente com terra ou com argamassa de cal e areia. Este tipo de técnica já não se verifica nos dias de hoje na construção. (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

TIJOLOS, TIJOLEIRAS, TELHAS E LADRILHOS - Por todo o território alentejano são também utilizados fornos específicos para a cozedura do barro. Estes fornos chamados de “telheiras” permitem a cozedura de elementos cerâmicos dispostos por camadas.

As dimensões destes fornos variam consoante o material específico que cozem. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)

O material cerâmico resultado da cozedura nestes fornos é utilizado em pavimentos, em coberturas e utilizado na construção de abobadilhas de pequena flecha. Constitui um dos elementos construtivos característicos da casa alentejana⁷⁴, e é verificado em alguns dos casos de estudo deste trabalho, mais especificamente em vãos de portões.



143 Pormenor de arcos e materialidade cerâmica, Monte da Melancina - Imagem da autora 2018



144 Pormenor de arco, Monte da Murteira - Imagem da autora 2018



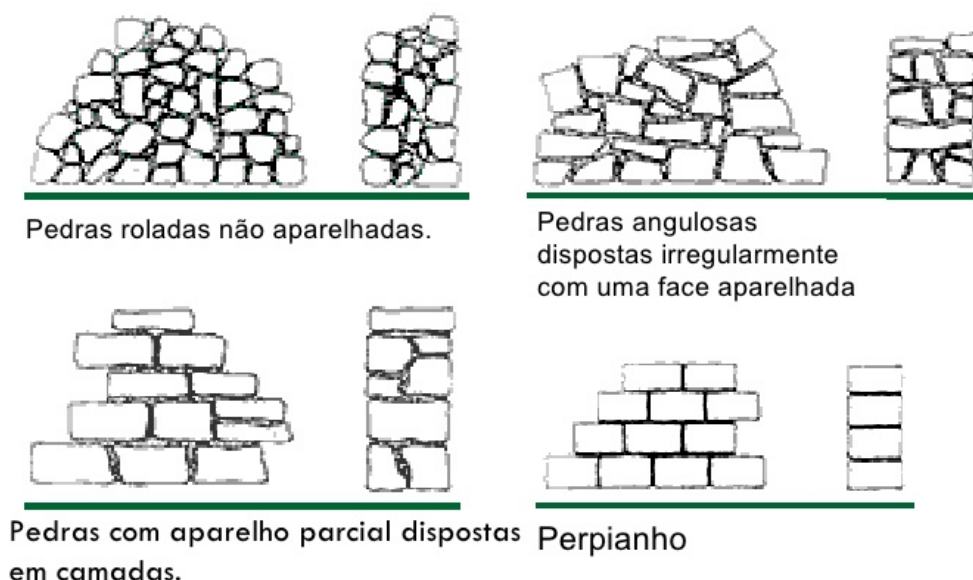
145 Pormenor de abobadilha, Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018

ALVENARIA DE PEDRA

Dominando na região as construções de tijolo e taipa, a pedra é mais utilizada em golas de vãos, vergas, cunhais, fundações, contrafortes e pavimentos exteriores. As pedras da região utilizadas na construção murária são o calcário, o granito e o xisto, a forma como as pedras são aparelhadas permitem enumerar três tipos de alvenaria de pedra.

⁷⁴ Chegando a atingir vãos de 6 a 7 metros.

A alvenaria de pedra ordinária ou pedra não aparelhada - constituída por pedras irregulares assentes em argamassa⁷⁵. A alvenaria de pedra aparelhada - constituída por pedras regulares, aparelhadas no mínimo em uma das faces e ligada por argamassa. Por último a alvenaria de pedra seca – sem qualquer tipo de argamassa de ligação, esta alvenaria é constituída apenas por pedra irregular, não dispondo de um elemento de conexão forte, esta tipologia é mais comum em muros e alguns paramentos. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)



146 Esquema de aparelhamento de pedra - fonte documento Alvenaria Técnica e Arte no website Slide Share

No caso das alvenarias irregulares, para garantir a ligação das pedras, introduzem-se pequenas pedras ou lascas entre as pedras maiores para as fixar, para além da argamassa de barro ou de cal e areia usada no aparelho ordinário.

⁷⁵ A alvenaria de pedra ordinária é a mais comum no Alentejo. Para garantir o travamento horizontal e a estabilidade vertical são colocados perpianhos entre fiadas, com recurso ao desencontro das juntas.

No Alentejo, é comum rebocar e cair a alvenaria de pedra ordinária que fica à vista, mais propriamente nos paramentos, fazendo sobressair as pedras aparelhadas dos cunhais.

MADEIRA

Sendo o Alentejo uma região fraca em madeira, o seu uso era restrito e limitado ao necessário. Assim a madeira era aplicada maioritariamente nas madres, barrotes, ripas, forros e frechais que constituem a estrutura das coberturas e também em vigas e nos vãos, das mais variadas formas, incluindo vergas e portadas.

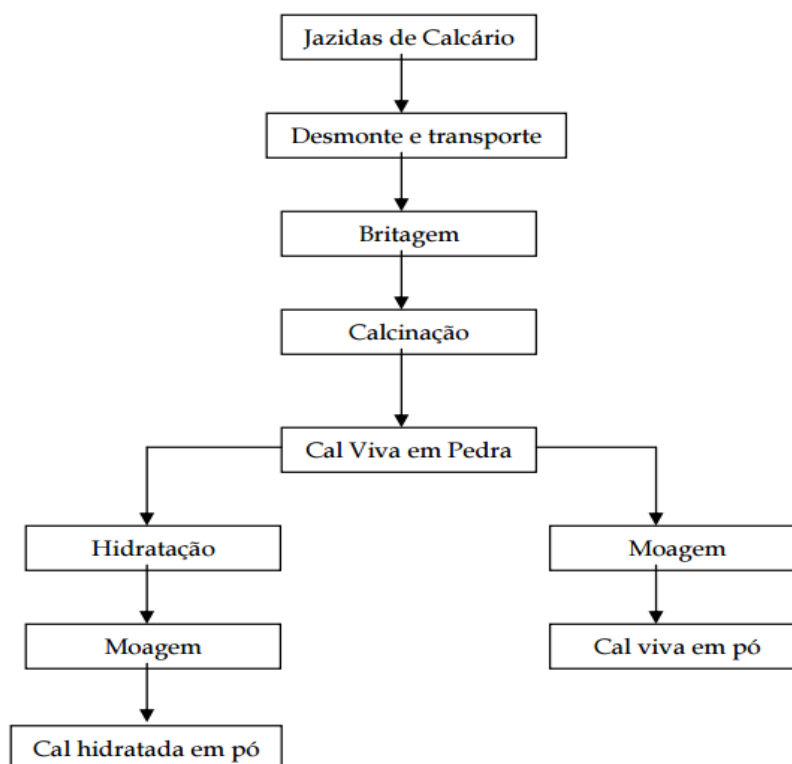
REVESTIMENTO

“O caiado dá às superfícies uma certa palpitação de vida, dá-lhes uma auréola de fresquidão na ardência do estio, suspende e alivia em cintilações a luz esmagadora do sol de agosto, aumenta a transparência nas projeções de sombra ... quanto mais antiga a caiadura, mais interessante se torna o seu manchado de oxidação. A caição está para as casas como o fresco tecido de linho para a mesa das refeições, serve a todos, é clássico o seu emprego e nunca poderia ser substituído com vantagem pela seda mais fina.” (Lino, 1933)

A cal é de extrema importância na arquitetura tradicional alentejana, como revestimento de paramentos, bem como elemento constituinte de argamassas.

“Não podemos conceber a construção em taipa sem o revestimento com cal e as camadas sucessivas na sua aplicação conferem às superfícies uma reverberação da luz que constitui uma das principais características destas arquiteturas.”
(Baganha, 2016)

Depois de um longo processo de transformação da rocha calcária, diferenciados pela temperatura a que cozem e pelas suas componentes minerais, a pedra de cal viva, para ser usada na construção, pode ser moída diretamente resultando na cal virgem, ou passar por um processo de hidratação, feito através da “fervura” em água e da qual resultam produtos finais de cal com diferentes características para diferentes fins.



147 Sequência do fabrico de cal - Fonte A Cal na Construção

A cal que se utiliza na construção é a cal hidratada, esta apresenta excelentes níveis de trabalhabilidade e durabilidade. No seu estado fresco e usada como revestimento retém a água, não permitindo a absorção excessiva de água pela alvenaria. Usada como argamassa a cal é fácil de trabalhar permitindo a produtividade.

A cal hidratada em contacto com o ar endurece, esta reação transforma a cal de tal forma, que esta fica tão sólida quanto o calcário que a originou. No estado sólido, a cal tem a capacidade de absorver deformações, com o tempo, ocorrido o processo de carbonatação, pode tapar fissuras ocorridas no processo de secagem e endurecimento.

É importante relembrar, como indicado previamente, o uso de pigmentos naturais ou artificiais para a coloração das alvenarias interiores ou exteriores. *“O domínio da cal não impede que seja, aqui ou além, ensaiada a cor”*. (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004) Estes pigmentos eram extraídos do meio natural, nomeadamente das rochas ou das terras próximas, e serviam para assinalar um vão, um soco, uma pilastra.



148 Pormenor de caição e de pigmentação no contorno dos vãos - Imagem da autora 2018

Este material milenário permite revestimentos de paramentos diversos, é excelente como retentor de água, contribui para a frescura no interior das casas, permite ainda a libertação de vapor de água do interior para o exterior das construções. Ao mesmo tempo funciona como desinfetante mantendo afastados insetos. Contribui para uma forte definição dos volumes e acentua o recorte dos vãos. (Baganha, 2016)

PAVIMENTOS

O principal material utilizado na execução dos pavimentos interiores das habitações era a terra, cozida (sob a forma de tijoleira ou ladrilho) ou crua (terra batida).

A execução destes pavimentos era feita diretamente sobre a terra sem qualquer tipo de impermeabilização ou revestimento, é somente assente com argamassa de barro. É de notar na execução dos pavimentos, uma especial atenção aos detalhes estéticos, nomeadamente na sua geometria e proporções harmoniosas.



149 Ilustração nossa, da geometria dos pavimentos dos casos de estudo

Como indica Baganha, *“Nos pavimentos térreos este é muitas vezes assente diretamente sobre a terra batida, com argamassa de cal e areia ou até apenas com uma argamassa pobre de terra (argilosa). É um material muito permeável, tanto assim é que, no verão, o alentejano rega o pavimento para obter frescura do efeito de vaporização. Mas é também um material pouco resistente ao desgaste – obrigando à sua substituição regular nos locais de maior movimento.”*

COBERTURAS

Como referido anteriormente no subcapítulo 4.4.3, as coberturas predominantes nos casos de estudo analisados são constituídas por duas águas. Todavia, o número de soluções de cobertura é bastante variado.

O número de materiais empregue na execução das coberturas é bastante reduzido, não se verifica uma grande variedade de materiais ou técnicas de construção, as principais diferenças que as soluções apresentam é observada nas conjugações dos materiais mais disponíveis⁷⁶.

À exceção do barro cozido⁷⁷, os materiais que constituem as coberturas são todos de origem vegetal, desde os elementos mais portantes da cobertura como as traves, caibros e barrotes, feitos a partir das árvores presentes nas imediações da construção⁷⁸, até aos elementos de ripagem da estrutura, feitos também em madeira ou cana. (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)

⁷⁶ Dependendo da disponibilidade da matéria prima, da disponibilidade financeira do proprietário e/ou da função da edificação.

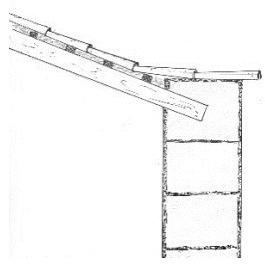
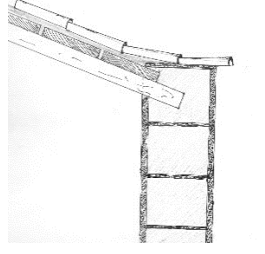
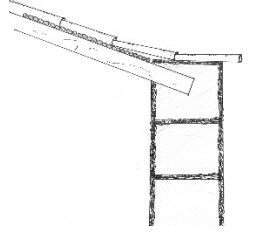
⁷⁷ Utilizado nas telhas e nos beirados.

⁷⁸ As azinheiras, sobreiros e oliveiras bravas eram as árvores mais disponíveis na zona do baixo Alentejo.

Concluída a alvenaria portante era iniciada a execução da cobertura, que consistia, no caso das edificações de duas águas, no apoio dos caibros diretamente sobre uma trave de madeira assente nas alvenarias laterais, ou na parede de cumeeira e beirado.

De seguida era realizada a montagem da estrutura transversal ao caibro. Nos exemplos abaixo, de uma forma esquemática são apresentados 3 exemplos de soluções que se verificaram nos montes estudados.

Quadro 3 Soluções de coberturas - tabela realizada pela autora

	<p>Ripas de madeira com um afastamento considerável entre si e preenchidas com palha e uma mistura de argamassa de areias e cal.</p>
	<p>Nas casas mais abastadas ou com um bom acesso a madeira, era feito de pranchas de madeira colocadas com pouco afastamento entre si.</p>
	<p>Por fim a solução mais utilizada é o caniço.</p>

Todas as soluções são efetuadas do beirado para a cumeeira, a fixação das madeiras fazia-se com recurso a pregos e o caniço era feito com recurso a um “*baraço*” que amarrava sucessivamente as canas.

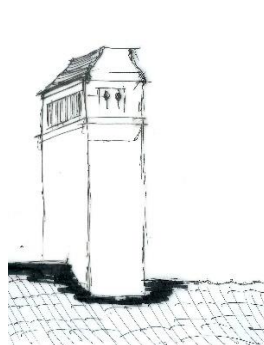
Era ainda colocado em alguns casos, palha seca ou outra matéria vegetal para ajudar na impermeabilização das coberturas. Por fim, eram dispostas as telhas de canudo produzidas nos telheiros, sem utilização de argamassa para a sua fixação. As coberturas terminam muitas vezes em beirais simples. A sua cor terrosa das telhas, contrasta harmoniosamente com a brancura da cal que reveste as paredes e chaminés. (Baganha, 2016)

CHAMINÉS

Como descreve Baganha (2016) a chaminé assume um papel determinante na arquitetura vernácula do Alentejo, apresentando as mais variadas formas.

A lareira e, por conseguinte, a chaminé constituíam um elemento central da vida familiar, por se situar principalmente na cozinha, zona primordial da sociabilização da casa. Era à volta da lareira que se preparavam as refeições e se promovia o convívio. Hoje em dia, a existência da lareira tem apenas um uso funcional para aquecimento, muitas vezes com o propósito de conforto espiritual.

Apesar de existir todo um cuidado estético, a maioria das habitações, especialmente as mais isoladas, como é o caso dos montes, não dispunham de grandes ornamentações, ou elementos construtivos elaborados, em parte devido à capacidade financeira da população.



150 Chaminé do Monte do Arcediago - Ilustração nossa

151 Chaminé do Monte da Murteira - Ilustração nossa

152 Chaminé do Monte da Corte Negra - Ilustração nossa

A chaminé, como referido anteriormente, é um dos elementos mais característicos e decorativos da arquitetura rural do baixo Alentejo. Este elemento destaca-se não só pela sua envergadura, mas também pelo local onde se encontra, na edificação.



5. PROBLEMÁTICAS DA ATUALIDADE

“Crescimento sustentável passa inevitavelmente por questões de continuidade, herança, e mesmo melhoria do meio que nos rodeia. Contudo, parece que a questão coloca-se não só na forma como se deve reciclar o património edificado, mas sim na previsão de como é que se irá reciclar aquilo que se constrói hoje.”

(González, 2013)

5.1 ABANDONO E O ESTADO DE RUÍNA DO MONTE

As transformações radicais ocorridas ao longo das últimas décadas, nos processos e sistemas de cultivo, levou ao desuso e deserção de muitos montes no Alentejo.

Os aspetos acima referidos, são o espelho de uma situação generalizada, conduzindo ao desaparecimento quase implacável de um património rural, por toda a Europa, não afetando somente os montes alentejanos. O património rural vernáculo invoca o modo de vida das sociedades comunitárias do passado.

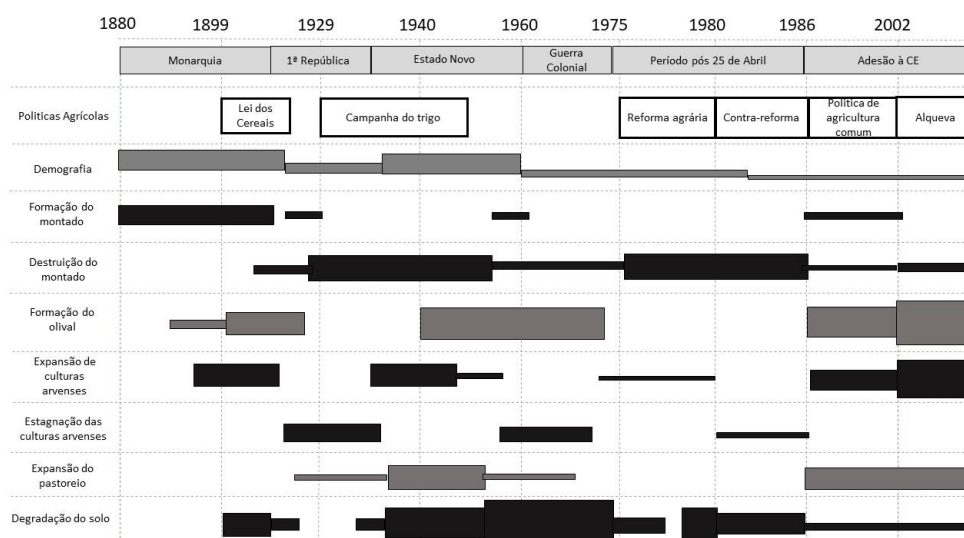
Ainda que se encontrem fora de uso, estas edificações, revelam a simplicidade dos nossos antepassados que as conceberam de acordo com as suas carências. A percepção de todos estes fatores sociais presentes nas formas construídas, pode ser seriamente abalada pela perda deste tipo de património. A carência deste património corresponde a um empobrecimento etnográfico, uma vez que se apresenta como local de preservação de memórias. (AAVV, 2007)

No contexto do Alentejo, até ao século passado, o estilo de vida e a existência de edificações agrícolas, eram facilmente compreendidas, pela coexistência entre o trabalho agrícola, o ambiente e as necessidades sociais, colaborando para o sentido de identidade do sítio e da sociedade. Tal

identidade está ameaçada pela forte tendência de globalização e homogeneização económica, cultural e arquitetónica.

A problemática da afetação do monte alentejano não escapa a esta realidade, ainda que considerada em alguns trabalhos académicos e publicações científicas, é necessário que esta problemática seja considerada seriamente pela sociedade e pelos órgãos responsáveis.

Recapitulando, foi no século XX que as grandes alterações se sentiram, é apresentado um diagrama adaptado de Ferreira M. (Ferreira, Fragoso, & Gomes, 2000) onde se verifica o contexto socioeconómico e político da evolução da paisagem do Alentejo desde os finais do século XIX ao século XXI, apresentados no capítulo 3.6.



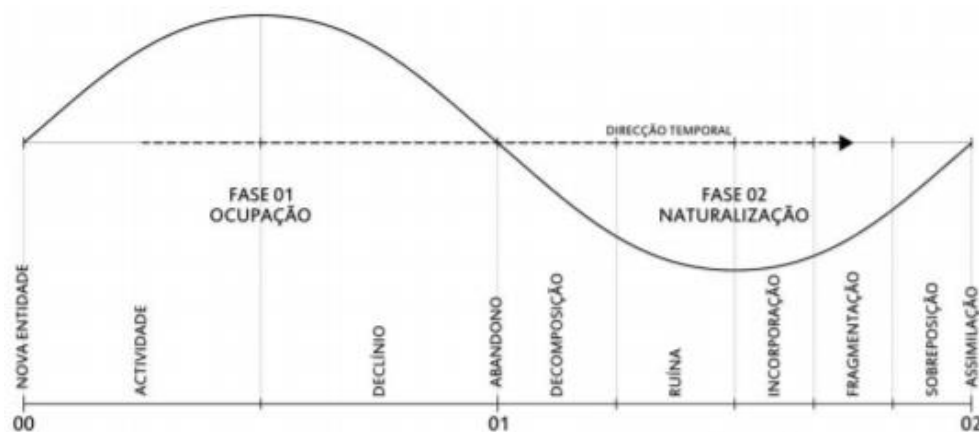
153 Diagrama adaptado de (Ferreira 2010)

As questões de abandono por toda a alteração económica e social do país, aliados à globalização industrial e cultural provocam o abandono e a

desvalorização das arquiteturas de terra, criando uma dinâmica de transformação irreversível.

As transformações socioculturais aliadas a uma componente temporal e à própria arquitetura formam um ciclo que justifica a decadência das edificações e como certas ações transformam a arquitetura em ruína.

Rui Rocha (2014) estuda este ciclo e por base na sua análise iremos tentar perceber como estas fases incidem nos casos de estudo desta dissertação. Este ciclo, chamado de **degenerativo**, apoia a ideia de que um edifício tem um determinado período de vida, em que primeiramente nasce e por último morre até à sua incorporação no meio natural que a envolve.



154 Sistema degenerativo arquitetónico - Fonte (Rocha 2014)

Uma vez expostas as necessidades de ocupação do monte e as transformações socioculturais que levaram ao seu abandono é importante perceber as sucessivas fases que conduziram ao processo de degradação atual do edificado e chegar à possibilidade de um sistema regenerativo⁷⁹,

⁷⁹ Propondo demonstrar a capacidade do humano de perceber o valor patrimonial das construções em conformidade com as necessidades atuais, para que o edifício não entre no estado de naturalização, mas possa voltar a acolher a atividade humana.

atendo ao facto que os casos de estudo deste trabalho, se encontram numa fase de naturalização⁸⁰.

Quando a arquitetura deixa de cumprir a função para a qual foi concebida, é deixada gradualmente, começando pela redução da atividade até a uma deserção completa do edifício. Quando abandonado, o edifício fica então entregue aos processos naturais.

A **Decomposição**, é a primeira de 5 etapas que compõem o processo de naturalização que os montes desta reflexão apresentam. Este processo começa com uma mutação na estrutura, sendo que a consequência é a abertura dos seus limites físicos ao exterior, gradualmente deixa de ser um sistema fechado, para passar a ser um sistema aberto. O interior passa a estar exposto ao exterior, através de elementos mais sensíveis, como vãos e a cobertura.



155 Monte da Cerâmica do Outeiro, foto representativa da exposição dos vãos ao exterior - Imagem da autora 2018

⁸⁰ A fase de naturalização passa por um processo de decomposição, fragmentação, ruína e por fim na sobreposição. Isto são tudo consequências que surgem pelo abandono do edifício, e sem manutenção, este deteriora-se, permitindo então que o sistema natural se aproprie do seu espaço interior, havendo uma assimilação das duas partes.

A fase subsequente é a **ruína**, é a forma mais estável da naturalização, deixando que o sistema natural envolva, aproprie e assimile a construção. Um edifício que entra na fase de ruína, é um edifício que perdeu o seu carácter arquitetónico, pois deixou de cumprir a sua principal função, a de acolhimento.



156 Monte da Murteira - imagem representativa da vegetação a incorporar a edificação - Imagem da autora 2018

157 Monte da Murteira - Imagem representativa da degradação da cobertura e da vegetação a incorporar a edificação - Imagem da autora 2018

158 Monte do Soeiro - Imagem representativa da vegetação a incorporar a edificação - Imagem da autora 2018

A etapa seguinte surge quando o sistema natural exterior, chega ao interior do edifício, existindo uma **incorporação** do sistema interior com o sistema exterior.



159 Monte do Queimado, vegetação no interior do edificado - Imagem da autora 2018

160 Vegetação a incorporar o interior da construção- Imagem da autora 2018

A **fragmentação** acontece quando a estrutura do edifício se deteriora perdendo a sua integridade e a sua imagem.



161 Monte da Chaminé - Demonstração da fragmentação do edificado - Imagem da autora 2018

A última etapa, a **sobreposição** é caracterizada pela assimilação e dominação total do sistema natural, é um processo lento e é verificado quando existe uma junção total ou parcial do edifício com a natureza ou solo envolvente.



162 Monte da Horta de Cima, fusão entre arquitetura e vegetação - Imagem da autora 2018

163 Edificado em estado de degradação total - Imagem da autora 2018

Exposto o sistema degenerativo do edificado é apresentado o sistema **regenerativo**, caracterizado por propostas de transformação da arquitetura, para que o edifício torne a sua função original, a de acolher a atividade humana.

A regeneração do edifício acontece quando o Homem toma ação propondo a mudança do uso ou da própria da arquitetura existente. Estabelecendo medidas que preservem as suas características, o seu valor, respeitando da sua integridade.

Ao intervirmos na construção com novos programas, estamos a fechar um ciclo e a iniciar outro, retornando o edifício a um novo processo degenerativo.

Procura-se, no próximo subcapítulo, fazer uma avaliação da situação atual do Alentejo, na busca de respostas, para a concretização de políticas que resultem num sistema regenerativo arquitetónico que correspondam às necessidades atuais da região.



164 Representação da antiga estrutura paisagística do Alentejo - Imagem da autora 2018



165 Representação da nova estrutura paisagística do Baixo Alentejo- Imagem da autora 2018

5.2 PROGRESSO REGIONAL

Nas últimas três décadas, o Alentejo, apresentou profundas mudanças na situação socioeconómica local. A região encontra-se num processo de transição, motivado por um contexto de desenvolvimento tecnológico, económico e de uniformização cultural, provocando um distanciamento, do Alentejo rural dos séculos passados. De carácter produtivo, moldava a sociedade rural local e organizava o uso e os modos de apropriação deste território. (Costa & Pereira, 2007)

Neste sentido, atualmente, é pretendida a pesquisa de respostas coerentes aos desafios do desenvolvimento rural, que valorizam os recursos naturais da paisagem.

Olhando para o território numa perspetiva de desenvolvimento futuro, constata-se que o Alentejo detém em si um conjunto de potências endógenas, que assentam numa abundante variedade de recursos, capazes de despertar interesses a nível pessoal, tecnológico e empresarial.

A vasta área rural alentejana apresenta vários recursos ecológicos, que apesar das suas fragilidades, revelam grandes capacidades, num panorama de biodiversidade e de desenvolvimento multifuncional sustentável. Esta atração ecológica, geradora de oportunidades no Sul de Portugal, é reforçada por o facto de em termos de espaço construído, esta ser uma das regiões com menor superfície de ocupação relativa.

Numa componente agrícola, os planos de progresso para o Alentejo visam um aumento da economia regional, aplicando, como referido, critérios de multifuncionalidade, promovendo as atividades tradicionais provenientes da exploração e transformação de vários recursos como a agricultura e a indústria extrativa (CCDR-Alentejo, 2010)

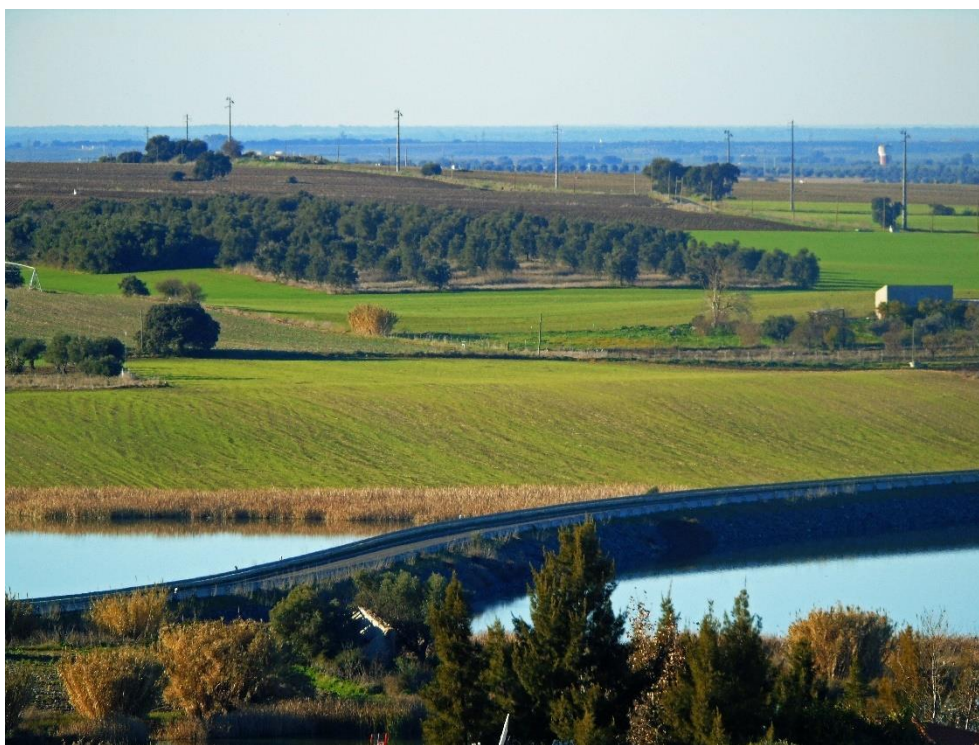
Num contexto de competitividade e desenvolvimento, o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), possibilitou um aumento da diversidade das espécies e sistemas de cultivo, ampliando a produção agrícola e respetivos os lucros.

Todavia, é necessário ter em conta que, tal desenvolvimento circunda uma extensificação da agricultura e intensificação da cultura florestal, que otimiza os lucros dos níveis de produção, mas sacrificam alguma da diversidade e a multifuncionalidade da paisagem, comprometendo, como exemplo, o sistema tradicional do montado (Costa & Pereira, 2007) e (Ferreira D. d., 2000)

Exposto a situação acima, é notável o cuidado demonstrado por os órgãos competentes com a preservação dos sistemas de montado. Salvaguardados por legislações, visam a proteção, como exemplo, dos povoamentos de sobreiros e azinheiras, detentores de uma multifuncionalidade única, mantêm os traços da paisagem tradicional e proporcionam uma gestão ambiental ligada ao controlo da erosão dos solos, à manutenção do ciclo hidrológico. E a outros elementos como a alimentação (agricultura, apicultura, entre outros), a extração de cortiça e a serviços culturais como se verifica em muitas propriedades privadas (turismo, caça, pesca). (Fonseca, 2004)

Apesar da situação corrente do montado, e pelo que se pode observar nas dinâmicas atuais, a introdução do EFMA representa um elemento atrativo de novos investimentos, alargando, em muito o âmbito da sua valência principal, a reserva de água e irrigação para agricultura. Agregando novas competências como sistemas agroindustriais, sistemas de energias renováveis, agroturismo, entre outros.⁸¹

Correia em Olhar o Alentejo, 2010 *“A construção e aproveitamento da barragem e das barragens filhas constituirá a mola real da transição/alternativa de uma agricultura de sequeiro para uma agricultura de regadio e será o leitmotiv para a inversão da tendência do Alentejo”*



166 Expressão do regadio e das novas culturas no Alentejo - Imagem da autora 2018

⁸¹ Relativamente ao empreendimento do Alqueva e suas vantagens e riscos, as conclusões expostas neste trabalho derivaram da conversa informal e pessoal com Dora Amador, diretora do Departamento de Construção de Infraestruturas de Rega na EDIA, que nos elucidou sobre o empreendimento e todo o leque de transformações que este proporcionou no Alentejo.

“Em síntese o projeto do Alqueva permitirá intensificar a capacidade produtiva do Alto e do Baixo Alentejo, melhorar os atuais sistemas hidroelétricos e hidroagrícolas, funcionar como detonador das iniciativas individuais e/ou coletivos do homem alentejano, aumentar a contribuição do Alentejo para o reequilíbrio da balança de pagamentos, dinamizar o sector industrial e universitário ... e aumentar as potencialidades turísticas da zona abrangida pelo regolfo da Barregam, apoiadas em infraestruturas rodoviárias, aéreas e portuárias em conclusão.” (Correia J. R., 2010)

A reorientação da base produtiva regional resulta numa vasta diversidade de rendimentos agrícolas e pecuários, que incorporam um amplo leque de produtos, que se afirmam em vários sectores do mercado nacional e internacional. Este agregado de produtos integra o olival, a azeitona e o azeite, a vinha e o vinho, o milho, os cereais, as frutícolas, as hortícolas, o mercado da pecuária a cortiça e entre muitos outros. (CCDR-Alentejo, 2010)

Para além das componentes agrícolas, o Alentejo dispõe de reservas de rochas ornamentais e de minérios de cobre, chumbo, zinco e urânio, com elevado valor comercial e estratégico, a recuperação das áreas de exploração e o equilíbrio destas atividades de extração não deverão ser perdidas. (CCDR-Alentejo, 2010)

Contudo, a região do Alentejo contém outros elementos diferenciadores, que vão muito além de explorações agrícolas ou mineiras. Relacionadas com as suas particularidades identitárias, este território ainda evidencia profundos laços afetuosos que marcaram a sua história social e apesar de todas as mudanças, ainda estão bem presentes nas populações locais e devem ser vistos como pontos atrativos para uma captação de investimentos e da diversificação das atividades. (DGOTU, 2004)

É exatamente deste enraizamento da cultura que algumas atividades ganham destaque, como o turismo, assente no riquíssimo e diversificado património histórico-cultural construído, organizado em torno das aldeias e dos montes que têm, como já referido, um papel inquestionável na preservação das memórias das comunidades.

Atualmente existe uma nova procura por o espaço rural do Alentejo, relacionado com o turismo, ou com espaços de segunda residência, pelo que se torna necessário um adequado ordenamento do território, que estas novas dinâmicas determinam. (Reis, 2002)

É ainda de referir que nos últimos anos o vasto e rico património imaterial, tem ganho destaque a nível internacional. Práticas e costumes, saberes e fazeres, o artesanato, a gastronomia, o canto alentejano (agora Património Imaterial da Humanidade) e os produtos da região são cada vez mais valorizados e divulgados. Correia em (CCDR-Alentejo, 2010)

Todos estes pontos transparecem uma imagem muito peculiar de autenticidade e singularidade desta região para o exterior. No entanto, algumas dinâmicas ligadas, como exemplo, à intensificação de práticas agrícolas de regadio, podem colocar em causa essa unicidade, ao descaracterizarem a paisagem tradicional do Alentejo e o que eram os seus modos de vida.

O desafio, passa por uma aliança entre a conservação dos valores tradicionais do Alentejo com desenvolvimento regional, de maneira a articular o passado e o presente.

Costa em Olhar o Alentejo *“Queremos manter o que defendemos: Desenvolvimento e Cultura em complementaridade.”*

Os equilíbrios dos novos desenvolvimentos no Alentejo, estão também especialmente ligados ao acentuar da mobilidade, é um facto constatado, que as acessibilidades e conectividades servem para consolidar os fluxos e as ligações com o interior e com exterior, constituindo um fator benéfico ao aumento da qualidade de vida no Alentejo e à atração de investimento. (Correia J. R., 2010)

Arrisca-se assim a referir, que se o Aeroporto de Beja fosse de facto, colocado numa base de funcionamento frequente, poderia vir a constituir um enorme fator de desenvolvimento (contribuindo para o reforço de novos investimentos económicos), assim como um correto e regular serviço ferroviário, ligando o Baixo Alentejo de forma direta a Lisboa e ao Algarve, como outrora foi.

As tendências de desenvolvimento rural mencionadas deverão ser reforçadas com a implementação de incentivos que fomentem a fixação das populações, nomeadamente as oportunidades de emprego e a criação de novos postos de trabalho, que vão muito além do sector agroflorestais assegurando, assim, a qualidade de vida das populações.

Para finalizar é de referir que o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo, organiza um conjunto de opções estratégicas, com o intuito de dar uma resposta adequada às novas dinâmicas regionais e incentivar o crescimento económico e populacional, demonstrando a vontade de consolidar a identidade deste território, a integridade dos seus ecossistemas e a qualidade das suas paisagens e a preservação do património natural, paisagístico e cultural. (CCDR-Alentejo, 2010)

Concluído este subcapítulo, podemos afirmar que as grandes questões com que o Alentejo se depara atualmente são a Consciência Ecológica, Territorialidade, Multifuncionalidade, Produção, Mobilidade, Identidade e Participação.



168 Representação da crise, Monte do Queimado- Imagem da autora 2018



167 Representação do desenvolvimento, Corte Negra - Imagem da autora 2018

5.3 CRISE GLOBAL E PROCURA POR UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As diversas ações do Homem, sobretudo nos países altamente tecnológicos e industrializados têm sido alvo de crescente preocupação, relacionados com a forma irresponsável como nos servimos da Terra e dos seus recursos não renováveis, resultando nos últimos anos, num exponencial aumento da deterioração da ecologia ambiental, sobretudo com o aumento da poluição, da temperatura atmosférica e da destruição dos ecossistemas e recursos naturais.

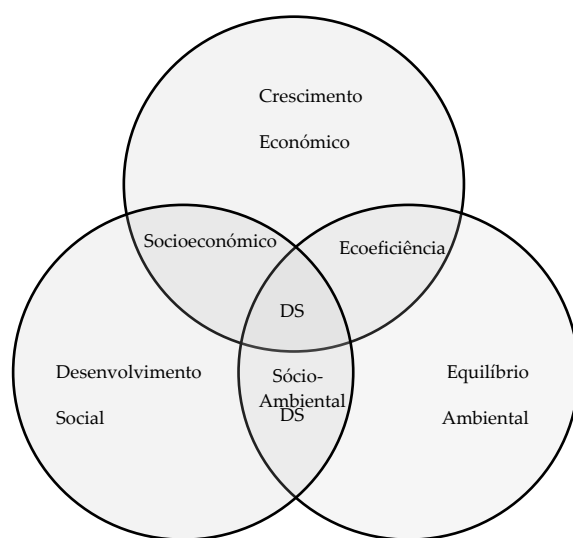
Com vista a inverter este processo destrutivo, o Homem tem procurado, criar estratégias para uma correta gestão e proteção do ambiente, deste modo o desenvolvimento sustentável, tem sido matéria de estudo de várias organizações internacionais.

“Desenvolvimento sustentável significa melhorar a qualidade de vida sem ultrapassar a capacidade de carga dos ecossistemas de suporte” (Mateus & Bragança, Tecnologias construtivas para a sustentabilidade da construção, 2006)

Na Conferência da Organização das Nações Unidas de 1992, são estabelecidas estratégias que visam a conciliação do crescimento económico

com a qualidade de vida das populações sem prejudicar e proteger o meio ambiente. (Mourão & Pedro, Princípios de edificação sustentável, 2012)

Com esta visão da ONU, nos anos 90 é universalizado o conceito de Desenvolvimento Sustentável assente em três pilares: ambiente, sociedade e economia. (Amado, Reaes Pinto, Alcafache, & Ramalhete, 2015)



169 Adaptado de Amado et al. 2015 - As três componentes do Desenvolvimento Sustentável

“No fundo, o desenvolvimento sustentável não está apenas relacionado com a questão ambiental e económica, mas também com a questão social e cultural, isto porque, não só deve ser economicamente viável ou ecologicamente correto, como deve também ser socialmente justa e culturalmente aceite.” (González, 2013)

Conclui-se assim que o desenvolvimento sustentável pretende manter a integridade ambiental, o equilíbrio da justiça social e a eficiência económica, para as gerações futuras (Pinheiro, 2006)

No início do século XXI, foi acrescentado ao conceito de desenvolvimento sustentável, a manutenção dos recursos naturais e humanos, para a

reversão das evidentes consequências das alterações climáticas (Mourão & Pedro, 2012)

Richard Heinberg por base nos três pilares do desenvolvimento sustentável e das recentes preocupações do tema, apresenta uma visão própria, do conceito de sustentabilidade, definindo um conjunto de cinco axiomas, a partir de definições de diferentes autores. (Krupp, 2016)

Quadro 4 Axioma da Sustentabilidade - Fonte Janina Krupp 2016 adaptado de Heinberg

Cinco Axiomas da Sustentabilidade	
1	Qualquer sociedade que use continuamente recursos críticos de modo insustentável, entrará em colapso;
2	O crescimento populacional e/ou o crescimento das taxas de consumo dos recursos não é sustentável;
3	Para ser sustentável, o uso dos recursos renováveis deve seguir uma taxa que deverá ser inferior ou igual à taxa de reposição;
4	Para ser sustentável, o uso de recursos não-renováveis tem de evoluir a uma taxa de declínio, e a taxa de declínio deve ser maior ou igual à taxa de esgotamento;
5	A sustentabilidade requer que as substâncias introduzidas no ambiente pela atividade humana sejam minimizadas e tornadas inofensivas para as funções da biosfera.

Reis Pinto aponta a importância da aplicação de medidas sustentáveis, como resposta à crise ambiental acrescida pelo fluxo socioeconómico, indicando que devido ao êxodo rural para as zonas urbanas, os níveis de poluição e as alterações climáticas, aumentam progressivamente⁸². Por efeito, as cidades tornaram-se locais onde se concentram as maiores emissões de CO² para a atmosfera, a maior percentagem de gasto e poluição de água, ampliando assim as consequentes pressões ambientais.

⁸² 80% da população europeia habita em cidades.

Urge a necessidade de compreender estas ocorrências numa perspetiva de melhorar a sustentabilidade do planeta para as gerações vindouras, com políticas de desenvolvimento económico-sociais com base em energias renováveis, pondo um sucessivo término na exploração excessiva de recursos naturais e de energias não renováveis (poluentes), na produção exaustiva de resíduos, na dizimação de áreas florestais e pedreiras, na contaminação das águas e na poluição atmosférica. (Reis Pinto & Oliveira, 2011)

E na região em estudo esta crise e as preocupações globais fazem-se sentir?

Sendo o Alentejo a região de Portugal que menos é afetada por o excesso de população e por grande parte da sua área ser rural, este território é privilegiado por a abundância de recursos naturais e por uma percentagem mínima de poluição.

Aqui, aplica-se a expressão *“agir local, pensar global”* (González, Geometrias da Arquitectura de Terra, 2006), no sentido em que o Alentejo pode e deve servir de exemplo de gestão sustentável, com gestos individuais e coletivos quotidianos de regulação do consumo de água, da não utilização de produtos químicos na agricultura, no equilíbrio entre o edificado e a paisagem onde se insere, na aposta (de grande potencial) de energias renováveis, preservando os recursos naturais finitos, amenizando a agressão ambiental e preservando a fauna e a flora.

Resumidamente, o desenvolvimento sustentável da região prende-se pela preocupação em preservar e em estimar o meio natural e cultural que, se não for protegido, poderá afetar a sustentabilidade ecológica local e o bem-estar económico e social do Alentejo.

Portanto, neste estudo é exposta a problemática da crise social, económica e ambiental, e a exposição de práticas mais ecológicas e económicas que apontam para o desenvolvimento sustentável do Planeta.

Posto isto, o conceito de Ecologia acaba inevitavelmente, por emergir na Arquitetura. Assim, a sustentabilidade ecológica económica e social não são princípios exteriores à arquitetura, mas integram um conjunto de fatores que procuram a utilização mínima de materiais industriais e a máxima utilização de matéria-prima local e/ou materiais reciclados, reduzindo, reutilizando e reciclando o máximo de fluxo de energia e de água, com um baixo consumo energético, aliando tecnologias modernas ecológicas às técnicas de construção antigas, capazes de preservar o meio ambiente. (Augusto, 2011)

Estas condições da arquitetura ecológica encontram-se bem enraizadas nas arquiteturas vernáculas, tema do presente trabalho e embora estejamos a vivenciar uma crise ambiental e económica, fica a esperança de minimização de construção nova e investimento na revitalização dos edifícios vernáculos existentes para que possamos contribuir tanto no presente como no futuro para um planeta mais saudável.



6. PERSPETIVAS FUTURAS

“...sendo um dos desígnios da Arquitetura a criação de habitat, há que inculcar esta preocupação/raciocínio no processo conceptual da arquitetura, bem como urge entender a forma de construir segundo conceitos de sustentabilidade, de forma a não hipotecar o nosso futuro nem o dos nossos descendentes.

A vanguarda civilizacional consiste na capacidade de o presente se inspirar no passado com o objetivo de melhorar o futuro.”

(González, 2006)

6.1 CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Ao analisarmos o atual setor da construção, é bastante perceptível a responsabilidade que este assume na contribuição para a poluição e degradação ambiental.

Segundo Torgal e Jalali (2011) “...a indústria da construção é responsável por 30% das emissões de carbono e o ... parque edificado consome 42% da energia produzida”

No entanto, Reis Pinto e Oliveira, acrescentam que o sector da construção acarreta grande número de empregabilidade, desempenhando um papel muito significativo na economia nacional. (Características de sustentabilidade de materiais de construção renováveis, 2011)

Apesar do seu papel relevante para a economia nacional, a indústria de construção, ainda necessita de uma grande transformação para chegar aos padrões adequados de sustentabilidade. Infelizmente ainda existe uma inadequada gestão de matéria-prima e energia necessária, assim como, uma alta produção de resíduos. Por ignorância, ou dúvida dos benefícios a longo prazo, a utilização de um sistema de construção mais sustentável, não apela o interesse de construtores. No entanto com as novas expectativas de sustentabilidade e conforto são apresentadas no mercado falsas “construções sustentáveis” que não conseguiram acompanhar as novas expectativas, ofertando soluções que não apresentam padrões de conforto satisfatórios e com mínimos impactes negativos. (Mateus, 2009)

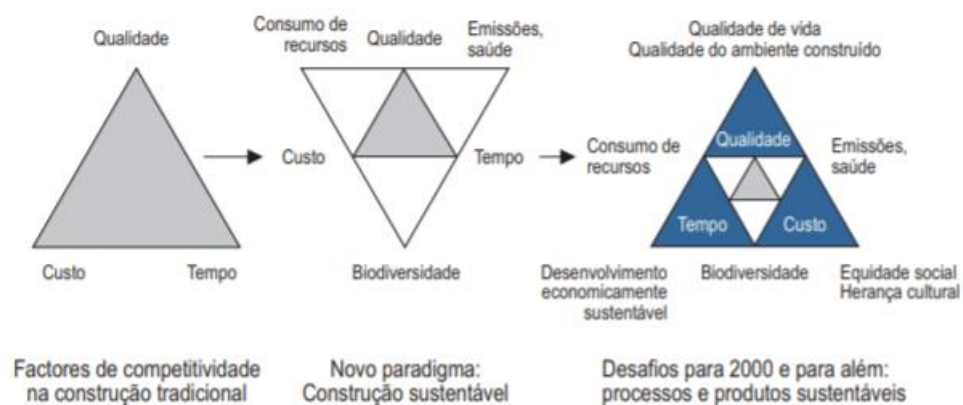
“Com a difusão e vulgarização do termo “sustentabilidade” tem-se assistido à adjetivação da construção, que, com este sufixo, encontrou caminho para melhores comercializações, ou mesmo para a comercialização de más construções sob o pretexto da sustentabilidade...” (González, 2013)

Quadro 5 Tipos de construção - Fonte Mateus e Bragança 2011

Aspetos	Tipos de construção		
	Convencional	Bioclimática	Eco Eficiente
Configuração do edifício	Outras influências	Influencia pelo clima	Influencia pelo meio ambiente
Orientação do edifício	Pouco importante	Crucial	Crucial
Fachadas e janelas	Outras influências	Dependentes do clima	Dependentes do meio ambiente
Fonte de energia	Gerada	Gerada/ ambiente	Gerada/ ambiente / local
Controlo do ambiente interno	Eletromecânico	Eletromecânico / natural	Eletromecânico / natural
Consumo de energia	Geralmente elevado	Reduzido	Reduzido
Fontes de matéria-prima	Pouco importante	Pouco importante	Reduzido impacte ambiental
Tipo de materiais	Pouco importante	Pouco importante	Reutilizáveis / recicláveis / reciclados

Mateus e Bragança (2011) para além das condições expostas na tabela acima, apontam outras premissas da construção sustentável. Nomeadamente uma edificação duradoura e de baixa massa edificada⁸³, com uma boa gestão de água, energia e materiais eco eficientes⁸⁴, produzindo o mínimo de resíduos⁸⁵.

Pinheiro (2006) acrescenta a este contexto uma visão de construção sustentável que deixa de ser maioritariamente assente no fator económico⁸⁶, e passa a ser regida também por condições socioculturais, que revelam preocupações ambientais, com a qualidade de vida, e desenvolvimento económico e social.



170 Evolução do conceito de sustentabilidade na construção - Fonte Pinheiro 2006

“Pode, assim, dizer-se que este novo modo de conceber a construção procura satisfazer as necessidades humanas, protegendo e preservando simultaneamente a qualidade ambiental e os recursos naturais” (Pinheiro, 2006)

⁸³ Devem exigir pouca manutenção.

⁸⁴ Os materiais devem estar disponíveis no local da obra, ou serem provenientes de matérias recicladas e tenham uma forte capacidade de reutilização e reciclagem.

⁸⁵ Os materiais usados na construção não devem conter químicos prejudiciais a ambiente.

⁸⁶ Tempo despendido na obra, custos de obra e manutenção.

É ainda de referir que as estratégias de aplicação dos princípios de sustentabilidade variam de acordo com a localização, com o clima, com as técnicas de construção de cada cultura e com o grau de desenvolvimento da indústria local. Todas estas condicionantes influenciam as soluções a executar. (Mourão & Pedro, Princípios de edificação sustentável, 2012)

Em suma e parafraseando Reis Pinto, a construção sustentável pretende fazer com que o edifício, durante todo o seu ciclo de vida, se integre no sistema ecológico local, para que esta premissa se aplique é fundamental a mudança de mentalidades e uma visão integrada de todos os agentes que intercedem no sistema construtivo de edifícios. (Reis Pinto & Oliveira, 2011)



171 Imagem representativa do meio e recursos disponíveis - Imagem da autora 2018



172 Representação de construção com recurso a matérias-primas locais - Imagem da autora 2018

6.2 A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA VERNÁCULA NA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL

Os nossos antepassados sempre respeitaram o ambiente, ao conceberem abrigos que não dominavam a natureza e os seus recursos, formavam um elo de respeito e adaptação ao meio. Esta realidade ainda está presente nos dias de hoje, nas sociedades vulgarmente chamadas de “primitivas” e “ingénuas”. No entanto estas mesmas sociedades no ponto de vista dos princípios de sustentabilidade, são das mais sofisticadas, por serem autossustentáveis, ao fazerem um aproveitamento dos materiais e energias locais, de uma forma muito económica, para enfrentarem os problemas climáticos e habitacionais do local onde habitam.

As sociedades modernas, por sua vez, tendem a esquecer os métodos tradicionais e inovando naquilo que resulta em soluções desajustadas ao problema. Desta forma é imprescindível a adaptação e inovação das soluções tradicionais, às necessidades da atualidade.

Segundo Fathy (1986), o arquiteto atual aceitou a industrialização como novo conceito de projetar, desprovido de beleza tradicional, sendo cada vez mais difícil fazer projeto de um edifício, valorizando o ambiente mais do que a opinião da sociedade atual.

É neste sentido, que a arquitetura vernácula é revelada como modelo de reflexão e inspiração, contribuindo para práticas mais eficientes e sustentáveis na modernidade. (Krupp, 2016)

“Alguns elementos arquitetónicos podem ser característicos de uma zona, como a proporção de uma janela, conforme o local onde se encontra, os materiais usados, conforme a temperatura desse local, ou a inclinação dos telhados, conforme a quantidade de chuva ou neve. Todos estes elementos e escolhas têm de ter em conta a paisagem onde se engloba o projeto, seja ela árida, vale, montanha ou linha costeira.” (Fathy, 1986)

Desta forma a arquitetura vernácula da região alentejana, é apresentada como modelo de sustentabilidade a seguir, em casos de construção nova e de reabilitação. Com os seus ensinamentos derivados e observáveis na posição geográfica, na orientação dos edifícios, na forma arquitetónica, na escolha dos materiais, na eficiência energética e no método construtivo. De uma forma sistemática e sem nenhuma ordem particular, são expostos os valores e respetivas contribuições desta arquitetura que devem ser tidos em consideração, nomeadamente o controlo dos ganhos solares, o arrefecimento passivo, o controlo da humidade, a retenção do calor no interior da habitação no inverno, a promoção de ventilação natural a proteção da chuva e do vento e as vantagens do uso dos materiais locais, para uma eficiente prática arquitetónica regional. Célia Neves em *Arquitetura de Terra em Portugal* (AA.VV, *Arquitectura de Terra em Portugal*, 2005)

Para uma coerente perceção deste tema, inicia-se com o estudo dos **materiais locais**. No capítulo 4, foram apresentados os materiais tradicionais do monte alentejano, mas quais as são as vantagens da sua aplicação?

Os materiais locais podem e devem ser aplicados numa arquitetura sustentável por serem naturais, com boas características mecânicas e energéticas e que implicam consumos energéticos integrados significativamente baixos. (Pereira Fernandes, 2012)

González (2006) esclarece esta temática indicando que no processo de construção de uma obra importa refletir sobre a capacidade de resposta dos materiais relativamente ao ciclo de vida do edifício, isto é, é necessário perceber as características mecânicas do material, assim como, todos os gastos energéticos associados ao seu ciclo de vida ou seja, ao impacte ambiental e económico derivado da extração, alteração, deslocação, emprego, uso efetivo, destruição/ reutilização e consequente eliminação. É por isso necessário reduzir o consumo dos recursos, como também reduzir o consumo energético.

Posto isto, na arquitetura tradicional a origem dos materiais é maioritariamente local, o seu processo de transformação é reduzido, em alguns casos nulo e as técnicas de emprego manuais com recurso a energia solar, advindo automaticamente num baixo consumo de energia no processo de extração e transporte, resultando numa pequena libertação de emissão de dióxido de carbono na atmosfera. (Pereira Fernandes, 2012)

Contrariamente aos materiais tradicionais *“Os materiais artificiais que atualmente dominam a indústria da construção, produzidos industrialmente, têm uma grande carga energética incorporada na sua produção, nomeadamente no seu processamento, químico e mecânico.”* (González, 2013). Para expor esta diferença González apresenta a seguinte tabela comparativa.

Quadro 6 Quadro comparativo do ciclo de vida dos materiais naturais e artificiais - Fonte Gonzalez

	MATERIAL NATURAL	MATERIAL ARTIFICIAL
EXTRACÇÃO (Mat. Prima)	Ambos têm energia despendida na extração.	
PROCESSAMENTO	Geralmente têm pouco processamento e transformação.	Muito processamento e transformação com energia sob a forma primária.
TRANSPORTE	Como são de origem natural, geralmente local, logo os encargos de transporte podem oscilar, contudo o normal é serem aplicados localmente com cariz muito regionalizante – materiais locais – que necessitam de pouca energia para transportes – baixa emissão de CO ₂ .	Como se tratam de materiais com elevados índices de processamento industrial, a quantidade de energia associada ao transporte é muito elevada. São aplicados em zonas longínquas à zona de extração e produção em virtude da impossibilidade de deslocar as unidades fabris. São, normalmente, mais leves e têm mais valor acrescentado.
CONSTRUÇÃO	Processamento em obra com elevados índices de mão-de-obra associados.	O processamento industrial retira necessidades de mão-de-obra na aplicação – fomento à pré-fabricação
MANUTENÇÃO	Depende diretamente do material e em ambos os casos podem ser altos ou baixos (existem materiais naturais com elevados índices de manutenção, contudo também existem materiais artificiais com semelhantes condicionantes). Normalmente os materiais muito processados têm níveis de manutenção mais baixos.	
DEMOLIÇÃO/DESCONSTRUÇÃO SELECTIVA	Da demolição podem resultar três soluções principais:	
REUTILIZAÇÃO	Com grande índice de reutilização por se encontrarem em fase próxima de matéria-prima.	Dependente
RECICLAGEM	Materiais que podem ser tornados facilmente em matéria-prima com pouco processamento e trabalho de separação originando novos materiais criando materiais artificiais (muito processados).	Podem ser reciclados criando subprodutos de materiais processados o que se traduz na incorporação de mais energia, pese embora esta tenha menor expressão que a solução original.
RESÍDUO	Inofensivo ao meio ambiente. Reverte o sistema de criação de novos materiais.	Resíduos geralmente muito agressivos ao meio ambiente com dificuldade em ser tornados inofensivos/inócuos.

Por fim, importa ainda referir que estes materiais têm uma boa inércia térmica e um bom comportamento no controlo de humidade, estes aspetos serão explorados mais à frente em comunhão com outros fatores⁸⁷.

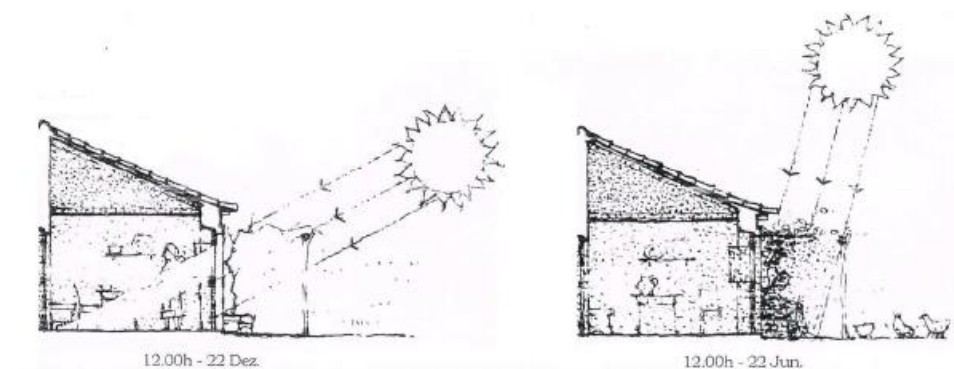
Num território com verões quentes e secos, e invernos rigorosos, que lhes são tão característicos, a orientação da casa alentejana tem sempre o propósito de obter uma perfeita insolação, permitindo ganhos importantes de energia solar durante o Inverno e contribuir consideravelmente para a redução de calor no interior das casas nos períodos mais quentes, melhorando as condições de conforto. (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

É no Alentejo que o uso de técnicas locais como a taipa e o tijolo assume maior expressão, com um propósito funcional de proteção do calor, é visível o seu contributo na promoção do arrefecimento passivo. A taipa dispondo de uma elevada inércia térmica, atua como um retardador de calor, assim a temperatura interior da habitação mantém-se constante. Para ajudar com o arrefecimento passivo as habitações promovem ainda ventilação noturna, com a abertura dos vãos para a circulação livre do ar por o edifício, a dificuldade inerente a esta ação é assegurar o conforto térmico, sem comprometer a segurança da habitação. (Pereira Fernandes, 2012) e (AA.VV, Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional, 2009)

No verão impede que o calor entre para o interior, no Inverno possibilita a que os ganhos solares e que o calor contido no interior das habitações proveniente do fogo das lareiras não sofra dissipações. Os pontos mais sensíveis da construção quer para as perdas quer para a penetração do

⁸⁷ Importa referir que o estudo do texto de Célia Neves em *Arquitetura de Terra em Portugal* (2005) foi muito importante para a perceção da matéria em estudo e para a construção do texto em comunhão com o estudo de outros autores.

calor, são os vãos, assim para evitar estes problemas os vãos são, na sua maioria, de pequena dimensão e recuados na parede, reduzindo notavelmente a exposição e os ganhos de calor por estes pontos. (IDEM)



173 Ganhos solares passivos - Fonte Quintino

A proteção da habitação contra o calor é ainda mais eficaz com a caiação. Esta atua como um refletor da radiação, refletindo cerca de 90% da radiação incidente. (Oliveira & Galhano, 2003)

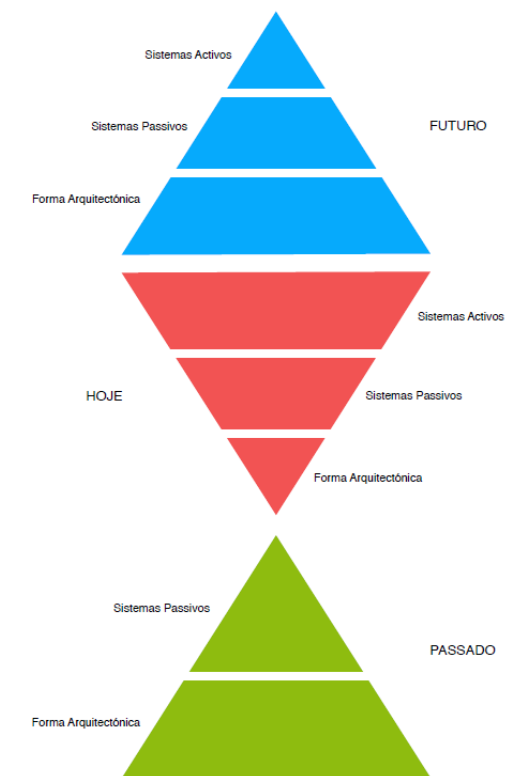
Quintino (2015) *“Se as paredes, os tetos, os chãos e outros elementos de um edifício tiverem a capacidade para absorver ou libertar humidade, ... os níveis da humidade relativa do ar interior “flutuarão” numa faixa estável. ...”, para atingir um conforto térmico é necessário que a humidade relativa do ar no interior de uma habitação se mantenha entre os 50% e 70%, o que pode ser obtido pelo próprio edifício, sem recurso a meios mecânicos, a aplicação de materiais tradicionais porosos, permite absorver e libertar humidade, permitindo ao edifício respirar, equilibrando assim os níveis de humidade no interior independentemente das temperaturas exteriores.*

A forma arquitetónica era ainda influenciada por o vento e a chuva. O edifício era orientado de modo a que cobertura, geralmente de duas águas, fossem orientadas com as suas pendentes no sentido dos ventos chuvosos,

para impedir as infiltrações de água, e nas zonas menos expostas da casa eram rasgados os vãos. (Associação dos Arquitectos Portugueses, 2004)

Concluindo este capítulo, podemos dizer que a arquitetura vernácula tem o seu foco no uso dos materiais locais, especialmente naqueles pouco processados, que possam mais tarde vir a ser reutilizados. Assim, estas construções são economicamente mais favoráveis e têm um melhor desempenho energético.

Por fim, importa ainda referir que a promoção da arquitetura vernácula, pode ser relevante numa perspetiva de desenvolvimento económico e social e com um maior efeito, se os seus critérios de sustentabilidade forem aplicados à reabilitação de edifícios antigos, sem descartar algumas visões mais modernas, mas mantendo a sua essência tradicional, usando os métodos passivos de outrora e com recurso mínimo aos sistemas ativos.



174 Diagrama de Behling - Fonte Fernandes (2012)



175 Vista da degradação do Monte da Melancina - Imagem da autora 2018



176 Monte da Corte Negra - Imagem da autora 2018

6.3 REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL

“O processo de reabilitação ou da transformação arquitetónica, foi muito frequente ao longo da história da humanidade, quando conquistadores derrubavam ou ocupavam as construções dos conquistados, em que uma construção mudava de uso ou servia para novas construções. Essa condição ainda hoje está presente e contribui positivamente para o aumento do ciclo de vida das construções.”
(González, 2013)

Reabilitar por si só é uma ação sustentável que compreende uma gestão de recursos. No entanto, procura-se conciliar a reabilitação sustentável com uma autossuficiência energética do edifício, aplicando as premissas da arquitetura vernácula⁸⁸.

Assim entramos na abordagem de um novo conceito a reabilitação sustentável, esta difere de soluções de demolição, de construção nova ou mesmo de uma reabilitação convencional. Por a visão deste trabalho ser de cariz sustentável achou-se necessário expor a diferença dos dois conceitos de reabilitação mencionados.

⁸⁸ A reabilitação é um processo que exige um maior rigor e contenção, face a uma construção nova. A reabilitação requer uma sensibilidade de modo a que se respeite a história, a materialidade e as tecnologias do edificado pré-existente. (Ribeiro A. , 2016)

A reabilitação convencional é centrada em duas etapas, Análise e Diagnóstico, Projeto e Execução, a reabilitação sustentável é um processo global, integra os elementos da reabilitação convencional e acrescenta mais um faseamento às etapas anteriores, a de utilização/manutenção e desconstrução. As problemáticas inerentes à reabilitação convencional reúnem-se em questões de problema de qualidade, tempo e custos, o processo sustentável a estas temáticas acrescenta as preocupações ambientais e sociais. (Durão, 2013)

Assim, muita da matéria que se expôs no subcapítulo da construção sustentável é aplicada aqui no conceito de reabilitação sustentável, mas com uma maior taxa de sucesso de proteção ambiental, nomeadamente na minimização de consumo de recursos e energia e degradação ambiental, durante todo o ciclo de vida do edifício, e uma valorização patrimonial, por se tratar de uma reabilitação e não de uma construção nova⁸⁹.

Deste modo concluímos que a reabilitação sustentável, promove uma ocupação racional do solo, a diminuição dos níveis de poluição, não consome tanta energia na demolição, reintegração dos materiais na própria obra, há uma menor necessidade de número de recursos novos a aplicar, que de preferência locais, evitam gastos no transporte e na sua aplicação e é uma solução mais económica. (Mourão & Pedro, 2004)

A reabilitação sustentável aliada aos ensinamentos da arquitetura vernácula revela-se ainda como uma oportunidade para a criação de habitações passivas, autossuficientes, com um maior grau de conforto ambiental natural e ao mesmo tempo preservam o património arquitetónico da região. (AA.VV, Arquitectura de Terra em Portugal, 2005)

⁸⁹ A reabilitação perante a construção nova ou a processos de demolição, revela grandes vantagens económicas, não existem custos de demolição; os custos de instalação de estaleiro e de licenças e taxas são relativamente mais baixos; a aprovação de projeto é facilitada. (Durão, 2013)

Considerando os casos de estudo da presente dissertação como património edificado não classificado, este, ainda assim, é visto como uma referência histórica de extrema importância, sob o ponto de vista social, cultural e técnico, que merece ser preservado e considerado para uma reabilitação futura.

Ribeiro (2016) indica que para possibilitar a hipótese de reabilitação e recuperação das edificações, os edifícios devem adotar uma postura multifuncional. Se o estado atual de ruína em que se encontram, foi promovido por a perda da sua função primária, a reconversão de usos, utilizando o edifício para outros fins que não para os quais foi construído, surge como uma esperança e uma premissa a aplicar, garantindo a conservação do edificado, através do uso contínuo e permanente.

Sendo esta prática, na sua generalidade, uma mais-valia para o ambiente e para a região onde o edifício se insere, nem todas as reabilitações, já efetuadas, respeitaram o modelo primitivo da construção, acabando por arruinar a harmonia das proporções e o valor estético e ideológico tradicional, prejudicando a leitura e, conseqüentemente, a sua interpretação dos valores regionais presentes neste património material. (AA.VV, *Arquitectura de Terra em Portugal*, 2005)

Desta forma é imprescindível a ponderação dos valores vernáculos pelos arquitetos na reabilitação deste tipo de edificado, a simplicidade e a combinação harmoniosa dos componentes é o que torna a obra património, assim uma intervenção mais agreste, rompendo com o modelo inicial, torna-se extremamente visível e notória.

Muito antes do uso de betão armado a grande predominância de edificado em Portugal era de índole vernáculo, expostas todas as problemáticas que levaram à degradação destas obras e a necessidade de as revitalizar

conclui-se esta dissertação com o subcapítulo seguinte, que como indicado ao início, não entrando numa fase de projeto, procura entender, para a generalidade dos casos de estudo das arquiteturas rurais alentejanas deste trabalho, as melhores técnicas de reabilitação conjugando o tradicional às exigências da contemporaneidade.



177 Imagem representativa de uma parede estrutural, Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018



178 Imagem representativa da degradação do Monte da Horta de Cima - Imagem da autora 2018

6.4 ANOMALIAS E TÉCNICAS DE REABILITAÇÃO DE ARQUITETURA DE TERRA

O cenário de reabilitação de um edifício construído em terra na atualidade, representa muitas das vezes investimentos de privados, que simultaneamente, oferece uma série de vantagens, mas apresenta grandes dificuldades e sérios riscos.

Miguel Mendes em *A Construção de Terra em Portugal* (2005) apresenta quatro grandes razões do porque da fraca procura por a reabilitação dos edifícios de terra.

- O primeiro grupo engloba questões relacionadas com o receio de se optar por uma técnica raramente aplicada.
- A segunda problemática refere-se à ausência de condições de aplicabilidade desta prática. Desde questões de logística, técnicas, como o próprio projeto.
- No terceiro grupo é onde se encontra a pouco divulgação da técnica ao público no mercado nacional.
- Por último, são os aspetos económicos desta opção, por consequência do terceiro ponto, a dúvida instaura-se, será que esta a reabilitação da terra não acarreta mais custos que a construção convencional?

“... a valorização da técnica da construção em terra tem de passar por duas frentes únicas e incontornáveis: a sofisticação e modernização da sua execução e o seu desempenho a nível económico. Só quando estas duas condições forem atingidas é que a divulgação destas técnicas se fará de forma quase inevitável.” Miguel Mendes

Trabalhos como o que aqui está a ser realizado, servem também como forma de divulgação destas técnicas e a desmistificação dos problemas que são impostas a estas formas de reabilitar. Assim e respeitando 3 premissas de **custos controlados, escape ao uso de materiais industrializados e valorização histórica do local**, é exposto um conjunto de fatores e técnicas que devem ser aplicadas na reabilitação sustentável de edifícios de terra.

Segundo Appleton (2011) existem dois grupos de problemas ao qual se deve dar resposta no que concerne à reabilitação de edifícios antigos. A primeira problemática alude à proteção da envolvente do edifício e à necessidade de estanquidade à água, preservando o ambiente interior e a longevidade do edifício.

A segunda problemática é de carácter estrutural. As operações de reabilitação necessitam intrinsecamente de ser efetuadas por técnicos experientes no trabalho com terra, intervindo na estrutura do edifício, com o propósito de garantir um reforço e segurança estrutural, nomeadamente contra riscos de ações decorrentes do uso e de fatores exteriores à própria edificação.

Este autor expõe por patamares as necessidades inerentes de reabilitação referentes a cada elemento construtivo da edificação, na exposição desta temática iremos ter por base a estruturação que este apresenta.

Estruturas

A questão estrutural, é por norma, aquela que mais atenção requer nas operações de reabilitação. O conjunto de edifícios estudados têm, muito sinteticamente, as suas estruturas baseadas em paredes resistentes de pedra, adobe e taipa.

Sistematicamente existe uma descontinuidade estrutural com o tempo que resulta numa deficiente ligação entre diferentes elementos. Esta condição por si só é apresentada como uma patologia responsável por a perda da estabilidade estrutural. A geologia e a hidrografia local, aliada às chuvas e às temperaturas extremas, contribuem para o crescendo de patologias estruturais.

A reabilitação estrutural dos edifícios de terra nos dias de hoje tem sido praticada numa lógica de preservação integral da estrutura, ou seja, os elementos com potencial de recuperação são reparados e é feita a substituição do que não é possível recuperar.

Contudo, o estado de degradação de algumas habitações dita, por vezes, a necessidade de reconstruir na totalidade a estrutura. Nestes casos tenta-se empregar os conhecimentos de soluções tradicionais, com o a rápida eficácia de técnicas contemporâneas.

“O objetivo central de uma intervenção deve ser o de conseguir que um edifício antigo possa, depois de intervencionado, garantir níveis de segurança estrutural similares aos que se exigem a estruturas de edifícios novos.” (APPLETON, 2011)

É certo que esta é uma etapa difícil de alcançar, contudo, Appleton, refere existe sempre a possibilidade de melhorar a estrutura de um edifício, através do reforço das fundações, soluções de injeção dos solos, micro-estacas, cintagens de aço ou a utilização de pregagens curtas e largas. Estas

medidas, bastante eficazes não colocam em causa a identidade da edificação e não têm um custo elevado.

Concluindo as medidas de reforço estrutural jamais devem ser negligenciadas e importa ainda referir que as mesmas adotadas para um reforço estrutural, devem ser produzidas consoante o tipo de estrutura que o edifício apresenta.

Paredes

No caso dos montes alentejanos a maioria das paredes, especialmente as exteriores, apresentam elas próprias um carácter estrutural. Assim é ainda necessário olhar para estes elementos de uma forma mais cuidada, e perceber as suas fraquezas de modo a que estas se possam contornar, reforçando o seu correto comportamento funcional.

Os materiais que compõem as paredes tipicamente alentejanas, como referido anteriormente, são muito permeáveis e porosos, naturalmente, favorecem o processo de humedificação e de absorção de água.

As anomalias mais preocupantes, que conduzem a infiltrações, acontecem quando as paredes apresentam fissuras, empolamentos, ou destacamentos de rebocos. No caso particular do Alentejo as sucessivas camadas de reboco de cal evitam as infiltrações. A dilatação da cal em contacto com a humidade ajuda a tapar pequenas fendas causadas por retração do material quando exposto às elevadas temperaturas do verão do Alentejo. O reboco à base de argamassas de cal e a própria caiação garantem a estanquidade à água da chuva e ao mesmo tempo libertam facilmente para o exterior a humidade do ambiente interior.

Referente ao comportamento térmico do edifício a grande espessura e materialidade das paredes assume a função de isolamento térmico, não havendo a necessidade de recorrer a produtos industrializados para um correto desempenho térmico da habitação.



179 Representação genérica das paredes dos montes, Monte do Queimado - Imagem da autora 2018

Outro fator que importa referir, na reabilitação das paredes tradicionais de terra, e que requer especial atenção, é o fator de contemporaneidade exigido nos dias de hoje, que muitas das vezes é solicitado por os clientes que optam por reabilitar antigas estruturas habitacionais rurais.

Neste âmbito uma exigência requisitada é a modelação das paredes, de forma a transportar a iluminação natural até ao interior da habitação. Miguel Peixinho (AA.VV, Arquitectura de Terra em Portugal, 2005)

Neste sentido as fachadas de terra tomam uma nova configuração, ao fazer-se a abertura de vãos com diferentes alturas e afastamentos. De forma a não haver uma perda do carácter de simplicidade das fachadas dos montes com os reduzidos vãos quase inexistentes, ao rasgar grandes vãos, deve existir uma compensação da linguagem arquitetónica, formada por grandes superfícies opacas, glorificando os traços tradicionais fachada do monte. (IDEM)

Caixilharias

Neste caso em concreto e com o romper de grandes vãos é necessária uma especial atenção para as caixilharias a utilizar na reabilitação. Desprendendo de soluções de vãos tradicionais (pequenas dimensões e caixilhos de madeira de pouca espessura) é necessário optar por uma solução contemporânea com elevados níveis de eficiência térmica e acústica e estanquidade à água, esta solução tem que ter a capacidade de coexistir com a construção primária e ao mesmo tempo responder às exigências contemporâneas. (APPLETON, 2011)

Miguel Peixinho acrescenta que os vãos devem vidros duplos de espessura conveniente, e que deve ser feito um aproveitamento da elevada espessura das paredes, posicionando os vidros com algum recuo face ao exterior, de forma a haver uma gestão natural do conforto térmico no interior da habitação através do aproveitamento do percurso solar diário e dos sistemas de ganhos solares passivos.

Coberturas

Comum a todos os casos de estudo, as coberturas apresentam uma estrutura de madeira.

“O que hoje parece um dado adquirido e de fácil entendimento, como é o caso da “redescoberta” da madeira como material estrutural, foi de facto o resultado de um caminho longo e acidentado, tanto que ainda agora há muitos resistentes e muitos que insistem no uso desajustado do cimento e do betão.” (APPLETON, 2011)

As coberturas inclinadas, elementos primordiais destas habitações, são hoje reabilitadas em estruturas de madeira por todas as vantagens que apresentam. A leveza, a fácil aplicação e manutenção, garantem às estruturas de madeira a capacidade de adaptação a cada obra concreta

Eventualmente, pode surgir a necessidade de reforço de zonas particulares, como cumeeiras, rincões e larós, mas este reforço é efetuado com o recurso a elementos leves de aço, colocando de lado o uso de betão ou cimento. Além da qualidade estrutural da cobertura, importa também, certificar a estanquidade dos restantes elementos construtivos. Assim as técnicas tradicionais evoluíram para um sistema de aplicação de subtelhas ou a execução de guarda-pós em contraplacado que acompanhados de complementos de impermeabilidade à base de telas micro-perfuradas garante a proteção da construção aos fatores climáticos adversos. (APPLETON, 2011)

Termina-se assim este trabalho com a esperança que as premissas de reabilitação aqui expostas possam servir como modelo para intervenções futuras na arquitetura rural alentejana.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos históricos, sociais, económicos e culturais, que conduziram ao estabelecimento das grandes propriedades latifundiárias no Alentejo, estabelecem aquilo que reconhecemos, nos dias de hoje, como paisagem característica desta região.

Esta paisagem, cujo valor intrínseco sempre foi reconhecido, sofreu grandes transformações até meados dos anos 90 do século passado, fundamentada por uma série de fatores de ordem natural, económica, social, que conduziram ao abandono e à degradação do património arquitetónico rural, como verificado neste trabalho, poucos são os montes que resistiram até hoje e que preservam a sua atividade como sede de exploração agro-pecuária.

Composto por um amplo número de componentes intrinsecamente ligados à produção agrícola, o monte adapta as necessidades e o modo de vida do trabalhador rural ao território, resultando numa simbiose entre a unidade produtiva e a paisagem.

Dispersos um pouco por toda a paisagem, estes elementos revelam uma íntima relação com o território envolvente, nomeadamente com o aproveitamento das características geológicas e climáticas, resultando num modelo de arquitetura tradicional que revela um importante conhecimento

da arte de construir com a utilização de recursos naturais e sistemas mais aptos, que lhes conferem melhor qualidade e conforto.

Mas este conhecimento das técnicas e materiais vernáculos, que passava de geração em geração e provinham do conhecimento empírico dos antigos mestres, encontram-se em vias de desaparecer em resultado da globalização e dos processos industriais a ela associados.

O resultado deste processo traduz-se portanto, no abandono dos materiais e técnicas de construção com terra e respetivos benefícios económicos, funcionais, estéticos e sustentáveis, emergindo na descaracterização da arquitetura tradicional, que já não se centraliza nas estritas relações adaptativas com o meio, mas sim pela adoção de modelos de construção universais sem qualquer contributo, natural, cultural, social ou económico, sem qualquer grau de sustentabilidade inerente provocando um uso de meios artificiais para se atingir o conforto nas habitações.

Não se tendo optado pela realização de projeto, optou-se por fazer um levantamento e um conjunto de registos escritos e desenhados de exemplares de arquitetura vernácula, mas raros são aqueles que se mantiveram fiéis aos traços do passado, a maioria encontra-se ao abandono ou está completamente degradada.

O interesse por o estudo destas construções que hoje parecem obsoletas, desprovidas de utilidade à sociedade industrializada, é a sua enorme capacidade de revelar soluções simples de um eficiente ordenamento territorial, de serem construções naturais e saudáveis para o humano e para o ambiente e ainda garantirem a preservação dos valores tradicionais imateriais, aliados ao património material vernáculo, afirmando uma contraposição à homogeneização cultural identitária.

Além disso, o impacto ambiental associado à prática corrente do sector da construção, com uma excessiva emissão de dióxido de carbono para a atmosfera, uma exagerada exploração dos recursos não renováveis e um dispendioso gasto energético incorporado em todo o ciclo de vida do edifício, resultante da transformação e processamento e transporte de materiais industrializados, torna patente a necessidade de encontrar alternativas de construção mais sustentáveis.

Deste modo os ensinamentos de construção ancestrais e os contributos sustentáveis que a arquitetura vernácula apresenta, devem ser entendidos como um modelo exemplar de boas práticas de reabilitação sustentável, aliando uma nova prática construtiva em que se preservam as tradições, conjugadas com apontamentos de contemporaneidade.

Esta prática de reabilitação sustentável deve ser divulgada e posta em prática, essencialmente para preservação de valores patrimoniais, mas por ser um exercício muito mais saudável, ao utilizar materiais naturais, locais, reutilizáveis ou biodegradáveis, representando um decréscimo do impacto ambiental e ainda corresponderem positivamente às exigências do conforto térmico, através do emprego de soluções passivas.

Para contrariar a tendência de desertificação das áreas rurais e promover a reinserção dos montes alentejanos no quotidiano, foi imprescindível a análise da evolução e da transformação do território alentejano, para se conceber novas ideias programáticas, que se pudessem inserir na realidade atual, justificando a reabilitação.

Esta análise resultou assim num entendimento do potencial do território, nomeadamente a introdução do empreendimento do Alqueva e todas as possibilidades que este promove. Para a ideia de revitalização dos montes, este empreendimento é uma mais valia, pois ao aumentar a diversificação

das culturas agrárias e ao estender as áreas propícias à agricultura, os montes podem voltar a tomar o seu uso primordial de sede de habitação para quem cultiva as terras, podem ser inseridas num contexto de habitação temporária aos trabalhadores imigrantes sazonais, podem servir de base a um sistema de permacultura, nos montes com mais unidades habitacionais pode ainda ser desenvolvido um sistema de Eco aldeia e podem ainda ser reabilitados num contexto de promoção de agroturismo. Ao adaptarem-se aos modos de vida contemporâneos, podem ainda assumir-se como habitação primária ou secundária ao surgirem como alternativa ao ritmo acelerado da vida urbana.

Importa assim fazer um reforço da necessidade de revitalizar os montes abandonados no território alentejano, através de iniciativas que deverão ser tomadas por parte de agentes locais, entidades privadas ou do aproveitando de fundos comunitários e programas de desenvolvimento. Pois é possível constatar que estamos perante uma unidade de paisagem cultural, que apresentando os seus atributos poderia vir a ser promovida e dado o reconhecido valor à semelhança de outras paisagens agrárias e arquiteturas típicas portuguesas, tais como a **Paisagem da vinha do Alto Douro, a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico ou o programa das aldeias de xisto**.

Com a ambição de valorização da região alentejana, esta dissertação procurou, contribuir para o reconhecimento e revitalização do património arquitetónico rural do Baixo Alentejo, para que este não seja ignorado por as gerações precedentes. É esperado assim que este trabalho contribua para reforçar a ideia de que se pode construir o futuro através das referências do passado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Pallasmaa, J. (2012). *Encounters: architectural essays* (2ª Edi. ed., Vol. 1ºVol.). Helsinki, Rakennustieto.
- AA.VV. (2005). *Arquitetura de Terra em Portugal*. Argumentum.
- AA.VV. (2006). *Terra: Forma de Construir*. Lisboa: Argumentum e ESG/ Escola Superior Gallaecia.
- AA.VV. (2009). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional*. Edições Afrontamento.
- AAVV. (2007). *Olhar o Monte Alentejano a Pretexto de Alqueva* (Vol. Nº 03 COLECÇÃO MUSEU DA LUZ). Beja: Beja: Museu da Luz/ EDIA.
- Amado, M., Reaes Pinto, A., Alcaface, A., & Ramalheite, I. (2015). *Construção Sustentável - Conceito e Prática*. Casal de Cambra. Caleidoscópio.
- APPLETON, J. (Março de 2011). *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e Tecnologias de Intervenção* (2.ª Edição ed.). ORION.
- Associação dos Arquitectos Portugueses. (2004). *Arquitetura Popular em Portugal* (4ª ed., Vol. Vol. 2). Lisboa: AAP.
- Augusto, C. (2011). *A metodologia da avaliação do ciclo de vida na definição de critérios de sustentabilidade em edifícios*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Baganha, J. (2016). *A Arquitetura Popular dos Povoados do Alentejo*. Lisboa: Edições 70.
- Baptista, L. S. (2014). *Ruínas Habitadas*. ARQA, 112.
- Belo, D., Mattoso, J., & Daveau, S. (2010). *Portugal, O Sabor da Terra. Um retrato*. Lisboa: Temas e Debates.
- Brito e Silva, G. (2014). *Portugal em ruínas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- Cabral, F. C. (1993). Fundamentos da arquitectura paisagista. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Candau, J. (2011). Memória e identidade. São Paulo: Contexto.
- Carapinha, A. (1995). A escrita na Paisagem. Festival de performance e artes da terra.
- CCDR-Alentejo. (2010). PROT - Alentejo - Relatório Fundamental.
- Choay, F. (1992). L'allégorie du Patrimoine. Paris: Éditions du Seuil.
- Coelho, A. Z., Torgal, F., & Jalali, S. (2009). A Cal na Construção. Guimarães: TecMinho.
- Correia, J. A. (1996). Montes e Povoados no Sudeste Alentejano: Monsaraz. Tese Final de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Correia, J. R. (2010). Olhar o Alentejo. Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.
- Correia, M. (2007). Taipa no Alentejo. Lisboa: Argumentum.
- Correia, M., & Jorge, V. O. (Edits.). (2006). Terra: Forma de Construir. Arquitectura-Antropologia-Arqueologia, 10ª Mesa-Redonda de Primavera. Lisboa: Argumentum.
- Correia, M., Jorge, V. O., & Jorge, F. (Edits.). (2007). Terra em Seminário. V Seminário Arquitectura de Terra em Portugal. Lisboa: Argumentum.
- Costa, A., & Pereira, H. (2007). Montados e sobreirais: uma espécie, duas perspectivas. (P. Social, Ed.) Os Montados – Muito para além das árvores, Volume 03, Colecção As Árvores e Florestas.
- Costa, M. R. (2014). Casas e montes da serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Porto: Afrontamento.
- Cutileiro, J. (1977). Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa), (1ª Edição ed.). Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- d'Abreu, C. (2004). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Direcção Geral de Ordenamento do Território.
- DGOTU, D. (2004). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Lisboa: Direcção geral do ordenamento do território e desenvolvimento urbano.

- Durão, C. O. (2013). REABILITAÇÃO SUSTENTÁVEL - Introdução de Metodologias e Estratégias Sustentáveis. Projeto para a obtenção de Grau de Mestre, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, Arquitetura de Interiores, Lisboa.
- Espanca, T. (1966). Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.
- Fernandes, J. M. (1991). A Arquitectura Sínteses da cultura Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Fernandes, M. (2008). Os materiais e os sistemas construtivos tradicionais na região dos mármore. Monumentos, 27.
- Ferreira, D. d. (2000). Environmental impact of land use change in the inner Alentejo in the the 20th century. Em O. Slaymaker, Geomorphology and Human Activity: Their Role in Global Environmental Change. J. Wiley & Sons.
- Ferreira, D. d. (2001). Evolução da Paisagem de Montado no Alentejo Interior ao Longo do Século XX: Dinâmicas e Incidências Ambientais. FInisterra, XXXVI(72).
- Ferreira, D., Fragoso, M., & Gomes, P. (2000). Climate change and man-induced vulnerability of environment, International Conference of Climate Change. Science, Economics and Politics. Painel 12. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fonseca, A. (2004). O Montado no Alentejo (Século XV a XVIII). Lisboa: Edições Colibri.
- Fragoso, L. C. (2016). A PAISAGEM, AS ALDEIAS E OS MONTES. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista, Universidade do Algarve, Arquitetura Paisagista.
- Garção Truta, B. S. (2016). Da Paisagem ao Monte Alentejano – “O Monte do Convento” em Alvito”. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Arquitetura Paisagista, Porto.
- Gaspar, J. (1993). As regiões portuguesas. Lisboa: Direção Geral do Desenvolvimento.
- González, F. D. (2006). Geometrias da Arquitectura de Terra. Lisboa: Lusíada Editora.
- González, F. D. (2013). A estereomorfologia : um contributo da geometria para o desenvolvimento sustentável. Obtido de <http://hdl.handle.net/11067/315>

- Krier, L. (1999). *Arquitectura escolha ou fatalidade*. Lisboa: Estar.
- Krupp, J. (2016). *O município de Alcoutim no inquérito à arquitectura popular em Portugal : passado e presente*. Tese de Mestrado, Universidades Lusíada, Arquitectura, Lisboa.
- Lacerda, M., & Ramalho, M. (2006). *Património Arquitectónico Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção*. Património Estudos, nº 9.
- Lavrador , A., & Lousada, M. (2007). *Região e Identidade – O Caso do Alentejo*. VI Congresso da Geografia Portuguesa. Lisboa.
- Lino, R. (1933). *Casas portuguesas*. Lisboa: Valentim de Carvalho.
- Lucena, A. (1964). *O Monte Alentejano*. O Bejense, A.55(972).
- Macedo, M. B. (1945). *A casa rural: o silo*. Direção Geral dos Serviços Agrícolas. Astoria Editora.
- Mascarenhas, J. M., Barata, F. T., & Capelo, S. (2014). *O Monte Alentejano na Encruzilhada do Tempo*. Évora: Universidade de Évora.
- Mateus, R., & Bragança, L. (2006). *Tecnologias construtivas para a sustentabilidade da construção*. Ermesinde: Edições Ecopy.
- Mateus, R., Fernandes, J., Bragança , L., Almeida, M., & Silva, S. (2015). *Contributos da arquitetura vernácula portuguesa para a sustentabilidade do ambiente construído*. Porto.
- Mattos, M. (1995). *As chaminés alentejanas*. Volume II.
- Mestre, V. (2009). *O Monte Alentejano, uma Identidade de Raízes Ancestrais - contributos para o seu conhecimento e permanência*. Lisboa: VMSA arquitectos.
- Monteiro, C. (2016). *Evolução da Paisagem de Montado na Área Abrangida pelo EFMA*. Évora.
- Monteiro, N. G., Ramos, R., & Vasconcelos e Sousa, B. (2012). *História de Portugal (Edição Especial ed.)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Montes, A. (Outubro de 1940). *O Monte Alentejano*. C.P Boletim(Nº136).
- Montes, A. (s.d.). *O Monte Alentejano*.
- Mourão, J., & Pedro, J. (2012). *Princípios de edificação sustentável (1ª Ed. ed.)*. Lisboa: LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Mourão, J., & Pedro, J. B. (Abril de 2004). *Arquitectura e Sustentabilidade Ecológica*. (L. N. Ecológica, Ed.) *Arquitectura e Vida*, Nº48, 28-31.

- Moutinho, M. (1995). *A Arquitectura Popular Portuguesa* (4^a ed.). Lisboa: Editorial Estampa.
- Oliveira, E. V., & Galhano, F. (2003). *Arquitectura Tradicional Portuguesa* (5 ed.). Lisboa: Dom Quixote.
- Pallasmaa, J. (Nov/Dez de 2012). *Newness tradition and identity: existential content and meaning in architecture* (Vol. 220). London.
- Pereira Fernandes, J. (2012). *O contributo da Arquitectura Vernacular Portuguesa para a Sustentabilidade dos Edifícios*. Universidade do Minho.
- Pereira, V., & Martins, J. G. (2005). *Materiais e técnicas tradicionais de construção*. Porto: UFP.
- Perry, G. A. (1883). *Carta Agrícola do Concelho de Beja*.
- Picão, J. d. (1947). *Através dos Campos - Usos e costumes agrícola - alentejanos*. Lisboa: Editora Neogravura.
- Pinto, J. C. (2007). *Arquitectura da Planície, cinco situações de montes no Alentejo*. Lisboa: ACD+FAUTL.
- Proença, R. (s.d.). *O Monte Alentejano*. Revista Ovelha.
- Quintino, G. (2015). *Arquitectura Vernácula no Sudoeste Algarvio - Uma contruibuição para a conservação e sustentabilidade da arquitectura. Traditional Architecture In The Western Mediterranean - 1st International Conference Book* (pp. p. 78-82). Mértola: Argumentum.
- Reis Pinto, A., & Oliveira, C. (2011). *Características de sustentabilidade de materiais de construção renováveis*. (Nº3 2º Semestre), pp.63-75.
- Reis, M. d. (2002). *O Monte Alentejano - a transformação no século XX*. Lisboa: Associação de Estudos Rurais, Universidade Nova de Lisboa.
- Ribeiro, A. (2016). *Património Vernacular Construído – O beiral, o espigueiro e a eira: formas, usos e contextos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras Universidade do Porto, História da Arte Portuguesa, Porto.
- Ribeiro, F. F. (2017). *PRÁTICAS DE REABILITAÇÃO EM ÁREAS RURAIS*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura.
- Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Ribeiro, O. (1961). Geografia e Civilização: A Civilização do Barro no Sul de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, V. (2008). Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Porto: Afrontamento.
- Rocha, R. A. (2014). Arquitectura entrópica, entre a matéria e o tempo. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusíada de Lisboa, Faculdade de Arquitectura e Artes, Lisboa.
- Rossi, A. (1998). Autobiografia científica (2ª Ed. ed.). Barcelona: Gustavo Gili.
- Santos, J. D. (2013). La tradición innovada: escritos sobre regresión y modernidad. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos.
- Saraiva, M. (2012). As paisagens produtivas no mundo rural perplexidades e desafios. (08).
- Saramago, A. (2007). Livro-Guia do Alentejo. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Silva, F. J. (2011). Em redor do Grande Lago: a água e a paisagem em Alqueva através do texto legislativo e institucional. ISCTE , Departamento de Antropologia, Lisboa.
- Silveira, L. E. (1991). Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX.
- Teles, S. (2013). HABITAR A PAISAGEM ALENTEJANA- A PARTICULARIDADE DOMONTE. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Universidade de Évora, Arquitectura, Évora.
- Torres, C. (2005). A Memória da Terra. Em Arquitectura de Terra em Portugal. Argumentum.
- van Lengen, J. (2010). Manual do Arquitecto Descalço. Dinalivro.
- Vasconcelos, J. L. (1995). Etnografia Portuguesa (Vol. II Volume). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Velosa, J. (2009). Os Efeitos de Grandes Barragens no Desenvolvimento Socioeconómico Local. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Web

- Bianchi, P. (s.d.). *Técnica Construtiva : Adobe*. Obtido de Slide Share: <https://pt.slideshare.net/abianchipaula/arquitetura-do-brasil-adobeequipe-14>
- Champetier, Y. (1998). O Recurso-pratrimónio. *Leader Magazine*, N^o17. Obtido de <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/herit/art01.htm>
- Colin, S. (s.d.). *Técnicas construtivas do período colonial – I*. Obtido em 18 de Dezembro de 2017, de Coisas da Arquitetura: <https://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>
- Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. (s.d.). Obtido em 10 de 2018, de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>
- Cunha, C. (s.d.). *Alvenaria - Técnica e Arte*. Obtido de Slide Share: <https://pt.slideshare.net/Faumack/alvenaria-tnica-e-arte>
- Dados Abertos IGEO*. (s.d.). Obtido de IGEO Informação Geográfica: <http://www.igeo.pt/>
- Direção-Geral do Território. (2015). *Uso do Solo*. Obtido de Sistema Nacional de Informação Geográfica: <http://snig.dgterritorio.pt/portal/index.php>
- Fathy, H. (1986). *Natural energy and vernacular architecture: principles and examples with reference to hot arid climates*. Chicago: The University of Chicago. Obtido de <http://archive.unu.edu/unupress/unupbooks/80a01e/80A01E00.htm>
- González, F. D. (2013). *A estereomorfologia : um contributo da geometria para o desenvolvimento sustentável*. Obtido de <http://hdl.handle.net/11067/315>
- Imbroisi, M., & Martins, S. (1998). *CONSTRUINDO COM TAIPA DE MÃO E DE PILÃO*. Obtido de História das artes: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/construindo-com-taipa-de-mao-e-de-pilao/>
- LNEG. (2010). *Geoportal LNEG*. Obtido de LNEG Investigação para a Sustentabilidade: <http://www.lneg.pt/>

- Marcela, E. (27 de 11 de 2012). *Ruínas do Convento de São Cucufate*. Obtido em 10 de 2018, de Documentar o Mundo: <http://www.documentaromundo.com/2012/11/ruinas-do-convento-de-sao-cucufate.html>
- Mateus, R. (2009). *Avaliação da sustentabilidade da construção - Propostas para o desenvolvimento de edifícios mais sustentáveis*. Tese de doutoramento em engenharia civil, Universidade do Minho, Engenharia Civil. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9886?mode=simple>
- Menezes, M. (2015). *HISTÓRIAS DA CAL*. Obtido em 2018, de LNEC: http://www.lnec.pt/fotos/editor2/cursos/apresent/mmenezes_set_2015-divulgar.pdf
- Nasiasene, A. (s.d.). *Diário de um historiador com uma câmara na mão*. Obtido em 18 de Dezembro de 2017, de Rota Mogiana: <http://www.rotamogiana.com/2012/01/taipa-de-pilao.html>
- Nogueira, P. (22 de 01 de 2016). *UM PORTUGAL ESQUECIDO...* Obtido de Histórias com História: https://historiaschistoria.blogspot.com/2016/01/um-portugal-esquecido_21.html
- Pinheiro, M. (2006). *Ambiente e Construção Sustentável*. Amadora: Instituto do Ambiente. Obtido de http://www.lidera.info/resources/ACS_Manuel_Pinheiro.pdf
- Poemas sobre o Alentejo*. (s.d.). Obtido em 6 de Maio de 2018, de A viagem dos argonautas: <https://aviagemdosargonautas.net/2012/04/23/poemas-sobre-o-alentejo-manuel-alegre/>
- PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO*. (2000). Obtido em 09 de 2018, de Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecravovia2000.pdf>
- PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO ALENTEJO 2007-2013*. (Julho de 2012). Obtido em Setembro de 2018, de Quadro de Referência Estratégico Nacional: http://www.qren.pt/np4/file/3149/POAlentejo_Novo_texto_2012.pdf
- Quitério, P. (s.d.). *Arquitecturas ou vivências de um espaço (Algarve-Portugal)*. Obtido em 17 de Maio de 2018, de

https://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/actas/cisav05/co_35.pdf

Roseiro, J. R. (2012). *Causas, Anomalias e Soluções de reabilitação estrutural de edifícios antigos*. Obtido de file:///C:/Users/Kama/Downloads/Roseiro_2012.pdf.

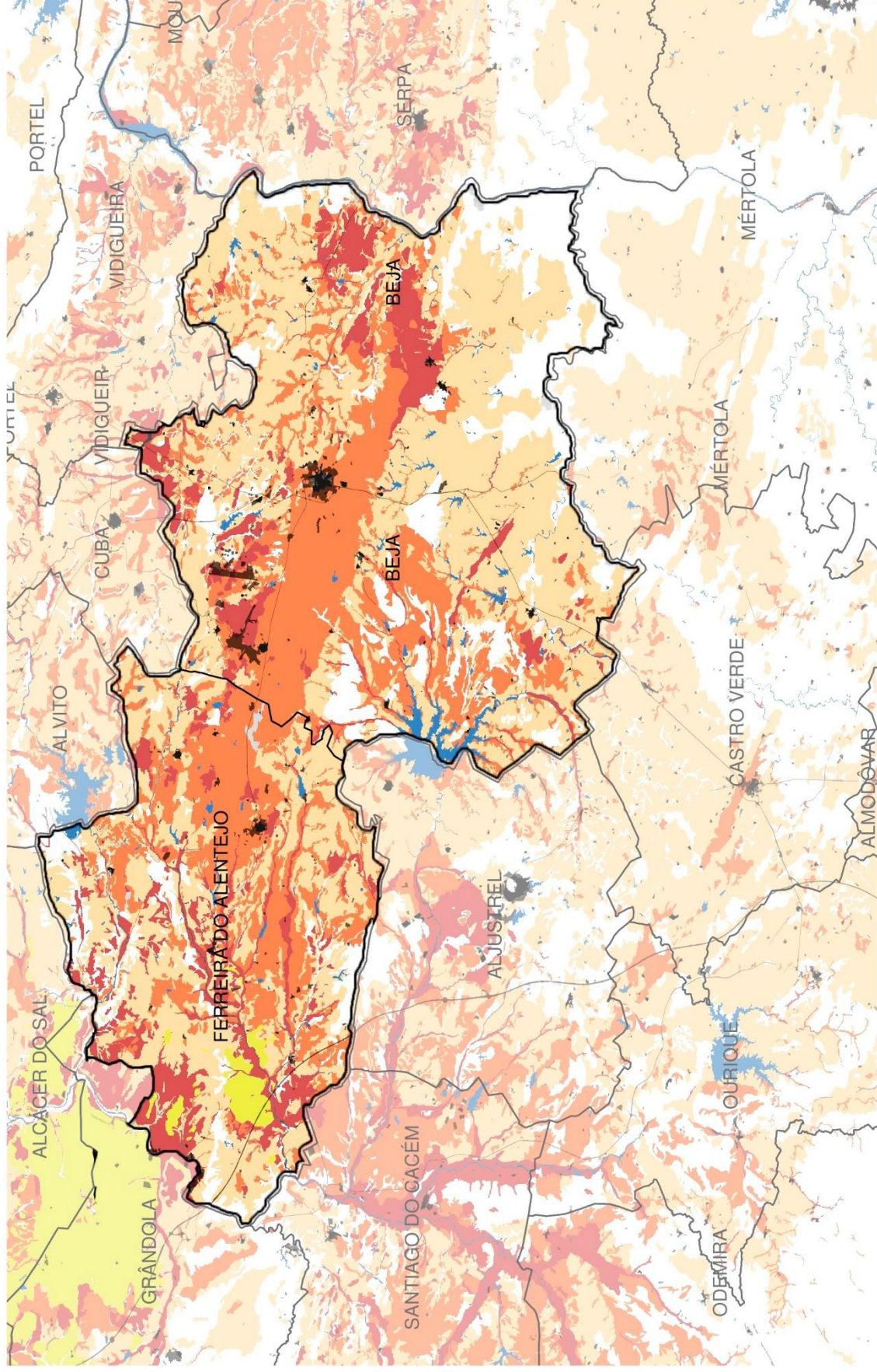
Torgal, F., & JALALI, S. (2011). *A sustentabilidade dos materiais de construção* (2ª ed. ed.). Vila Verde, Minho: TecMinho. Obtido de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28852>



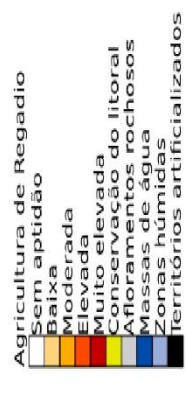
ANEXOS

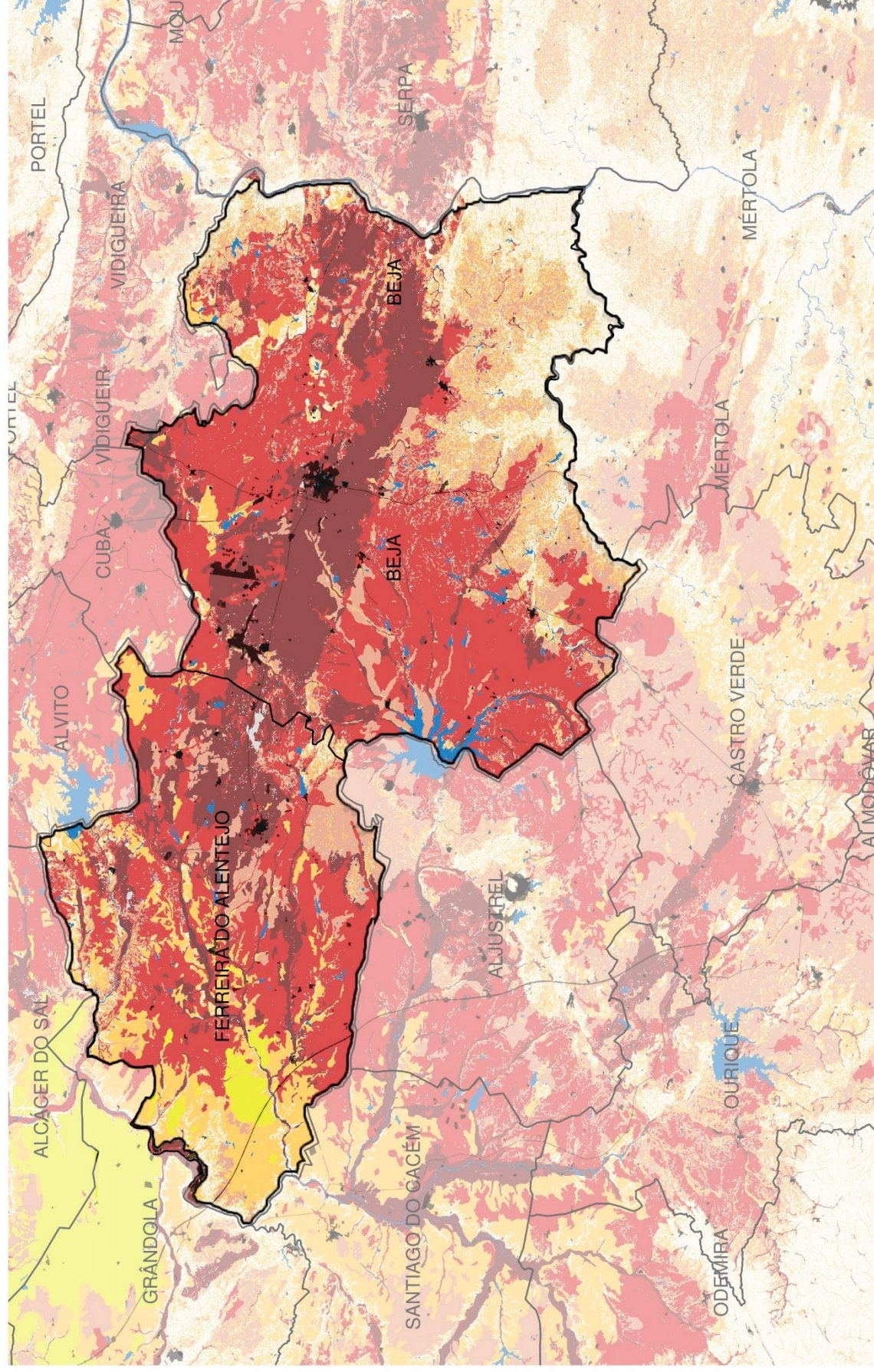
ANEXO 1 - CARTAS GEOGRÁFICAS

ANEXO 1 - CARTAS GEOGRÁFICAS



Agricultura de Regadio





Agricultura de Sequeiro

Agricultura de Sequeiro

☐ Extremamente condicionada

Muito condicionada

Muito com
Moderada

Elevada

Muito elevada

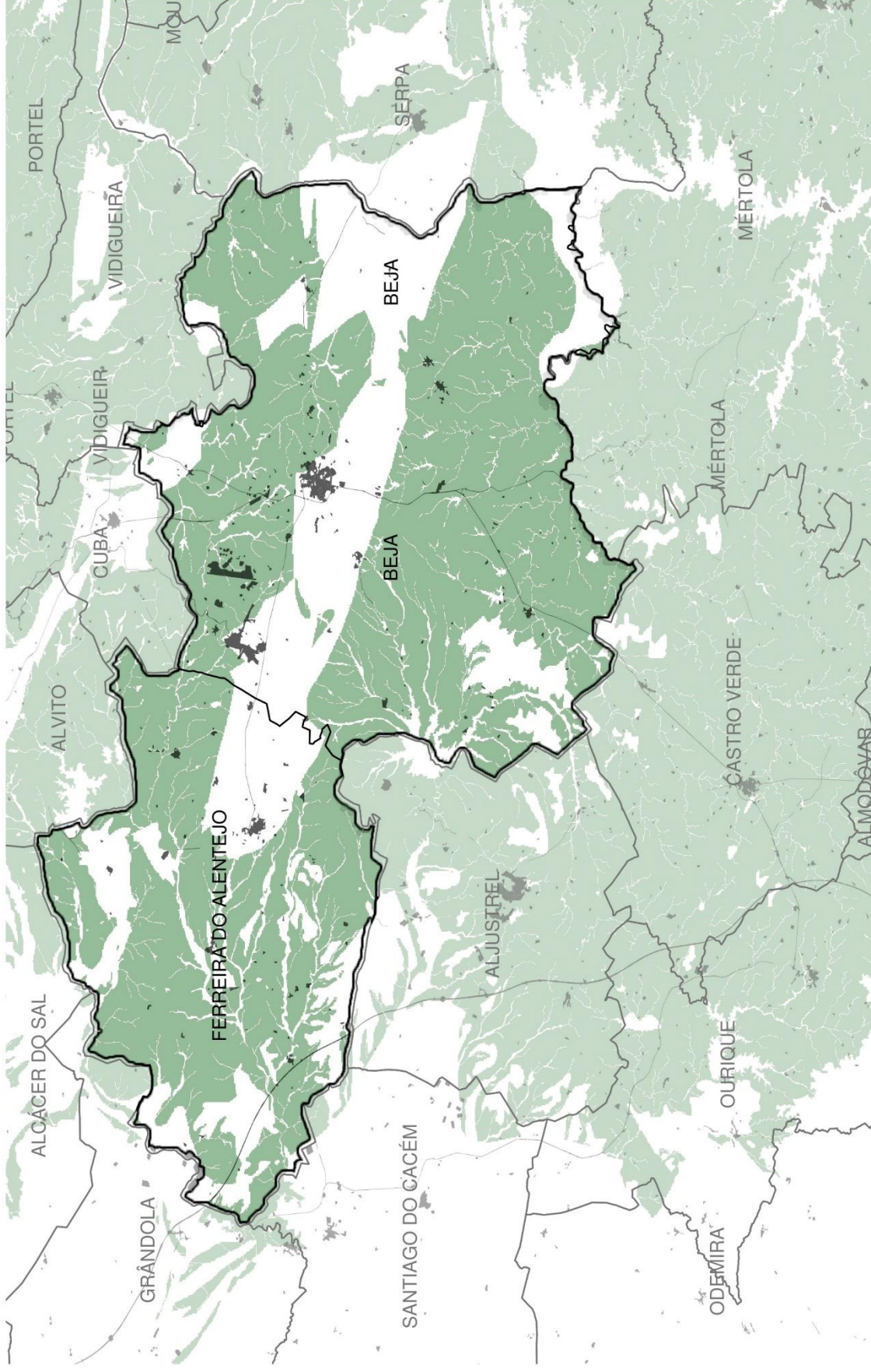
Conservação do Litoral

Afloramentos rochosos

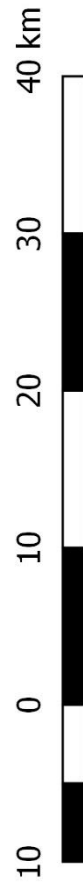
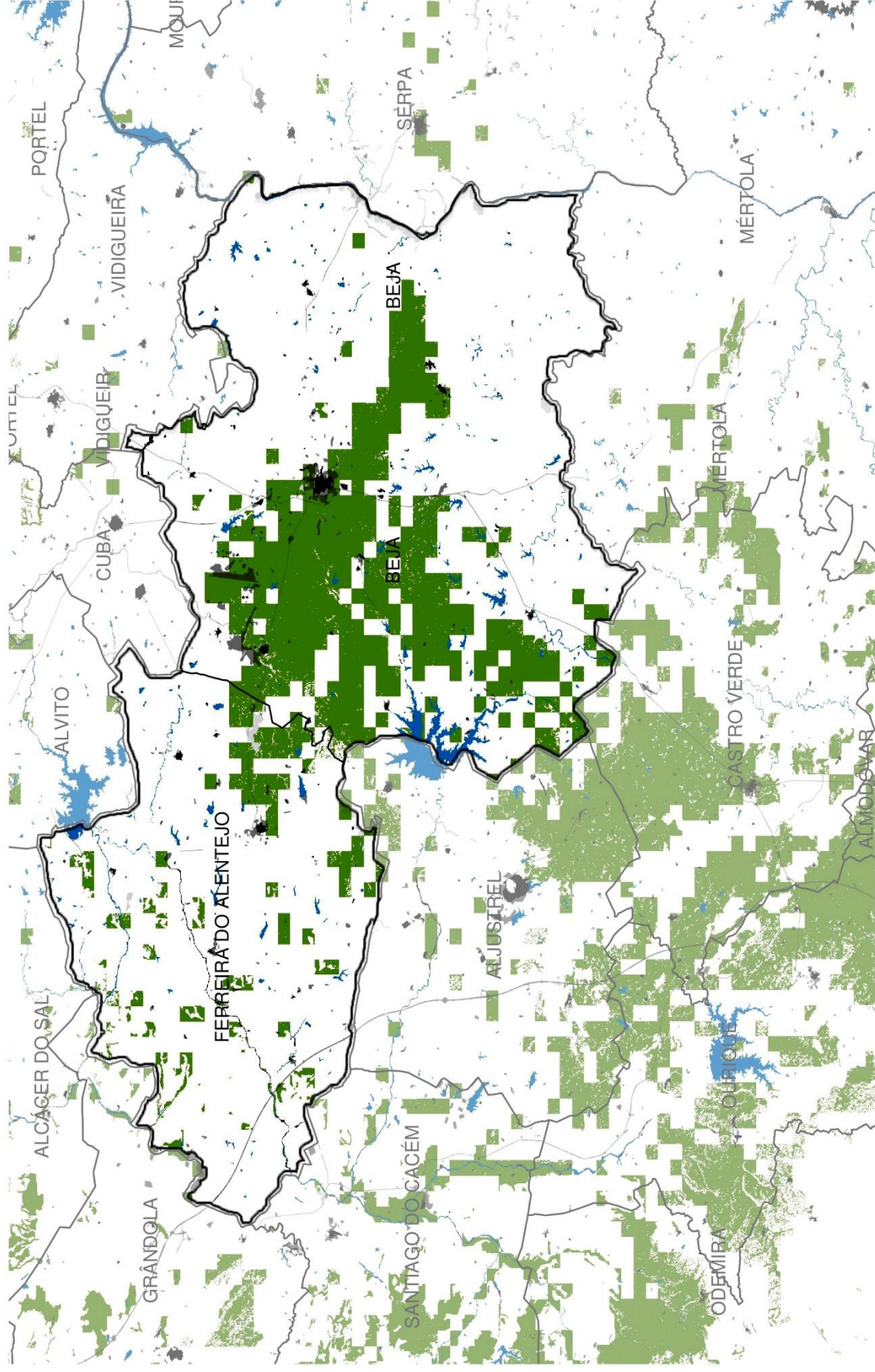
Massas de água

■ Masas de agua
■ Zonas húmedas

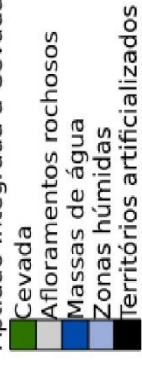
Territórios artificializados

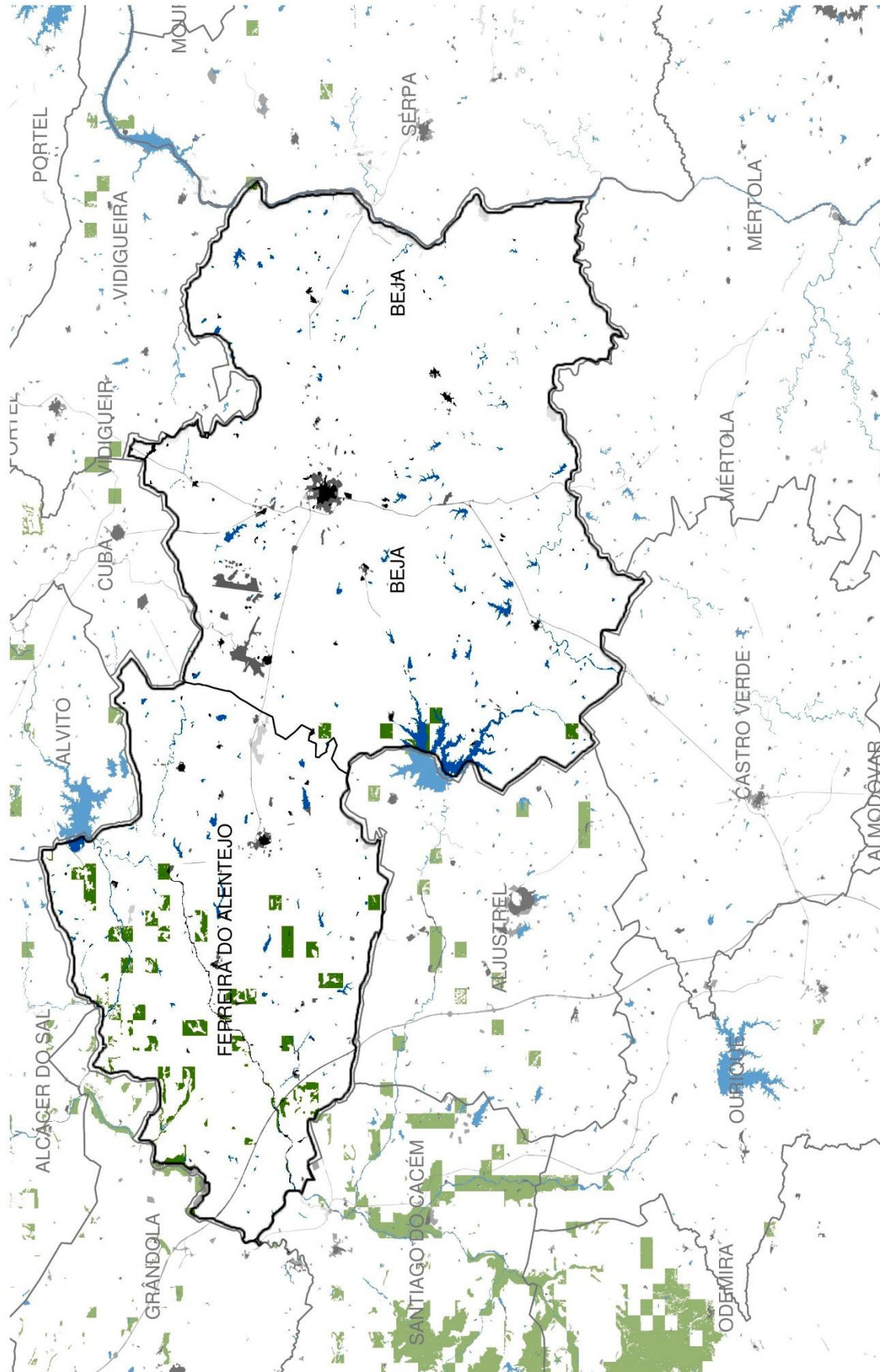


Azeitão - *Quercus rotundifolia* Lam.
Azeitão florestal



Aptidão Integrada à Cevada

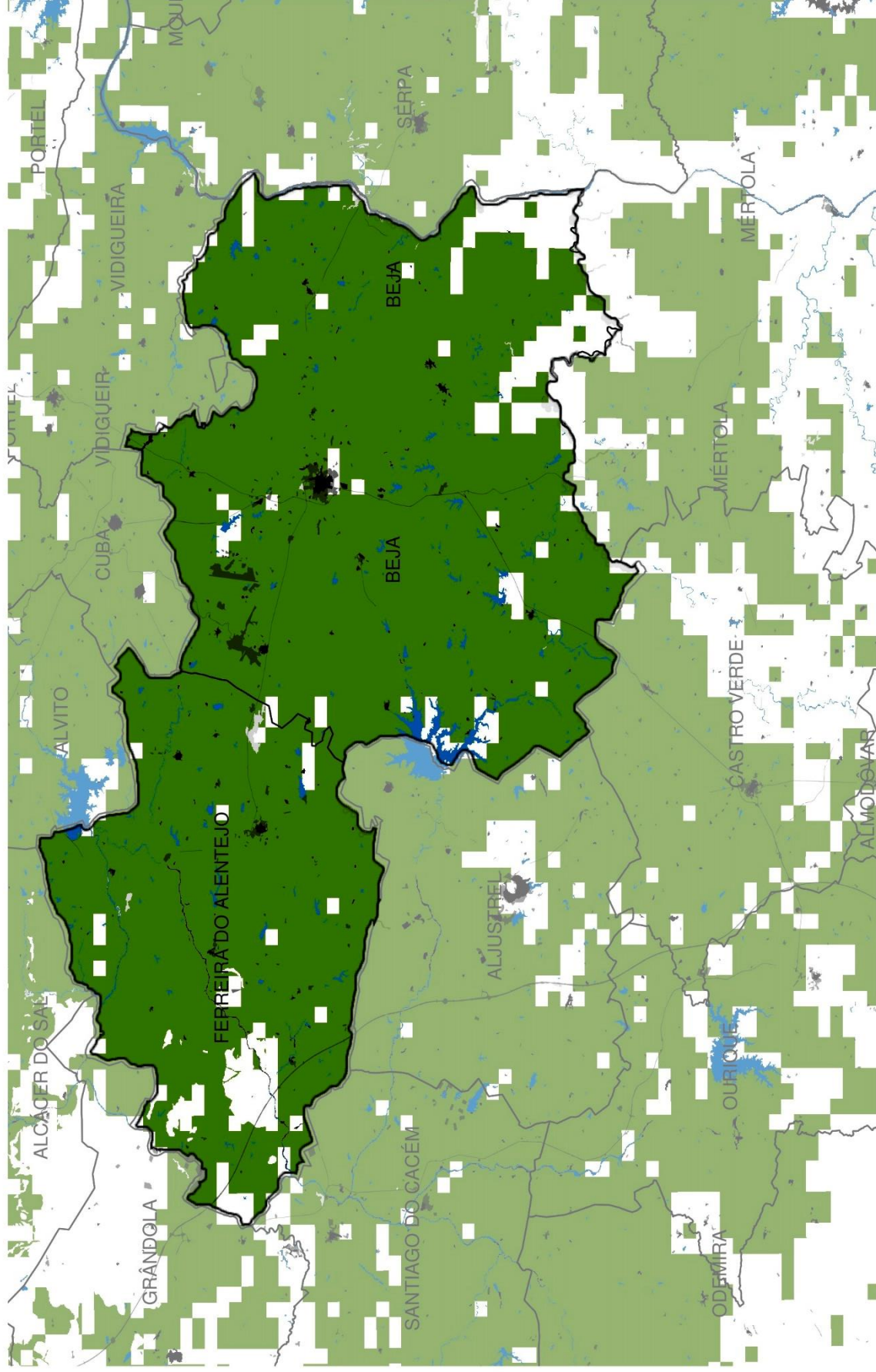




Aptidão Integrada ao Girassol

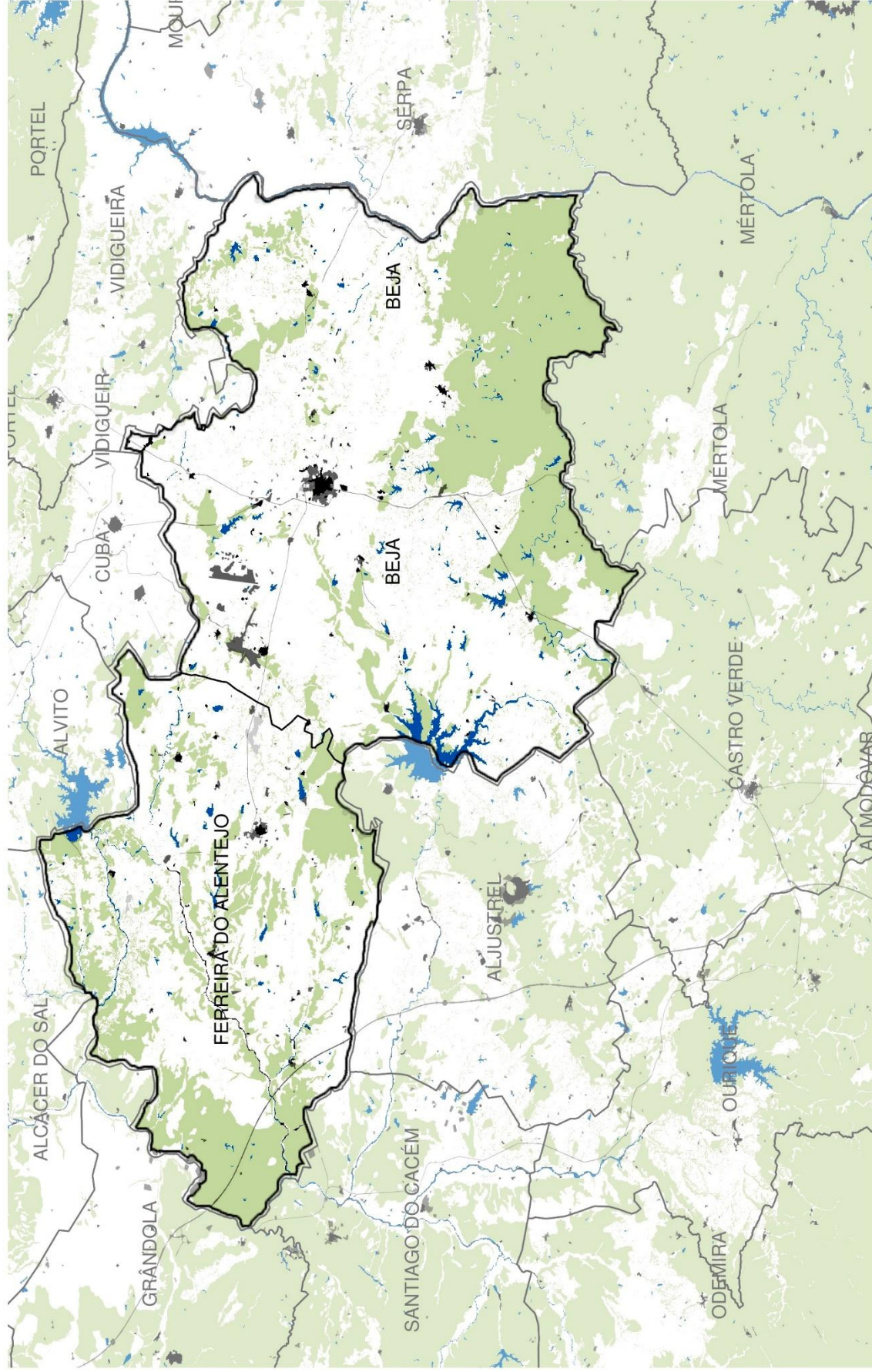
- Girassol
- Afloramentos rochosos
- Massas de água
- Zonas húmidas
- Territórios artificializados



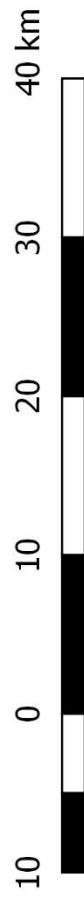


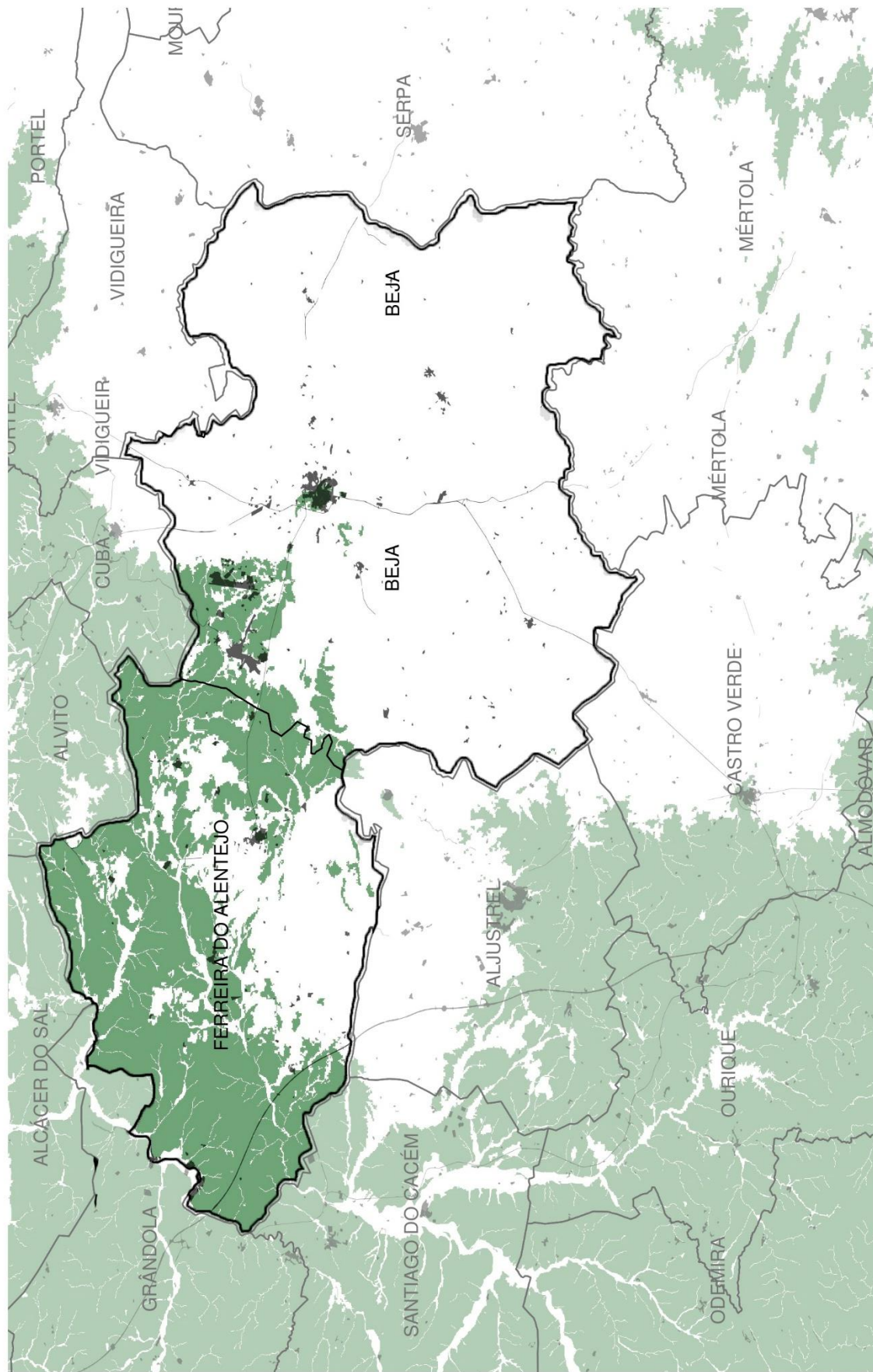
Aptidão Integrada ao Olival Tradicional

- Olival tradicional
- Afloramentos rochosos
- Massas de água
- Zonas húmidas
- Territórios artificializados



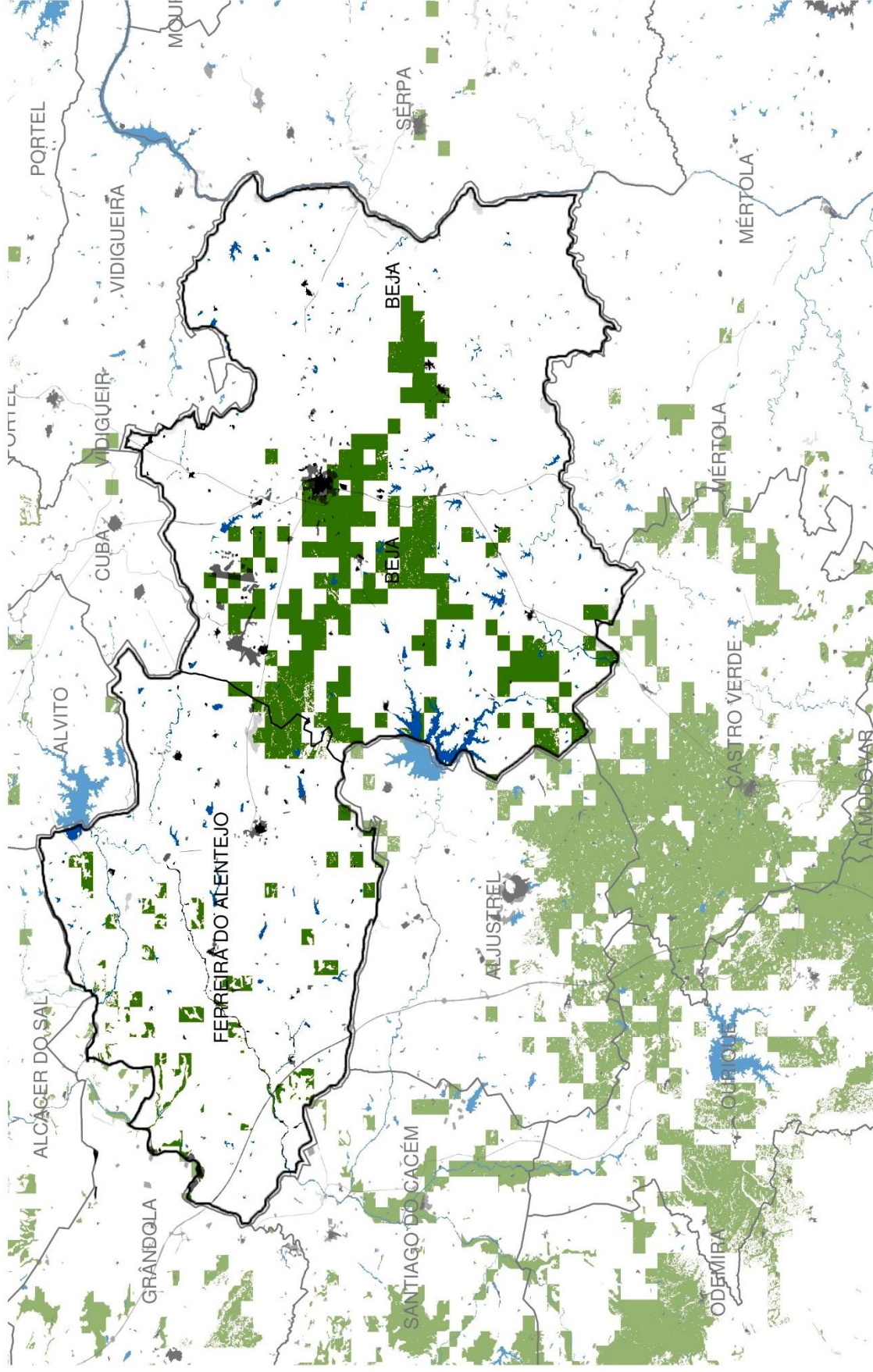
- Aptidão Integrada às Pastagens Espontâneas
- Aptidão elevada
 - Aptidão média
 - Afloramentos rochosos
 - Massas de água
 - Zonas húmidas
 - Territórios artificializados





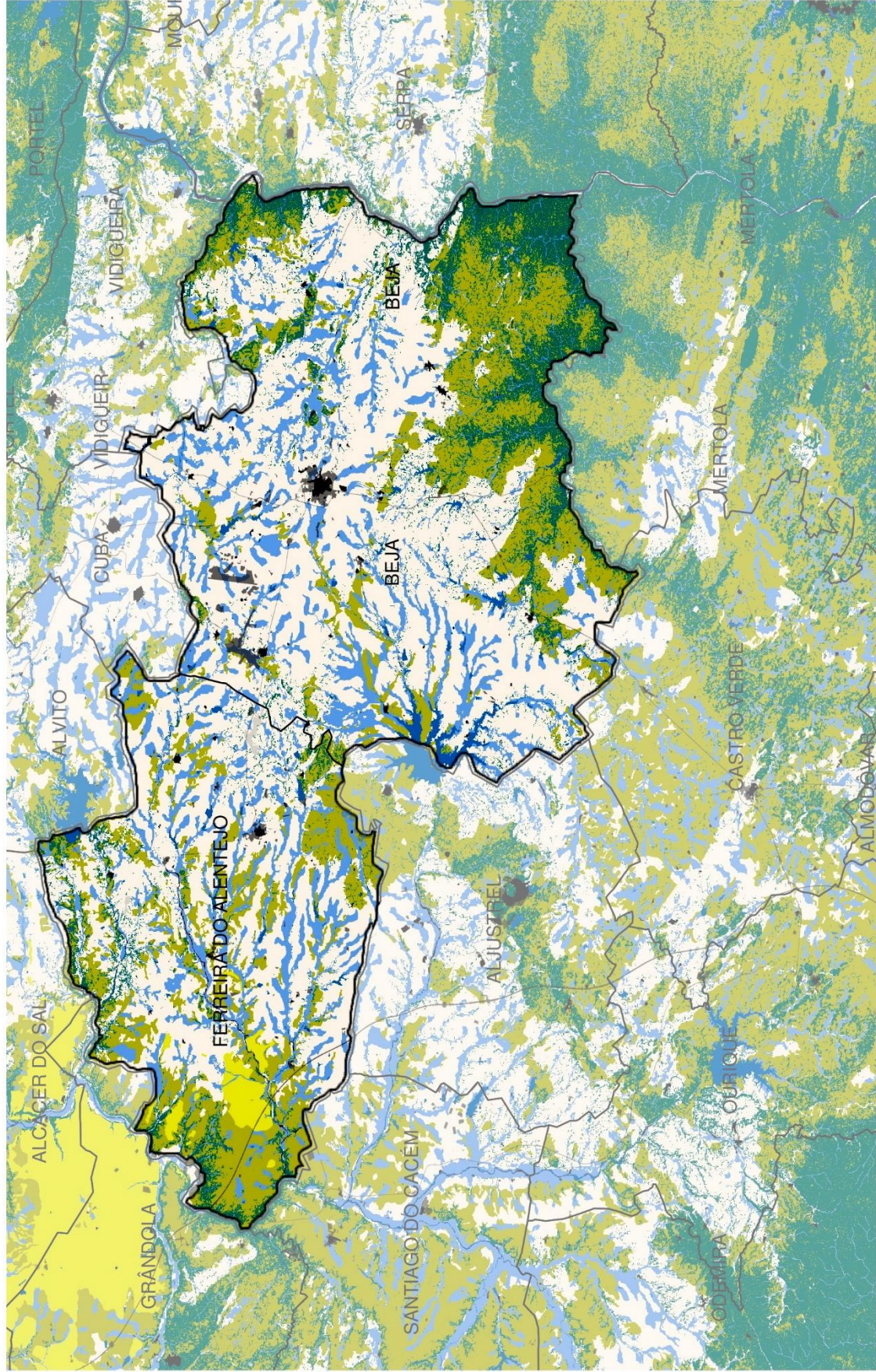
Sobreiro - *Quercus suber L.*
Aptidão florestal





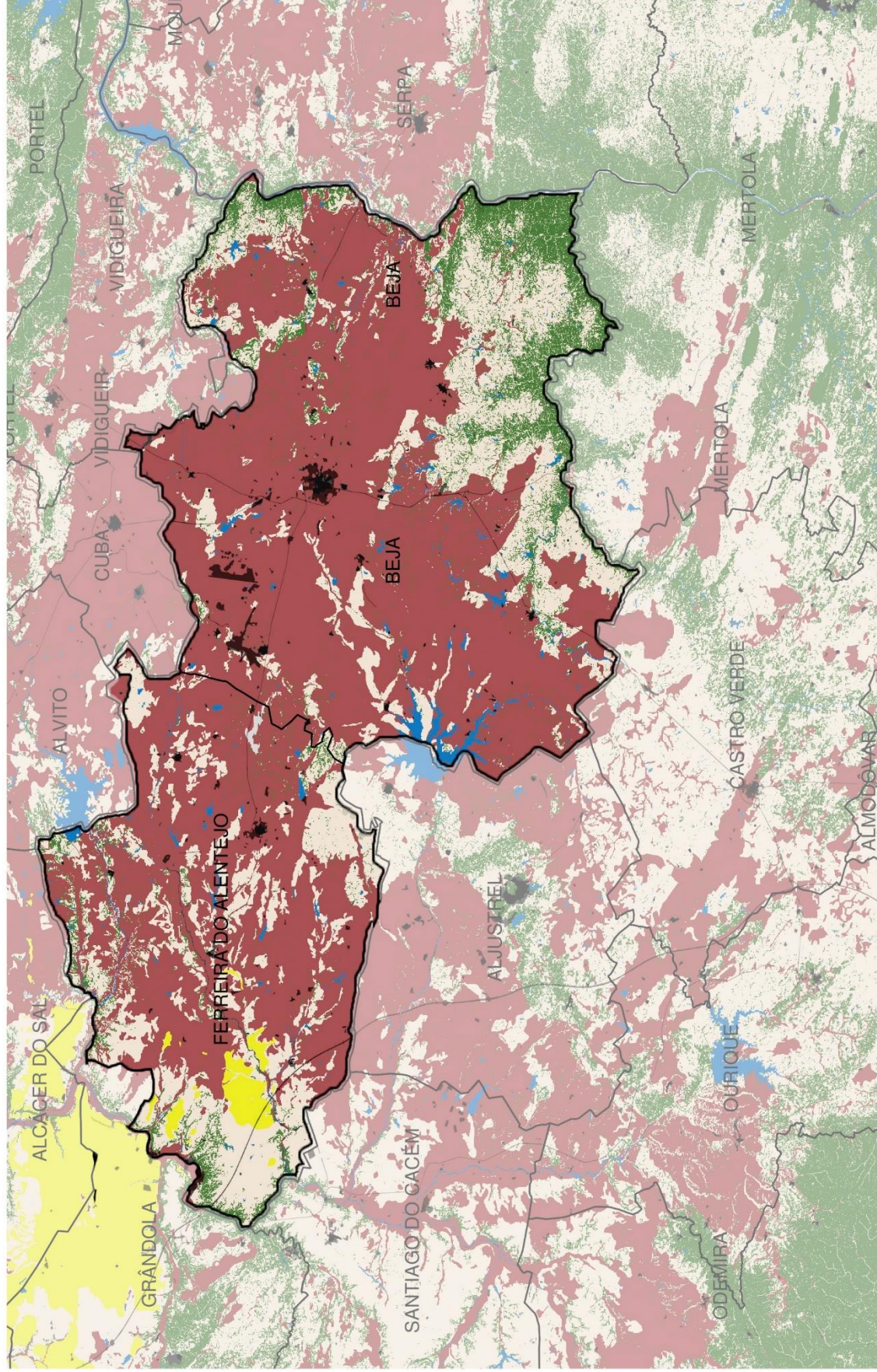
Aptidão Integrada ao Trigo

- Aptidão Integrada ao Trigo
- Trigo
 - Afloramentos rochosos
 - Massas de água
 - Zonas húmidas
 - Territórios artificializados



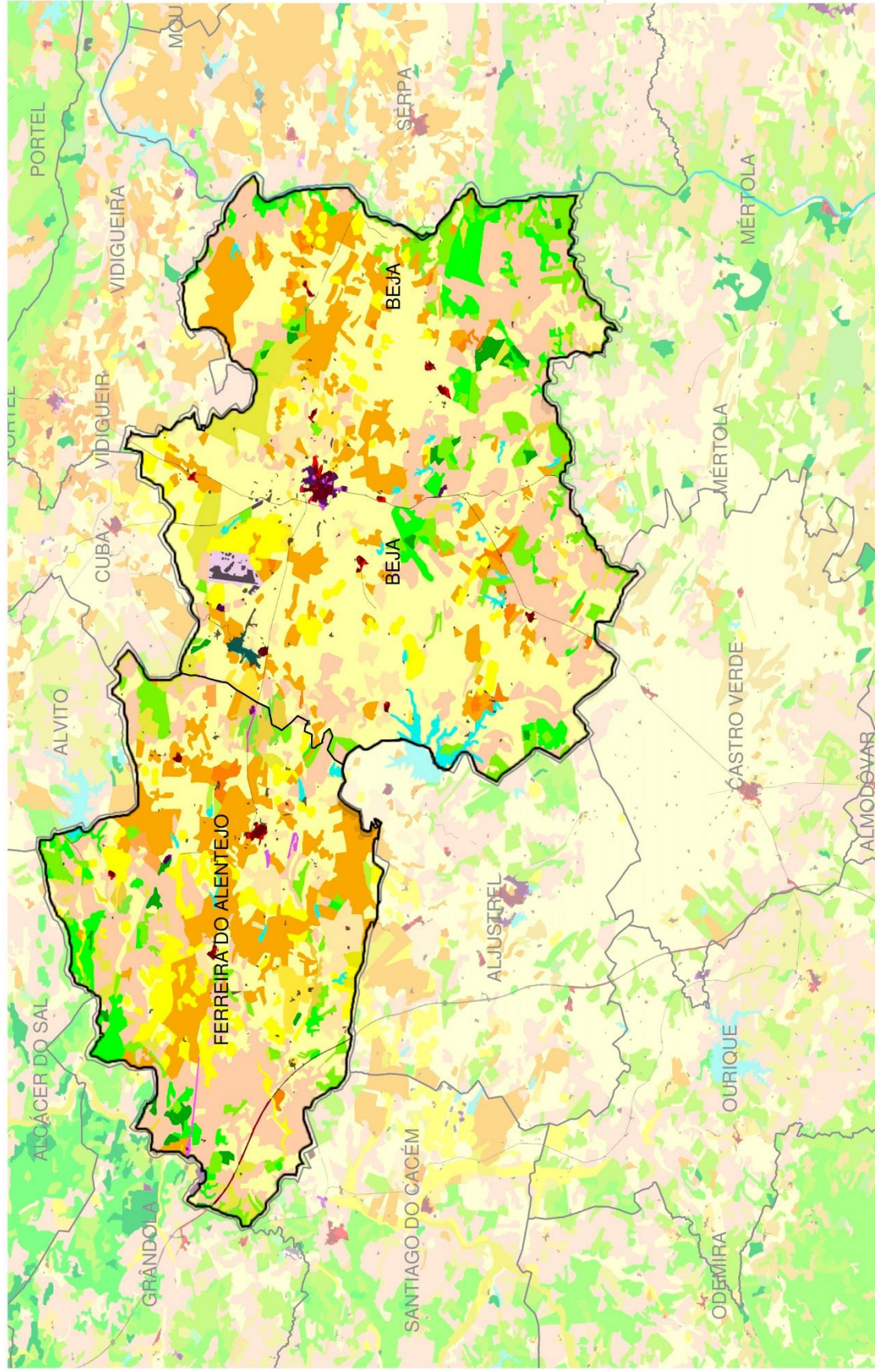
Silvicultura

- Silvicultura
- Silvicultura ribeirinha
 - Silvicultura de conservação da água e do solo
 - Silvicultura indiferenciada
 - Silvicultura não recomendada
 - Conservação do Litoral
 - Afloramentos rochosos
 - Massas de água
 - Zonas húmidas
 - Territórios artificializados

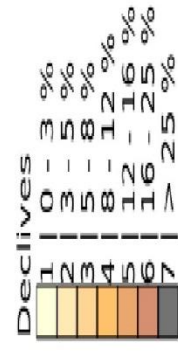
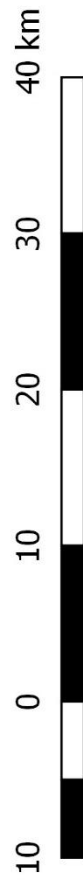


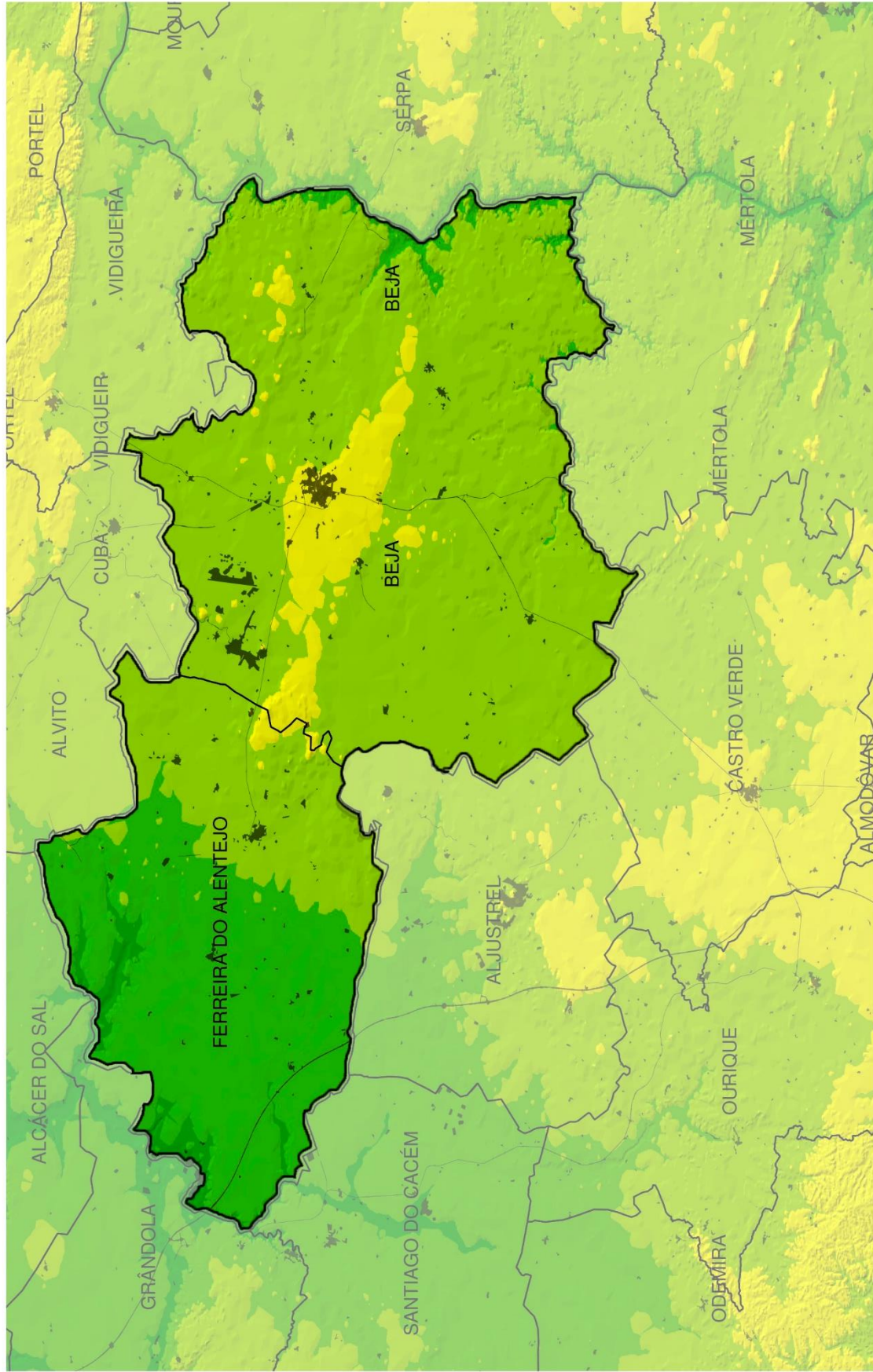
Síntese integrativa

- Síntese integrativa
- Agricultura de sequeiro
 - Aptidão múltipla
 - Silvicultura de conservação da água e do solo
 - Conservação do Litoral
 - Afloramentos rochosos
 - Massas de água
 - Zonas húmidas
 - Territórios artificializados

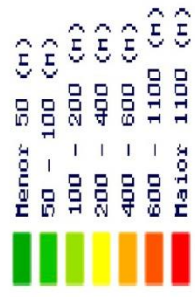


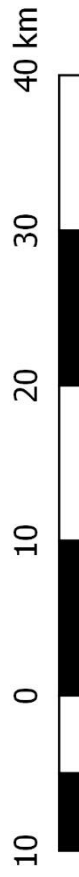
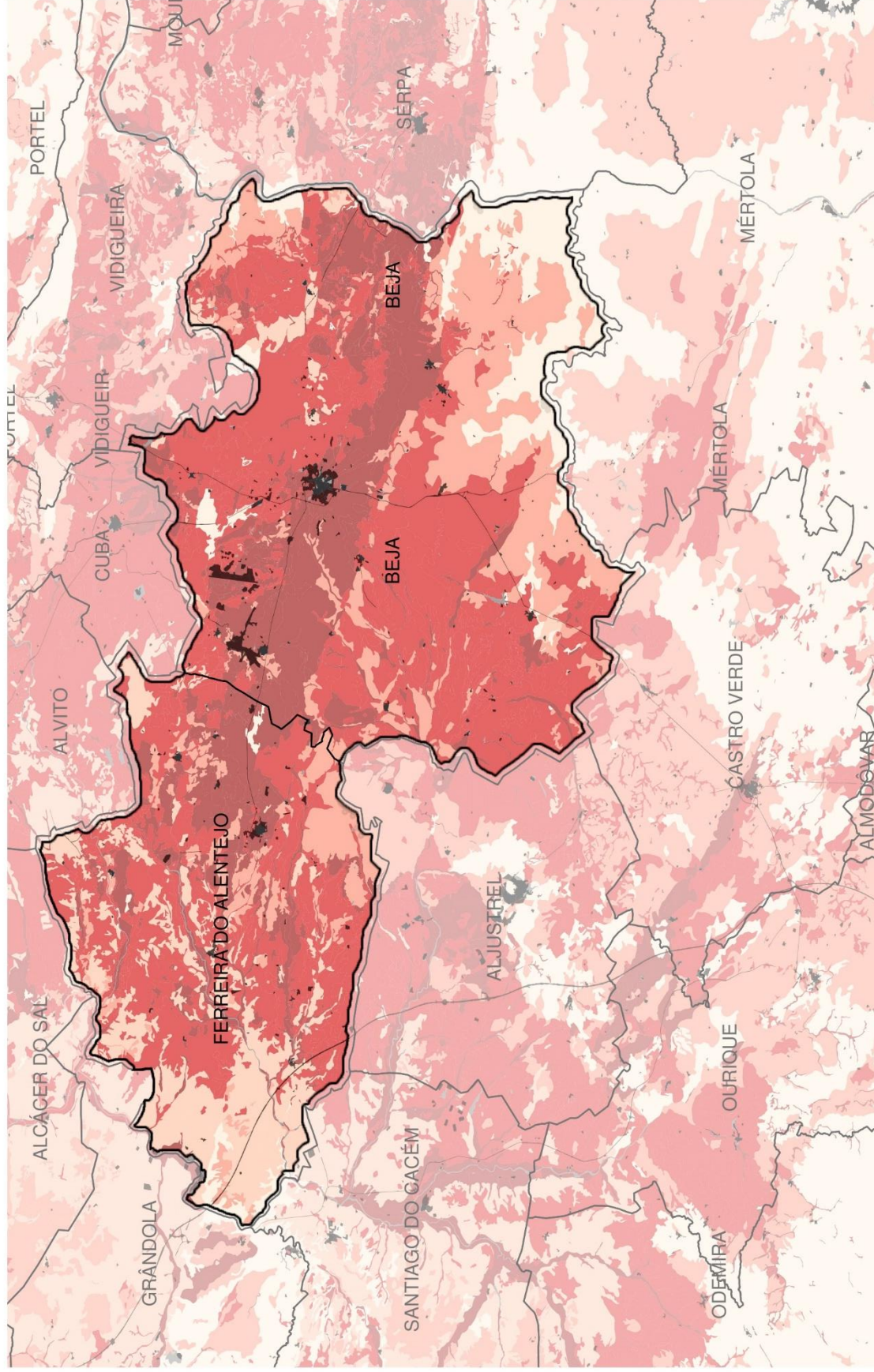
- 111 Tecido urbano contínuo
- 112 Tecido urbano descontinuo
- 121 Indústria, comércio e equipamentos gerais
- 122 Redes viárias e ferroviárias e espaços associados
- 123 Áreas portuárias
- 124 Aeroportos e aeródromos
- 131 Áreas de extração de inertes
- 132 Áreas de deposição de resíduos
- 133 Áreas em construção
- 141 Espaços verdes urbanos
- 142 Equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas
- 211 Culturas temporárias de sequeiro
- 212 Culturas temporárias de regadio
- 213 Arrozais
- 221 Vinhas
- 222 Pomares
- 223 Olivais
- 231 Pastagens permanentes
- 241 Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes
- 242 Sistemas culturais e parcelares complexos
- 243 Agricultura com espaços naturais e semi-naturais
- 244 Sistemas agro-florestais
- 311 Florestas de folhosas
- 312 Florestas de resinosas
- 313 Florestas mistas
- 321 Vegetação herbácea natural
- 322 Matos
- 323 Vegetação esclerófila
- 324 Florestas abertas, cortes e novas plantações
- 331 Praias, dunas e areais
- 332 Rocha nua
- 333 Vegetação esparsa
- 334 Áreas áridas
- 411 Pântanos
- 421 Sapais
- 422 Salinas e aquíicultura litoral
- 423 Zonas entre-marés
- 611 Cursos de água
- 612 Planos de água
- 621 Lagoas costeiras
- 622 Desembocaduras fluviais
- 623 Oceano



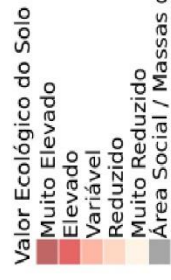


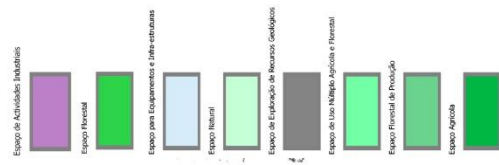
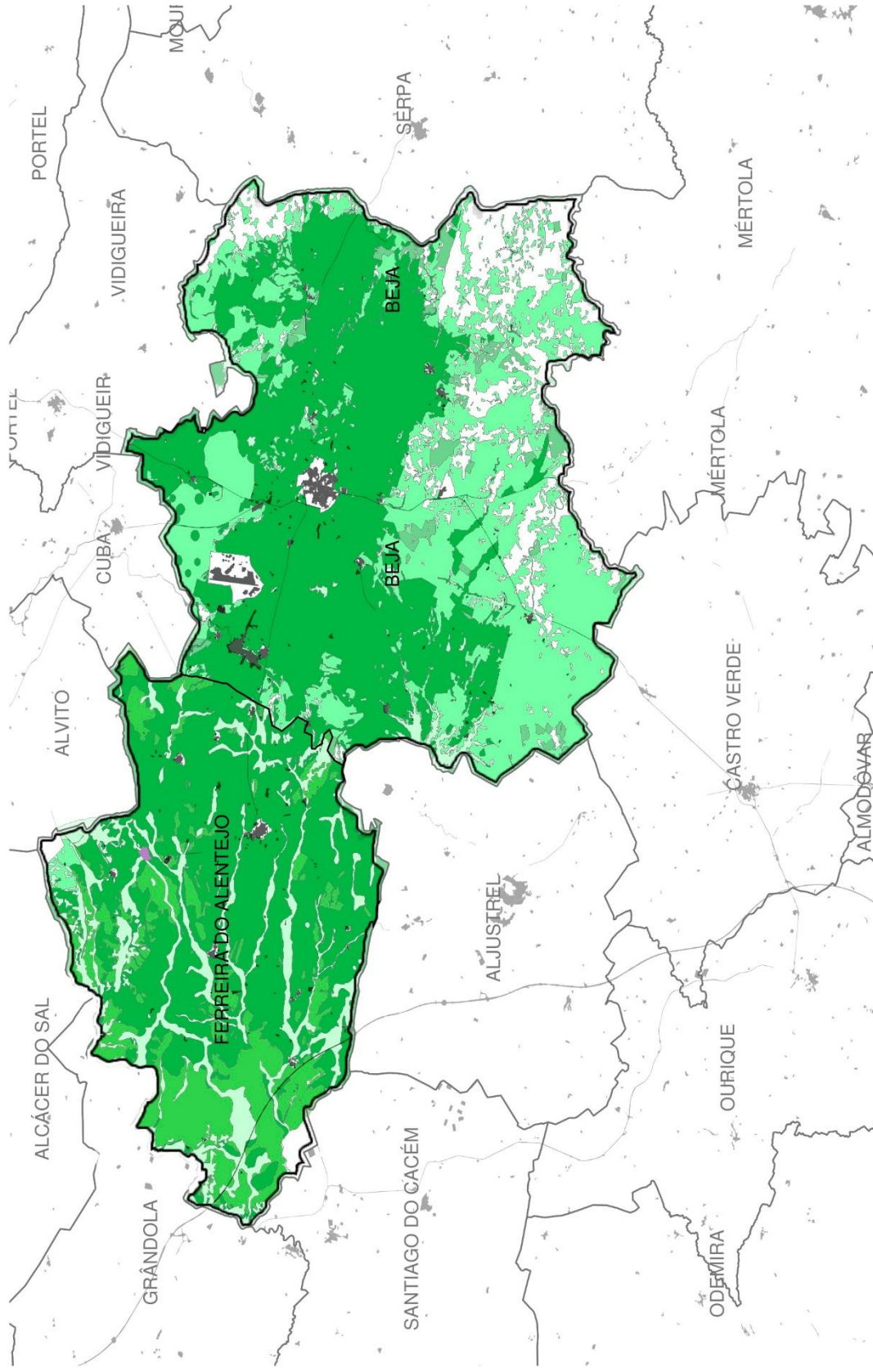
MDT 50M





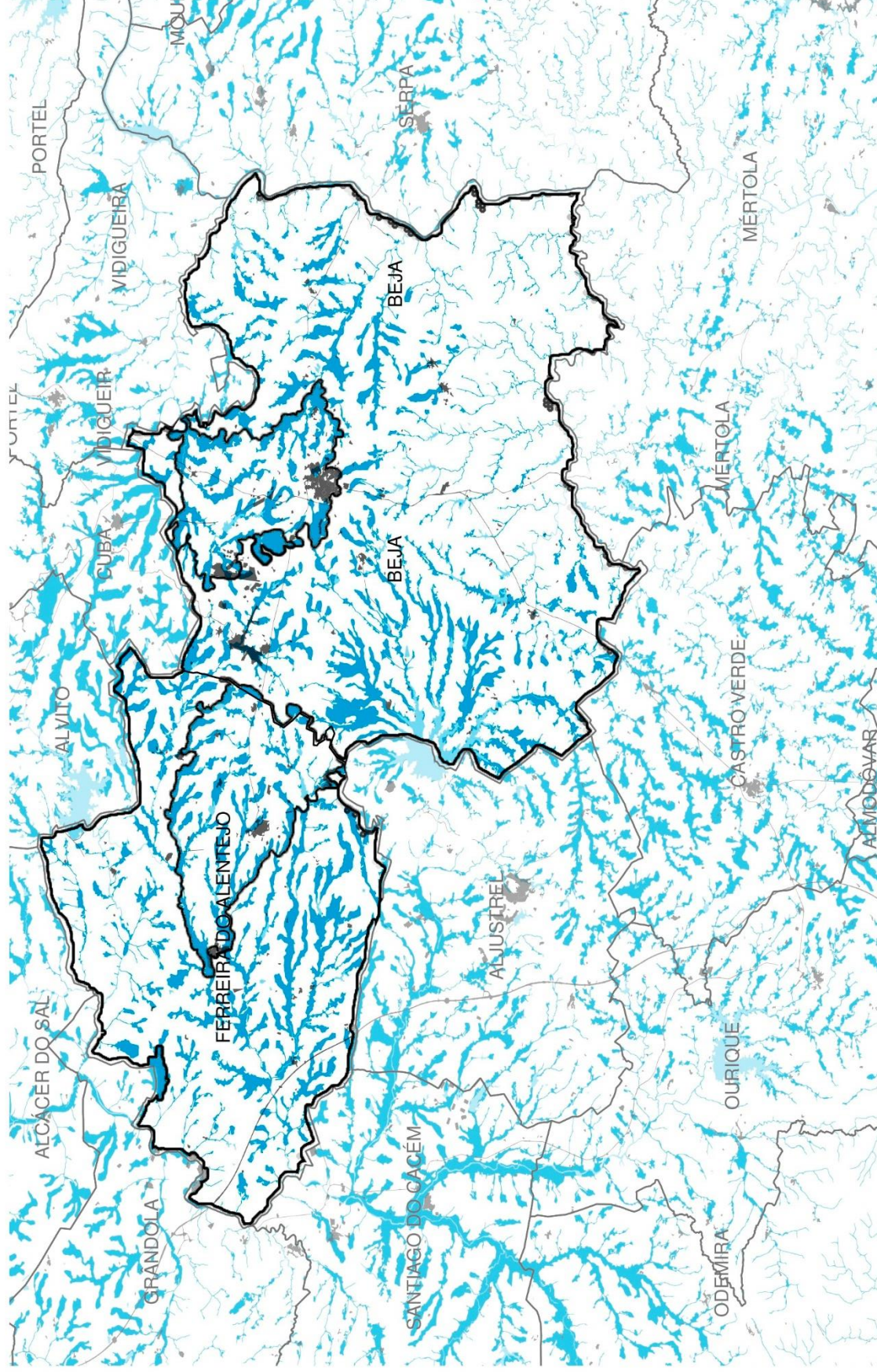
Valor Ecológico do Solo





10 0 10 20 30 40 km

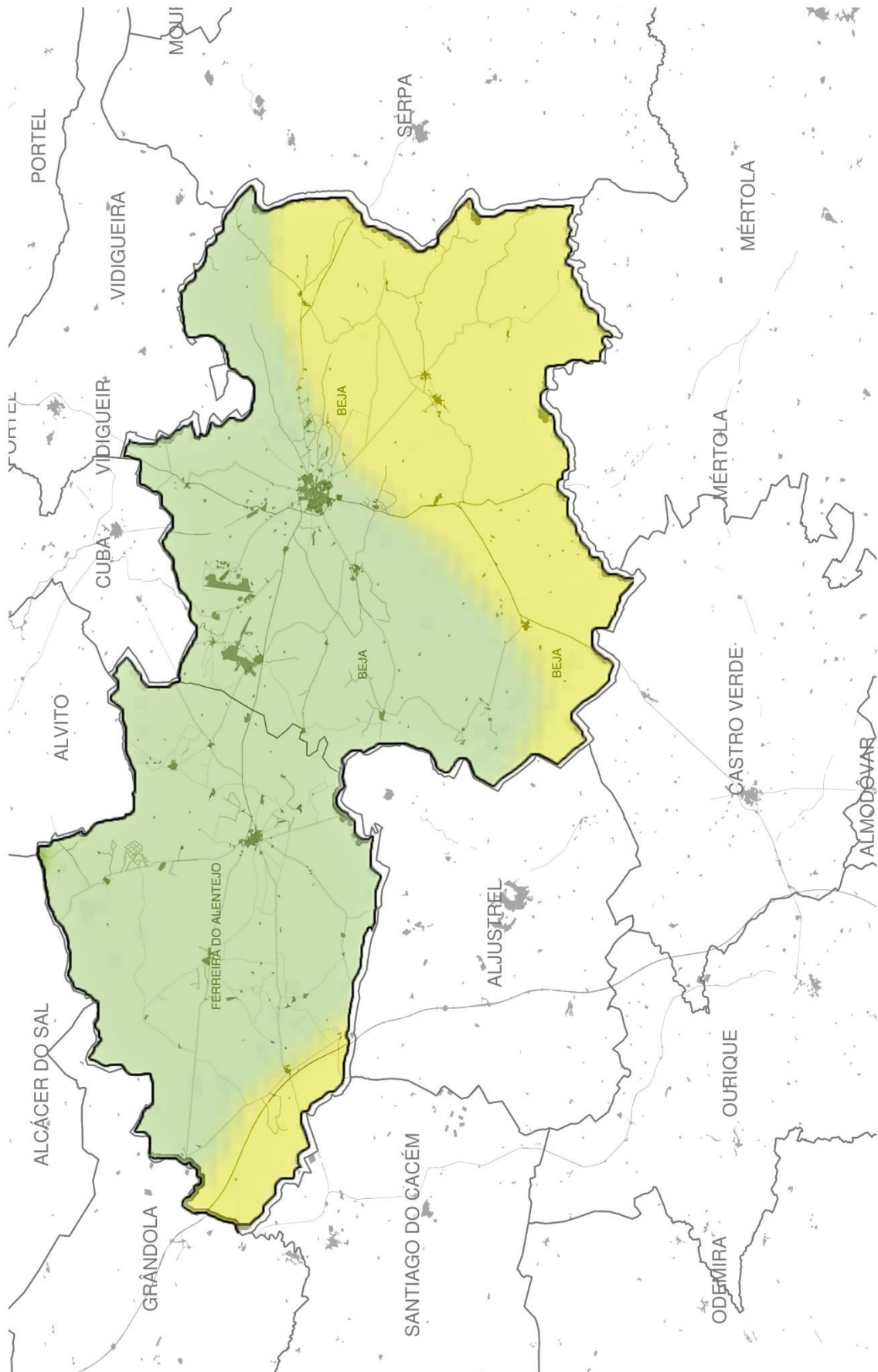




Sistema Húmido

Sistema Húmido e Massas de água (EEN1)▲

- Sistema húmido
- Águas de transição
- Águas interiores
- Águas marinhas e costeiras



APÊNDICES

APÊNDICE 1 – A REGIÃO

APÊNDICE 2 – RELATÓRIOS DE AVALIAÇÕES DOS CASOS DE ESTUDO

APÊNDICE 3 – OUTROS MONTES

APÊNDICE 4 – ILUSTRAÇÕES

APÊNDICE 1 – A REGIÃO























APÊNDICE 2 – RELATÓRIOS DE
AVALIAÇÕES DOS CASOS DE
ESTUDO

1. MONTE DO QUEIMADO
2. MONTE DA CHAMINÉ
3. MONTE DA QUINTA DA ROCHA
4. MONTE DO SOEIRO
5. MONTE DO ARCEDIAGO
6. MONTE DA HORTA DO CANO
7. MONTE DA HORTA DE CIMA
8. MONTE DA CERÂMICA DO OUTEIRO
9. MONTE DO OUTEIRO
10. MONTE DOS AVALÕES
11. MONTE DA MURTEIRA
12. MONTE DA MELANCINA



1 MONTE DO QUEIMADO









2 MONTE DO CHAMINÉ









3 MONTE DA QUINTA DA ROCHA









4 MONTE DO SOEIRO









5 MONTE DO ARCEDIAGO













6 MONTE DA HORTA DO CANO





7 MONTE DA HORTA DE CIMA









8 MONTE DA CERÂMICA DO OUTEIRO





9 MONTE DO OUTEIRO









10 MONTE DOS AVALÕES









11 MONTE DA MURTEIRA









12 MONTE DA MURTEIRA



















APÊNDICE 3 - OUTROS MONTES

MONTE DA FIGUEIRINHA

MONTE DA HORTA DO PANÉQUE

MONTE DO ALMOCREVA DE BAIXO

MONTE DO MARQUÊS

MONTE DA CORTE NEGRA



MONTE DA FIGUEIRINHA





MONTE DA HORTA DO PANÉQUE





MONTE DO ALMACROVE DE BAIXO





MONTE DO MARQUÊS









MONTE DA CORTE NEGRA



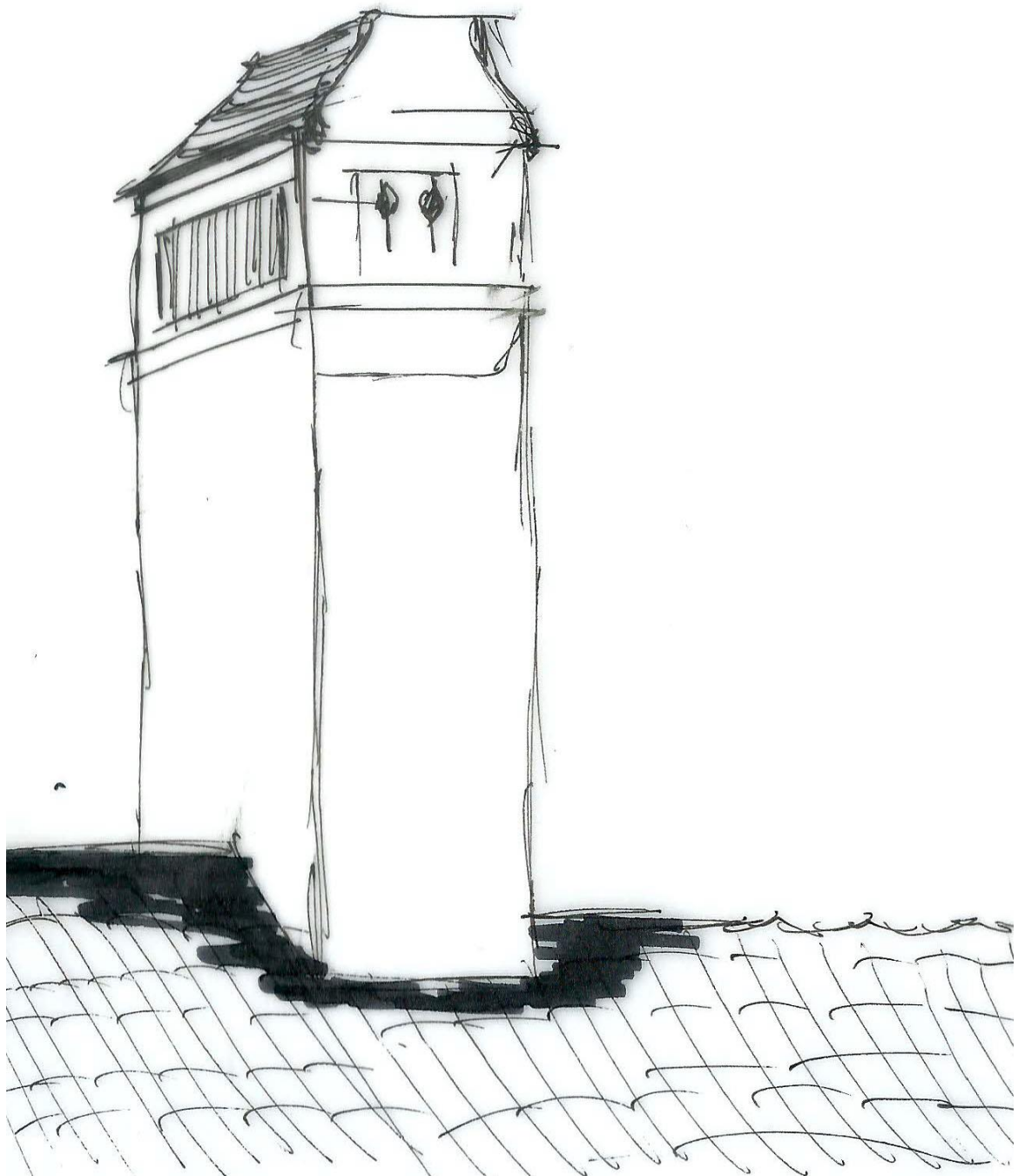




APÊNDICE 4 - ILUSTRAÇÕES

CHAMINÉS













LAREIRA











OUTRAS



